



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Beatriz de Loureiro Lima Silva

**A PROFISSÃO MILITAR NO SÉCULO XXI**  
UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE  
AMERICANA DE AERONAVES REMOTAMENTE  
PILOTADAS NO CONTEXTO DO  
CONTRATERRORISMO

Dissertação no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais –  
Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, orientada pela  
Professora Doutora Sarah Carreira da Mota e apresentada à  
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Julho de 2022



Faculdade de Economia  
da Universidade de Coimbra

# A profissão militar no século XXI: um estudo de caso da comunidade americana de aeronaves remotamente pilotadas no contexto do contraterrorismo

Beatriz de Loureiro Lima Silva

Dissertação no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais – Estudos da Paz,  
Segurança e Desenvolvimento, orientada pela Professora Doutora Sarah Carreira da Mota  
e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Julho de 2022



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Para Fátima.

## **Agradecimentos**

Agradeço à minha mãe, Fátima, a dedicação, confiança e horas que passou ao meu lado, de forma virtual e presencial, enquanto eu lia e relia este trabalho. Sem seu constante apoio e incentivo eu não teria concretizado o sonho de realizar este mestrado na Universidade de Coimbra. Agradeço às minhas madrinhas, Inês e Lúcia, o apoio e o exemplo de determinação que sempre me deram. Aos amigos que aqui conheci e que marcaram minha estadia em Coimbra com momentos de alegria. Por fim, agradeço aos professores que compartilharam conhecimento e experiências que contribuíram para minha formação e tornaram possível esta dissertação. Em especial, minha orientadora, Professora Doutora Sarah Carreira da Mota, que desde as aulas de metodologia até as várias revisões do texto, comentários e indicações bibliográficas, tornou este trabalho possível.

## Resumo

Esta dissertação procura compreender a formação da identidade profissional de um grupo de militares das Forças Armadas Americanas que surge no século XXI, nomeadamente os profissionais que compõem a comunidade de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP). Este grupo surge e consolida-se num contexto que envolve três fatores centrais: as inovações tecnológicas do fim do século XX; as intervenções internacionais sob a lógica do contraterrorismo; e o agravamento do desgaste que a sociedade e as Forças Armadas Americanas enfrentam desde as intervenções internacionais do fim do século XX e início do século XXI. Os militares envolvidos nas atividades com ARP lidam com características únicas em suas funções profissionais, como a distância geográfica extrema em relação aos seus alvos, a imunidade no conflito, o ambiente e ritmo de trabalho que ocasionam isolamento social e a participação em atividades de assassinatos seletivos. Com base no entendimento da guerra pós-moderna lutada pelos Estados Unidos da América e representada maioritariamente por estas ações de vigilância e assassinato de indivíduos específicos dentro da lógica do contraterrorismo, estes militares são aqui conceptualizados enquanto conjuntos pós-humanos. Através da lente do pós-humanismo, o trabalho analisa, pois, como a tecnologia permite a construção de corpos formados por partes biológicas, maquinários e *software*, dando ênfase ao processo de autopercepção dos profissionais e de construção da sua identidade profissional. A construção destes corpos pós-humanos ultrapassa visões dualísticas e hierárquicas entre seus componentes, e entende o militar como um conjunto formado por partes igualmente necessárias para que ele exista. A partir de uma perspectiva pós-moderna, a identidade é problematizada e as narrativas hegemônicas sobre a tradição da profissão militar ocidental são questionadas face ao novo contexto do século XXI. Com base no cenário contraterrorista em que as ARP aprofundaram a guerra pós-moderna de aversão ao risco predominante nas sociedades ocidentais, esta dissertação ilustra em que medida a profissão militar sofreu profundas mudanças. Defende-se nomeadamente que tais indivíduos pós-humanos estão em processo de construção de uma identidade profissional baseada não nos valores militares tradicionais, mas sim em funções técnicas e na capacidade de ação diária nas atividades do contraterrorismo. Virtudes como a coragem e o heroísmo tornaram-se relativamente obsoletas aos olhos dos militares e da sociedade nos contextos da guerra à distância. Dessa

forma, este trabalho demonstra que a identidade profissional desse grupo de militares difere da identidade do militar moderno ocidental, principalmente em relação aos valores de sacrifício e coragem. A identidade profissional destes militares também perpassa distúrbios psicológicos que se relacionam principalmente com as baixas de civis ocasionadas pela política americana de assassinatos seletivos. O trabalho analisa relatos pessoais dos militares e estudos que indicam a forma como as suas atividades diárias impactam na percepção que possuem da profissão militar para determinar a forma como a identidade profissional é percebida e construída por este grupo.

Palavras-chave: Aeronaves Remotamente Pilotadas, guerra pós-moderna, identidade profissional, militar pós-humano, contraterrorismo.

## **Abstract**

This dissertation seeks to understand the formation of the professional identity of a group of the American Armed Forces military personnel that emerges in the 21st century, namely the professionals that compose the Remotely Piloted Aircraft (RPA) community. This group has emerged and consolidated in a context that involves three central factors: the technological innovations of the late 20th century; the international interventions under the logic of counterterrorism; and the worsening wear that society and the American Armed Forces were facing due to the international interventions of the late 20th and early 21st centuries. Military personnel involved in RPA activities face unique features in their professional roles, such as extreme geographic distance from their targets, immunity from conflict, an environment and work rhythm that causes social isolation, and participation in targeted assassination activities. Based on the understanding of postmodern warfare fought by the United States of America and represented mostly by these surveillance and assassination actions of specific individuals within the logic of counterterrorism, these military personnel are hereby conceptualized as post-human assemblages. Through the lens of posthumanism, this research analyzes how technology enables the construction of bodies formed by biological parts, machinery, and software, emphasizing the process of self-perception of the professionals and the construction of their professional identity. The construction of these post-human bodies goes beyond dualistic and hierarchical views between its components and conceives the military as a set formed by parts that are equally necessary for it to exist. From a postmodern perspective, identity is problematized and hegemonic narratives about the tradition of the Western military profession are questioned in the face of the new 21st century context. Drawing on the counterterrorism scenario where RPA have deepened the postmodern war of risk aversion prevalent in Western societies, this dissertation illustrates the extent to which the military profession has undergone profound changes. It is namely argued that such posthuman individuals are in the process of constructing a professional identity based not on traditional military values, but rather on technical roles and the ability to act on a daily basis in counterterrorism activities. Virtues such as courage and heroism have become relatively obsolete in the eyes of the military and society in the contexts of remote warfare. Thus, this research shows that the professional identity of this group of military personnel differs from the identity of the



modern Western military, especially in relation to the values of sacrifice and courage. The professional identity of these military personnel also pervades psychological disturbances that relate primarily to the civilian casualties occasioned by the American policy of targeted killings. This dissertation analyzes personal accounts of military personnel and studies that indicate how their daily activities impact their perception of the military profession to determine how professional identity is perceived and constructed by this group.

Keywords: Remotely Piloted Aircrafts, postmodern war, professional identity, posthuman military, counterterrorism.

## Lista de siglas

11/09	os ataques do 11 de setembro 2001 ao World Trade Center e Pentágono
1ª GM	Primeira Guerra Mundial
2ª GM	Segunda Guerra Mundial
AGM	<i>Air-to-ground missile</i>
ARP	Aeronaves Remotamente Pilotadas
AUMF	<i>Authorization for Use of Military Force</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
EMP	Empresas Militares Privadas
EUA	Estados Unidos da América
GBU	<i>Guided Bomb Unit</i>
GCS	<i>Ground Control Station</i>
GPS	<i>Global Positioning System</i>
ISR	<i>Intelligence, Surveillance and Reconnaissance</i>
JDAM	<i>Joint Direct Attack Munition</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PGM	<i>Precision Guided Munitions</i>
RAF	<i>Royal Air Force</i>
RI	Relações Internacionais
RMA	<i>Revolution in Military Affairs</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAF	<i>United States Air Force</i>

## Lista de figuras

- Figura 1 MQ-1 Predator
- Figura 2 MQ-9 Reaper
- Figura 3 MQ-9 Reaper equipado com 8 mísseis AGM-114 Hellfire
- Figura 4 Predator C Avenger
- Figura 5 RQ- 170 Sentinel
- Figura 6 Estação de controle de terra
- Figura 7 Emblema do 432d Wing e 432d Air Expeditionary Wing
- Figura 8 Emblema do 3rd Special Operations Squadron

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A GUERRA SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-TECNOLOGICA</b>	<b>15</b>
1.1.    DA GUERRA CLÁSSICA À GUERRA INDUSTRIAL DO SÉCULO XX	15
1.2.    A GUERRA PÓS-MODERNA DO SÉCULO XXI: CONCEÇÃO DE GUERRA POR CONTROLE REMOTO	22
<b>CAPÍTULO 2 – O MILITAR PÓS-MODERNO: UMA PROFISSÃO PÓS-HUMANA?</b>	<b>35</b>
2.1.    A PROFISSÃO MILITAR	35
2.2.    A VISÃO PÓS-HUMANA DO MILITARISMO	41
<b>CAPÍTULO 3 – A COMUNIDADE ARP COMO NOVO PARADIGMA DA PROFISSÃO MILITAR?</b>	<b>49</b>
3.1.    O CONTEXTO AMERICANO: TERRENO FÉRTIL PARA O PROTAGONISMO DAS ARP NA GUERRA CONTEMPORÂNEA	49
3.2.    IDENTIDADE PROFISSIONAL NA COMUNIDADE DE ARP	60
3.3.    O MILITAR PÓS-HUMANO COMO GUERREIRO MASCULINIZADO	70
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>81</b>
<b>LISTA DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>87</b>
FIGURAS	113

## Introdução

Em fevereiro de 2020, foi realizado pela Força Aérea dos Estados Unidos da América (EUA) – *United States Air Force* (USAF) – um encontro, na base de Whiteman, Missouri, entre membros da comunidade de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP). Na abertura do evento, um coronel perguntou aos operadores de MQ-9 Reaper, o modelo de ARP mais comumente utilizado pela USAF: “O que significa ser ‘nós’?”, ao que ele próprio respondeu “[...] não somos nada parecidos com esquadrões de combate, somos esquadrões Reaper, aviadores Reaper, e é isso que estamos aqui para definir.” (USAF, 2020a).<sup>1</sup> Ao levantar a questão do que significa fazer parte de um esquadrão de ARP, esta afirmação pressupõe que um novo grupo de militares surge nas Forças Armadas Americanas, a saber, um grupo que busca a sua própria identidade e vivencia a profissão militar de forma única através das relações complexas entre corpos animados e inanimados (Braidotti, 2013, 2019). Este grupo é o objeto de estudo desta dissertação e, para melhor entendermos como as ARP se desenvolveram nas Forças Armadas Americanas, faz-se necessário um panorama histórico.

Conhecidas popularmente por *drones*, as ARP constituem um instrumento tecnológico presente no cotidiano das sociedades humanas em funções civis e militares. Dentre as múltiplas funções que exercem, estão atividades de vigilância e reconhecimento de territórios, agricultura, resposta humanitária, transporte de equipamentos médicos (Dosemagen *et al.*, 2015; Snoufer, 2022), contraterrorismo, entre outras. Em contexto militar, as ARP foram concebidas como plataformas de sensores, ou seja, um veículo equipado com tecnologias que permitem a obtenção de dados, assim como os satélites e as aeronaves tripuladas de reconhecimento (Friedman e Friedman, 1996). Mais tardiamente, passaram a ser usadas como alvos para treinamento militar e como armas. A ideia de colocar objetos não tripulados nos céus existe desde o século XIX, quando balões de ar quente eram usados para levar explosivos. Após os balões de ar quente, a primeira aeronave controlada por rádio surgiu no Reino Unido em meados da década de 1930, configurando a primeira vez que o objetivo de vigiar através de uma plataforma aérea não

---

<sup>1</sup> Tradução livre da autora. No original “What does it mean to be ‘us’?” “[...] we’re absolutely nothing like fighter squadrons, we are Reaper Squadrons, Reaper Airmen, and that’s what we’re here to define.” (USAF, 2020a).

tripulada se aliou à possibilidade de controle dessa plataforma. Tal aeronave era conhecida como “*the Queen Bee*”, um avanço da *Royal Navy* que logo foi seguido pelo desenvolvimento de outra aeronave controlada por rádio, desta vez mérito dos EUA, no fim dos anos 1930 (Cole, 2014).

No começo da Segunda Guerra Mundial (2ª GM) (1939-1945), os artilheiros americanos utilizavam pequenas aeronaves comandadas por rádio batizadas de “drone-alvo” como alvos para seu treinamento (Chamayou, 2015). Ainda durante a 2ª GM, os EUA utilizaram aeronaves B-17 controladas remotamente para realizar ataques. Os B-17 levantavam voo com pilotos que, após atingirem o local do alvo, pulavam da aeronave com paraquedas e, então, os bombardeiros se lançavam contra os alvos alemães (McCurley e Maurer, 2015: 311; Hayes, 2016).<sup>2</sup> O próximo evento chave ocorreu na Guerra do Vietnã (1962-1975), onde as *Lightning Bug* foram utilizadas pela primeira vez para o reconhecimento de territórios e a localização de tropas inimigas, sendo equipadas com câmeras simples (Chamayou, 2015: 35). Os testes das primeiras aeronaves americanas neste período contaram com cerca de 3.500 missões de reconhecimento e a criação de dois modelos de ataque que nunca foram usados em combate, o BGM-34A e BGM-34B Firebee (Hastings, 2012).

Israel também protagonizou um momento importante no uso e aprimoramento das ARP. Durante a Guerra do Yom Kippur (1973) e na invasão ao Líbano de 1982, Israel utilizou as ARP como engodos para os sistemas de mísseis antiaéreos usados pelos inimigos. Como os sistemas não discernem entre aeronaves tripuladas ou não, as ARP ativavam os sistemas, eram abatidas e em seguida as aeronaves tripuladas passavam em segurança, garantindo que nenhum piloto israelense fosse morto em ação (Scalercio, 2003; *The Economist Technology Quarterly*, 2012). Ainda em Israel, o desenvolvimento destas aeronaves teve impulso na década de 1970, nas ideias do engenheiro Abraham Karem, intitulado pela *The Economist Technology Quarterly* (2012) como o “pai dos drones”.

Karem, nascido no Iraque, se mudou para Israel, onde estudou engenharia e trabalhou com o design de aeronaves na Força Aérea Israelense. Após mudar-se para os EUA em 1977 abriu a empresa *Leading Systems*, que foi vendida para a *Hughes Aircraft*, que por sua vez foi comprada pela *General Atomics* (*The Economist Technology*

---

<sup>2</sup> Foi uma experiência de pilotagem de aeronaves por rádio, conhecida como Operação Afrodite, na qual o irmão mais velho do ex-presidente John F. Kennedy morreu (Hayes, 2016).

Quarterly, 2012); Hayes, 2016: 80-81). A *General Atomics Aeronautical*, empresa americana fabricante dos amplamente usados MQ-1 Predator (Figura 1) e MQ-9 Reaper<sup>3</sup> (Figura 2), contou com a perícia deste engenheiro para planejar a incorporação de armas no que antes eram apenas plataformas de reconhecimento e vigilância (Hayes, 2016: 80-81). Ao longo do século XXI, a sua utilização aumentou consideravelmente, culminando no modelo que é atualmente o mais utilizado pela USAF: o MQ-9 Reaper.

Durante a Operação *Desert Storm* (1991), na Guerra do Golfo (1990-1991), já com toda a influência das ideias de Karem, os EUA retomaram seu programa de ARP, utilizando o modelo israelense Pioneer (Cole, 2014). O próximo passo no desenvolvimento americano foi o primeiro voo do MQ-1 Predator em 1994 e sua participação em operações de vigilância em 1995, na Bósnia (Williams, 2010: 872). Somente em 16 de fevereiro de 2001 esta aeronave adquiriu capacidade armada. Nesse dia, pela primeira vez, um Predator na Base de Nellis, Nevada, lançou um Hellfire que atingiu seu alvo com sucesso (Chamayou, 2015: 37). Estas aeronaves adquiriram uma nova capacidade, a de lançar mísseis AGM-114 Hellfire<sup>4</sup> e bombas GBU<sup>5</sup>-12, GBU-38 JDAM e GBU-49 laser-JDAM<sup>6</sup>. Cada MQ-1 Predator, originalmente, pode ser armado com dois mísseis Hellfire, e, cada MQ-9 Reaper, com quatro Hellfire e duas bombas GBU (General Atomics Aeronautical, 2015). Porém, em 2020, a capacidade de Hellfires do Reaper foi duplicada graças ao sucesso obtido em um melhoramento de *software* que permitiu voos com oito mísseis (Bray, 2020) (Figura 3). Desde 2001, as ARP tornaram-se também plataformas de projéteis e a USAF as utiliza junto aos Hellfires em inúmeras operações de vigilância, apoio aéreo a tropas terrestres e de assassinatos seletivos no Oriente Médio e África.<sup>7</sup>

---

<sup>3</sup> O M nesta nomenclatura indica a designização do Departamento de Defesa dos EUA para *multi-role*, e o Q indica sistema de ARP. Os números 1 e 9 indicam sua posição na série de ARP USAF (2020b).

<sup>4</sup> *Air-to-ground missile* (AGM). Hellfire é a abreviatura de “*Helicopter launched fire-and-forget*”.

<sup>5</sup> *Guided Bomb Unit* (GBU).

<sup>6</sup> *Joint Direct Attack Munition* (JDAM) é um sistema que guia a bomba por orientação GPS.

<sup>7</sup> Assassinatos seletivos – ou *targeted killings* – são homicídios intencionais cometidos contra indivíduos específicos que atuam em conflitos armados, com a particularidade de estes indivíduos serem civis ou combatentes ilegais, por exemplo, terroristas (Solis, 2010 *apud* Whetham, 2013: 75-76). Esta prática através das ARP ocorre no Afeganistão, Paquistão, Somália, Iémen e, num caso em especial, as ARP foram utilizadas recentemente no Iraque. Para uma explicação mais detalhada, ver a Secção 3.1.

Figura 1: MQ-1 Predator



Fonte: Lopez, Efrain (2012) The MQ-1 Predator assigned to the 163rd Reconnaissance Wing in flight over the Southern California Logistics Airport (formerly George Air Force Base) in Victorville, Calif. U.S. Air Force photo.

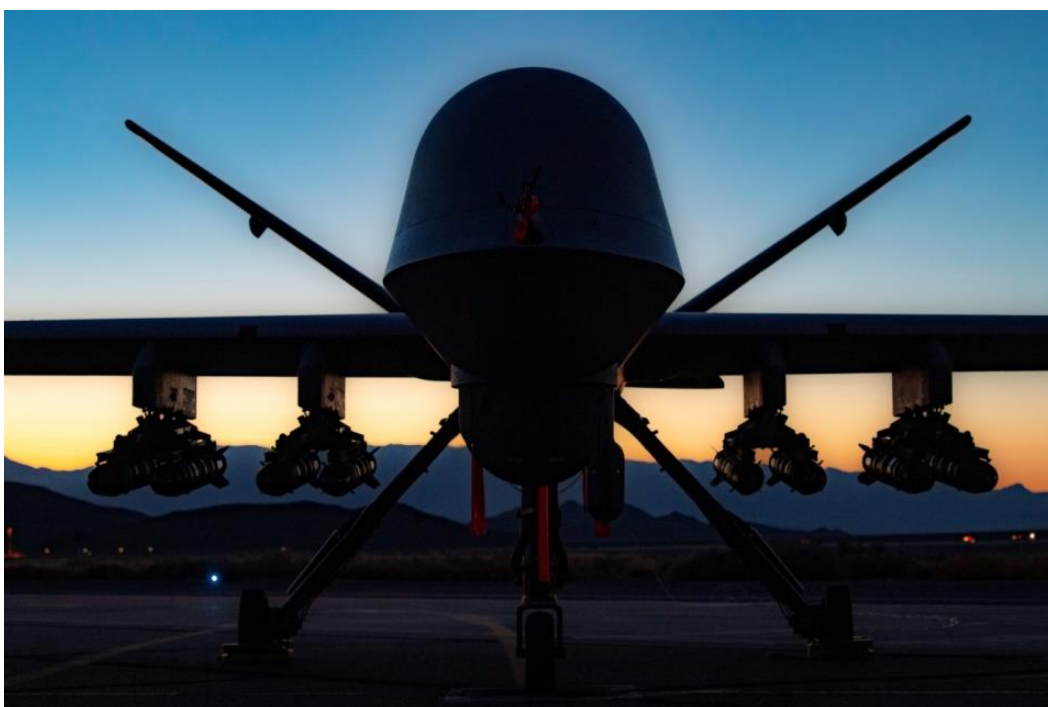
Figura 2: MQ-9 Reaper



Fonte: Payne, Cory, D. (2015) N/A U.S. Air Force photo.



Figura 3: MQ-9 Reaper equipado com 8 mísseis AGM-114 Hellfire



Fonte: Stevens, Haley (2020) MQ-9 Reaper Takes Flight with 8 Hellfire Missiles. U.S. Air Force photo.

Inspirada pelo protagonismo das ARP enquanto arma de guerra no seio das Forças Armadas Americanas, que em muito contribuíram para as popularizar enquanto tal, esta dissertação parte da premissa que as armas constituem um elo de ligação complexo entre o militar e a performance deste na guerra. Em particular, questiona-se o impacto das ARP armadas na prática da profissão militar, com o objetivo de aprofundar o conhecimento dos efeitos que esta arma contemporânea possa provocar nos militares que a operam, assim como no seu entendimento da própria guerra. Esta é uma análise que procura individualizar o estudo das ARP, com enfoque no agente que derradeiramente as utiliza em contexto de conflito. A expressão “comunidade de ARP” será aqui usada para indicar os profissionais que trabalham diretamente com essas aeronaves, em grande maioria pilotos, operadores de sensores, analistas de inteligência e equipas de manutenção. Este termo é derivado da autodenominação dos profissionais, por exemplo, o Tenente-Coronel Mark McCurley o utiliza no livro *Hunter Killer* (McCurley e Maurer, 2015) e a USAF o utiliza em diversas publicações oficiais.

A prática da guerra contemporânea constitui todo um novo paradigma de ação que se tem imposto aos militares americanos, especialmente desenvolvido nos moldes do

contraterrorismo praticado depois dos ataques do 11 de setembro 2001 ao Pentágono e ao *World Trade Center* (11/09). O cenário conflituoso é complexo, e os meios pelos quais as guerras são lutadas não refletem mais as grandes batalhas custosas em vidas humanas e recursos dos Estados. Mais do que “um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” (Clausewitz, 2010: 7), a guerra atual passa por um esforço constante e incessante de gestão de riscos e ações precisas contra indivíduos que representam ameaças aos olhos dos Estados. Isto será discutido na Secção 1.2 do Capítulo 1 deste trabalho relativamente ao conceito de guerra pós-moderna (Gray, 1997, 2003; Ignatieff, 2001; Lucas Jr, 2010).

O paradigma da guerra do século XXI, principalmente o dos países ocidentais e predominantemente dos EUA, se baseia em uma sociedade e cultura que veem a tecnologia como pilar central. Exemplo emergente deste novo cenário é o uso de ARP pelas forças armadas de diversos países e a criação de departamentos dedicados à guerra cibernética, como é o caso do *United States Cyber Command*, um comando militar americano que há 22 anos se dedica ao ciberespaço (US Cyber Command, 2022). Desta forma, a variável essencial para analisar o militarismo na guerra pós-moderna é a tecnologia.

Neste contexto, as ARP são parte de um novo domínio tecnológico, ou seja, são mais do que um único aparato individual, e envolvem uma série de serviços, dispositivos, métodos e práticas que demoram décadas para surgir e que mudam as estruturas civil e militar (Arthur, 2009 *apud* Kakaes, 2015: 10). São, portanto, aparatos tecnológicos, objetos derivados de processos mais amplos que são as tecnologias (Roland, 2016: 5-6), nesse caso, tecnologias da aviação, computacionais e de comunicação. Pela sua grande expressão no teatro da guerra pós-moderna, alguns especialistas consideram as ARP como um artefacto tecnológico que revolucionou a face da guerra, bem como aviões e armas nucleares fizeram, e como a cibertecnologia faz (Mehmetcik, 2014: 138). Porém, esta visão é excessivamente estreita quando vemos esses aparatos em meio a tantos outros e a tantas tecnologias que os cercam (Braun, 2015: 254). Nesta linha de pensamento, este trabalho assume que as ARP não são em si revolucionárias, mas encontram-se em uso dentro de um domínio tecnológico revolucionário, nomeadamente o computacional e das tecnologias da informação.

Estas aeronaves estão presentes nas forças armadas de inúmeros países ao redor do mundo, sendo que 39 destes possuem ARP com capacidade armada. Atores não estatais

também utilizam esta tecnologia, alguns grupos como o Hamas e o Hezbollah já realizaram ataques com ARP armadas (Bergen *et al.*, 2020). Somente 16 Estados realizaram ataques armados com ARP, dos quais os EUA foram os primeiros e realizam ataques constantemente (Drone Wars, 2022b). Como potência militar, a sua liderança no campo das ARP não pode ser ignorada pelas demais grandes e médias potências. Exemplo disso é a relação próxima entre os programas de ARP americano e britânico. O primeiro uso de MQ-9 Reapers pela *Royal Air Force* (RAF) se deu no Afeganistão em 2007, com o primeiro ataque em 2008 por oficiais britânicos que se encontravam em um programa de treinamento na base de Creech. É nesta mesma base que se localiza o 39 *Squadron* da RAF (Wright, 2010; Clark, 2018: 613; RAF, 2022; Drone Wars, 2022a). Esta relação entre as forças americanas e britânicas estabeleceu os moldes para que o programa de ARP britânico fosse estruturado e entrasse em pleno funcionamento, praticando também assassinatos seletivos.

A estruturação das Forças Armadas Americanas na guerra pós-moderna, ou pós-heróica, especialmente com a utilização de assassinatos seletivos através de ARP é inspiração também para a forma como as Forças de Defesa Israelenses se adaptam e atuam neste tipo de conflito (Cole e Dobbing, 2014; Shamir, 2018).<sup>8</sup> O precedente americano também despertou o desenvolvimento de ARP armadas em potências concorrentes e não ocidentais, como a China, a Turquia, a Rússia e o Irã. A China desenvolveu os modelos da série CH, Wing Loong I e II além do modelo WJ-700 Falcon, em 2021, que possui propulsão a jato. E, a empresa turca *Baykar Technologies*, desenvolve ARP desde os anos 2000 e exportou seu modelo armado Bayraktar TB2 para países como a Ucrânia, Azerbaijão, Catar e Arábia Saudita (Drone Wars, 2022b). A China, de 2008 a 2018,

---

<sup>8</sup> Segundo Chris Cole e Mary Dobbing (2014), em 2004 surgiram os primeiros relatos de que ARP estavam sendo usados por Israel para cometer ataques aéreos em Gaza. Há relatos de que um ataque tenha sido realizado em 24 de outubro de 2004, matando duas pessoas, e outro tenha ocorrido em 7 de dezembro do mesmo ano, matando um militante palestino. Entre junho e novembro de 2006 e durante a segunda guerra libanesa, no mesmo ano, as ARP israelenses puderam ser vistas frequentemente em combate. Em 2012, durante a Operação Pilar Defensivo, mais ataques foram verificados na faixa de Gaza contra líderes do Hamas. Porém, é importante ressaltar que Israel já praticava assassinatos seletivos desde antes das ARP serem utilizadas. Os primeiros relatos datam de 1987, com a Primeira Intifada, ainda com a negação do uso dessa prática por parte das autoridades israelenses. Em 2000 finalmente as autoridades comunicam publicamente que defendem e realizam assassinatos de forma preemptiva (Hajjar, 2014b). Israel utilizava principalmente atiradores de elite para realizar os assassinatos, mas chegou a utilizar um caça F-16 para matar Slah Shehadeh, ex-líder militar do Hamas, em 2002, ocasionando danos colaterais de mais de 150 pessoas (Hajjar, 2013). Dessa forma, os EUA influenciaram o uso de ARP nos assassinatos seletivos israelenses ao mesmo tempo que esta já consolidada prática israelense influenciou os americanos. Exemplo disso foi o treinamento sobre como realizar assassinatos seletivos que as Forças israelenses deram aos militares americanos na ocasião do início da intervenção no Iraque em 2003 (Hajjar, 2013).

exportou 181 ARP para 13 países, enquanto os EUA exportaram 35 Predator e Reaper no mesmo período. Atualmente, a China possui vantagem na exportação destas aeronaves armadas devido aos seus modelos serem consideravelmente mais baratos que os americanos, e não sofrerem restrições legais para a exportação, já que, ao contrário dos EUA, a China não é um Estado membro do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis. (China Power Team, 2020).

Estes exemplos demonstram a tendência global para o isomorfismo militar do modelo americano, o que indica a pertinência do estudo de caso da comunidade de ARP nas Forças Armadas Americanas. O isomorfismo militar consiste no processo de assemelhação pelo qual armas e estratégias passam em todo o mundo, em grande parte devido ao desejo de médias potências e potências regionais conseguirem o mesmo prestígio e desenvolvimento das grandes potências (Farrell, 2005: 454, 465-466; Pretorius, 2008: 99). Visto que os fundos americanos para pesquisa e desenvolvimento militar aumentaram 24 % entre 2012 e 2021, e que a aquisição de armas caiu, entendemos que os americanos estão preocupados em manter sua dominância tecnológica, desenvolvendo novas tecnologias ao invés de gastarem grandes quantias em tecnologias já dominadas por seus competidores estratégicos (Béraud-Sudreau *et al.*, 2022).

Nesse sentido, com o isomorfismo militar sendo uma realidade incontornável também no que se refere às ARP, o estudo de caso da comunidade americana de ARP torna-se igualmente relevante perante o protagonismo das Forças Armadas Americanas, merecendo espaço dentro da literatura das RI. A. Como grupo formado por militares pós-modernos e com alta relevância e atuação nos conflitos deste século, nomeadamente no contraterrorismo, é um caso que possibilita estudar a identidade e funções profissionais dos militares nesse novo contexto. Para além destes fatores, a utilização de ARP pelo governo americano é o caso que possui maior quantidade de dados empíricos disponíveis, como estudos de casos na literatura acadêmica, publicações oficiais das forças armadas, matérias na imprensa e relatos pessoais de ex-militares.

Diante de tal cenário, a literatura exclusiva sobre as ARP cresceu sensivelmente na última década, e versa principalmente sobre análises que juntam questões éticas, morais e legais do uso dessas aeronaves (Enemark, 2013; Aaronson *et al.*, 2015; Barela, 2015; Bergen e Rothenberg, 2015; Schulzke, 2016; Agwu, 2018). Estas análises partem da consideração de que a guerra contemporânea é um conflito assimétrico, onde as novas

tecnologias levam a intervenções de caráter inovador, nomeadamente à utilização da política de assassinatos seletivos. A tradição da guerra justa (Strawser, 2013; Alison *et al.*, 2015; Kirkpatrick, 2015a; Schulzke, 2016) e a responsabilidade dos EUA como grande potência no Sistema Internacional (Aslam, 2013) também ocorrem na literatura. Grande parte dos autores foca-se na crítica à política de assassinatos seletivos e ao grande número de baixas de civis que esta ocasiona (Hajjar, 2006, 2013, 2014a, 2014b; Whetham, 2013), dedicando artigos inteiros ou capítulos ao assunto, especialmente na atuação da *Central Intelligence Agency* (CIA) no Paquistão (Williams, 2010; Enemark, 2013; Imtiaz, 2015; Shah, 2015) e, em menor medida, incluindo também dados sobre o Iémen (Bergen e Rowland, 2015; Swift, 2015) e o Afeganistão (Gregory, 2011; Waltz, 2015).

A consideração das questões éticas em um novo paradigma conflituoso internacional traz também as discussões quanto às virtudes militares e à ética guerreira no cenário geral (Moelker e Olsthoorn, 2007; Coker, 2007, 2008; Olsthoorn, 2011), e no cenário específico das ARP (Sparrow, 2013; Riza, 2014; Schulzke, 2016), além da ideia de uma identidade militar singular na sociedade pós-heroica (Tomforde, 2018). Esta discussão sobre as virtudes, no campo das ARP, está em grande parte relacionada com a virtude da coragem, como fica claro com o diálogo entre Jesse Kirkpatrick (2015a, 2015b) e Robert Sparrow (2015) no *Journal of Military Ethics*. Lindsay Clark (2018, 2019) também dá importância central ao atributo da coragem e à ideia oposta de covardia. Através de abordagens feministas e queer, Clark não só analisa a comunidade de ARP considerando as consequências da ausência de risco para suas funções profissionais, como também busca entender a tripulação das ARP como indivíduos complexos, seres emaranhados em redes sociais, psicológicas, culturais e históricas de poder que os des/empoderam de diferentes formas (2018: 610, 2019). São, pois, indivíduos complexos que estão numa situação espacial e social específica, mas também em um tempo particular, o do contraterrorismo do século XXI.

As fontes disponíveis sobre o assunto também contam com relatos diretos de ex-militares, que serão importantes neste trabalho como fontes primárias. Destacam-se dois livros escritos por ex-pilotos e que retratam o cotidiano destes no programa de ARP da USAF: *Hunter Killer: como os drones revolucionaram a guerra contra o terror*, escrito pelo Tenente-Coronel Mark McCurley em coautoria com o jornalista Kevin Maurer (2015), e *Predator: the remote control air war over Iraq and Afghanistan*, obra do Tenente-Coronel Matt Martin em coautoria com Charles Sasser (2010). Estes dois autores ressaltam suas

experiências de forma autobiográfica. Outras fontes diretas disponíveis são denúncias feitas por ex-militares que trabalharam com ARP, como o caso de Brandon Bryant, Cian Westmoreland, Stephen Lewis e Michael Hass, que procuraram a imprensa para relatar as falhas e consequências do programa de assassinatos seletivos por meio de ARP do governo americano (Pilkington, 2015). Por fim, documentos secretos do governo americano que foram expostos na internet tornam-se também fontes essenciais para a análise, nomeadamente os reunidos pelo *The Intercept* (2015) sob o nome *The Drone Papers*.<sup>9</sup>

A análise de ARP também é feita por Heather Hayes (2016), autora que se refere não ao tema específico das ARP, mas sim aos conflitos do contraterrorismo e analisa os sujeitos da violência no mesmo. Parte da literatura crítica sobre ARP se concentra em analisar os efeitos que possui nas populações residentes das áreas dos ataques, nos mecanismos de criação de “espaços marginais” no sistema internacional e desumanização das vítimas (Williams, 2010; Barrinha e da Mota, 2017a). A política de assassinatos seletivos através de ARP faz os corpos existirem de forma desmaterializada, como imagens e informação que estão sempre disponíveis a serem alvos de ações preemptivas. São sempre um perigo potencial, numa lógica em que o que indivíduo representado suplanta quem o indivíduo verdadeiramente é (Wilcox, 2015a: 157; Barrinha e da Mota, 2017a: 260).

Raros são os casos em que a literatura se dedica inteiramente a uma análise dos indivíduos que executam os atos violentos, ou seja, os militares. Duas formas centrais de olhar especificamente para os militares se destacam; por um lado, através do enfoque sobre a distância física entre os militares e seus alvos, e nas críticas que ex-militares denunciando fazem, de forma a demonstrar as consequências negativas da política de assassinatos seletivos (Pilkington, 2015; Hayes, 2016); por outro lado, pela abordagem das consequências do uso de ARP para a saúde mental dos militares, o que é feito na maioria das vezes por autores da área da psicologia e medicina (Chappelle *et al.*, 2011; Otto e Webber, 2013; Chappelle *et al.*, 2018; Phillips *et al.*, 2019; Sandner, 2020; Kieffer e Stahlman, 2021) ou por reportagens em tom de denúncia (Philipps, 2022). Uma exceção seria o trabalho de Caroline Holmqvist (2013), que considera uma nova ontologia da

---

<sup>9</sup> *The Intercept* é uma publicação jornalística investigativa independente lançada em 2014 pelo *First Look Institute*, organização que promove jornalismo independente sobre uma grande gama de assuntos. Em 2015, lançou uma série de 8 artigos, assinados por diferentes jornalistas, e alguns documentos do governo americano sobre as operações realizadas com ARP, reunidos sob o nome *The Drone Papers*.

guerra contemporânea e analisa a experiência humana através da tecnologia num esforço de pensar sobre a política e a ética neste cenário conflituoso. O que esta autora traz de inovador é pensar as experiências e sensações da guerra na ótica dos pilotos e as possíveis relações materiais e emocionais que eles estabelecem, considerando-os como um conjunto humano-material (Williams, 2011; Holmqvist, 2013: 546).

Esse tipo de análise focada no indivíduo continua com Lauren Wilcox (2015a), que traz para o centro das discussões das Relações Internacionais (RI) a conceptualização dos corpos e a forma como são construídos através da violência. Através de teorias feministas, esta autora dá atenção à forma como os corpos são construídos em uma perspectiva política abrangente e ultrapassa a ideia tradicional das RI de que os corpos são objetos biológicos individualizados e inertes (Wilcox, 2015a: 5). Apesar da grande contribuição em pensar os corpos como entidades em construção, esta autora dedica maior atenção à produção dos corpos que podem ser mortos, ou seja, ao processo tecno-político que cria corpos que podem ser destruídos (Wilcox, 2015b).

Concluimos então que há na literatura uma carência de abordagens que coloquem o militar no centro da análise (Tomforde, 2018) e mais ainda, que o veja como um corpo que é construído em relação aos atos violentos que comete e em coexistência com corpos não biológicos. É neste sentido que esta dissertação busca literaturas alternativas às das ARP e das RI, procurando incorporar um olhar pós-humano através do qual esses militares podem ser conceptualizados como corpos biológicos que só existem em coexistência com outros corpos físicos e não físicos (*software*). Daí se dá a escolha pela abordagem pós-humanista, que deriva do pós-modernismo e ganha corpo com o pensamento feminista na década de 1990, oferecendo uma alternativa à concepção tradicional do que é humano, indo para além do pensamento dualista e hierárquico (Ferrando, 2013, 2020; Možgin, 2020: 111). O pós-humanismo busca entender as relações entre humanos e outros seres animados ou inanimados, pensando de forma crítica a formação do que é o humano (Braidotti, 2013, 2019). O pós-humanismo não pretende ultrapassar ou suprimir o elemento humano, mas sim resignificá-lo perante as interações que possui com outros elementos.

O quadro teórico deste trabalho parte da perspectiva pós-moderna, que tem como ponto central o questionamento das epistemologias e da moralidade que são tradicionalmente tidas como dados objetivos (Devetak, 2005). Influenciado pela perspectiva foucauldiana, o pós-modernismo busca lidar com as identidades e agências não como

fatores dados, mas sim como efeitos a serem explicados, de forma a analisar as forças que subescrevem essa agência ou identidade (Devetak, 2005: 166). O quadro pós-moderno busca questionar e problematizar as identidades e narrativas que são normalizadas como hegemônicas, dando atenção não ao caráter fixo e imutável dos conceitos e fenômenos, mas sim aos seus processos e suas forças modeladoras. Tal caráter contestador também se apresenta na abordagem feminista, que vai além, retirando o centro de análise das RI dos Estados e reposicionando-o sobre as relações e agentes interestatais, transnacionais e indivíduos marginalizados (True, 2005: 213). A forma como as abordagens feministas colocam os indivíduos como agentes que se encontram em determinado contexto histórico e social contribuem também para a análise proposta neste trabalho. Apesar de não ter predominância neste trabalho, a abordagem feminista é referida a fim de desconstruir a identidade dos indivíduos e citar a construção social do masculino e do feminino como processo fundamental da identidade militar (True, 2005: 214-215, 233).

Retomando a fala exposta no primeiro parágrafo desta introdução, junto ao desenvolvimento e protagonismo das ARP explicado acima, esta dissertação questiona o que existe de especial e peculiar nesta comunidade de ARP e o que a diferencia dos pilotos de aeronaves tripuladas e de outros grupos dentro das forças armadas. Dessa forma, a pergunta que esta dissertação busca responder é: como podemos compreender a formação da identidade profissional dos militares que compõem a comunidade de ARP? A pesquisa se propõe a identificar as transformações na profissão militar causadas pela nova forma pós-moderna de guerrear, predominante no século XXI. O pressuposto do trabalho é de que a introdução de tecnologias computacionais e da informação transformou o papel dos militares na guerra, no sentido de os tornarem cada vez mais especializados e afastados do terreno onde se dá o conflito armado. Este cenário é a base para o argumento de que a profissão militar sofreu mudanças em sua essência, especificamente para alguns grupos dentro das forças armadas. O que a dissertação argumenta é que esses grupos militares, envolvidos na guerra à distância, desenvolvem formas alternativas de pensar as virtudes e a identidade da profissão militar, formas estas que só fazem sentido quando consideramos o indivíduo como um conjunto pós-humano. Tal é ilustrado pelo estudo de caso da comunidade ARP americana, inserida no contexto global de “guerra contra o terror” protagonizado pelos EUA. A pesquisa contribui, portanto, para o melhor entendimento da profissão militar na atualidade, delineando a identidade e as práticas profissionais da comunidade de ARP e ressaltando as suas principais diferenças em relação a tradição



militar guerreira ocidental. Contribui também para a centralidade de pensar os corpos nas RI como objetos em constante processo de formação, além de propagar a epistemologia pós-humanista nesta mesma disciplina, o que faz através da análise do militar como um conjunto pós-humano formado não só pelo corpo biológico e pelas máquinas, mas também por elementos cibernéticos.

O Capítulo 1 pretende resumir, de forma cronológica, quais foram as tecnologias militares que representaram revoluções na forma ocidental de guerrear. Desde o surgimento das primeiras fortificações até a eclosão das duas grandes guerras do século XX (Secção 1.1) e os conflitos pós-modernos do século XXI (Secção 1.2). Esta análise tem a tecnologia como fio condutor e é necessária para entendermos como as organizações militares ocidentais se consolidaram com normas, estruturas e valores padronizados. A partir desta categorização será possível contrastar a guerra ocidental convencional e a “nova forma ocidental de guerra” (Shaw, 2005), majoritariamente americana, da virada do século.

O Capítulo 2 busca definir a essência da profissão militar, as suas características únicas adquiridas através do processo de profissionalização das forças armadas, já delineado pelo Capítulo 1. A partir de uma perspectiva da construção da identidade profissional, pretende-se apresentar o militar do século XXI através da epistemologia pós-humana, com foco na sua análise como um conjunto composto pelo sujeito humano individualizado e que existe perante a relação que desenvolve com outros corpos não biológicos. Com a tecnologia como fio condutor e elemento central da guerra à distância (Capítulo 1), o Capítulo 2 analisa as características únicas da profissão militar (Secção 2.1) juntamente a ideia de um militar pós-humano (Secção 2.2).

O Capítulo 3 traz dados empíricos para ilustrar a nova identidade do militar pós-moderno, demonstrando como a epistemologia pós-humana está intrinsecamente ligada à comunidade de ARP. E, estabelecendo conclusões sobre o que de fato muda na experiência profissional e na percepção identitária destes militares.

Por fim, a Conclusão irá recapitular e relacionar as principais conclusões de cada capítulo, antes de tecer considerações mais gerais sobre a construção da identidade profissional dos militares pós-humanos que compõem a comunidade de ARP.



## Capítulo 1 – A guerra sob uma perspectiva histórico-tecnológica

Face à predominância da guerra nas comunidades humanas ao longo da história, a primeira secção deste capítulo visa fornecer um panorama geral das principais tecnologias que constituíram pontos de viragem na forma de se fazer a guerra. Pretende-se entender a linha evolutiva da guerra, o que requer uma análise dos desenvolvimentos tecnológicos que tiveram carácter revolucionário no setor militar, bem como as raízes do militarismo moderno, que surgiram com a profissionalização e o estabelecimento de normas na Europa do século XVII. A segunda secção parte do último momento de revolução tecnológica, a revolução computacional e das tecnologias da informação, a fim de estabelecer como a guerra contemporânea é conduzida na prática. A definição desta guerra pós-moderna perpassa o entendimento das inovações tecnológicas militares do fim do século XX e da guerra à distância, baseada no poder aéreo. Para tais objetivos, as revoluções tecnológicas serão norteadoras das próprias revoluções militares, apesar de não serem o único fator a determinar mudanças na história militar. Este capítulo define as ARP como componente de uma revolução militar mais abrangente, a computacional, e dá a base para entendermos o militar como indivíduo pós-humano no Capítulo 2.

### 1.1. Da guerra clássica à guerra industrial do século XX

A guerra é uma das atividades humanas com ocorrência constante ao longo da história da humanidade, através da qual as comunidades humanas interagem entre si (Grossman, 1995: xiv; Morillo *et al.*, 2009a: ix). Em geral, não há um consenso quanto à definição de guerra, pois as atividades humanas violentas formam um grande continuum, e ao longo da história as capacidades tecnológicas e materiais permitiram intensidades e alcances diferentes para a violência aplicada. Historicamente, a guerra tem sido definida como um estado de contenção armada entre grupos humanos diferentes, que ocorre desde a era pré-histórica e atualmente entre Estados que recorrem à força militar (Lee, 2008) entre si ou contra atores não estatais classificados como ameaça<sup>10</sup> e, ainda entre grupos não

---

<sup>10</sup> Exemplo marcante é a “guerra contra o terror” lançada pela administração do presidente George W. Bush (2001-2009) contra a al-Qaeda e outros grupos considerados terroristas no imediato pós-11/09.

estatais que entram em conflito armado. Este ato de recorrer à força não se restringe somente a ameaças de destruição física. Como veremos neste capítulo, a guerra contemporânea pode ocorrer também no domínio cibernético, onde a força física se torna elemento de preocupação secundária.

Há muito debate em torno da origem da violência humana. Esta estaria ligada a componentes biológicas intrínsecas ao ser humano, ou seria uma construção cultural? O que Stephen Morillo, Jeremy Black e Paul Lococo (2009a: 2) propõem é que a guerra como atividade humana é, ao mesmo tempo, biológica e cultural. Com efeito, todos os seres humanos são animais orgânicos com características biológicas e fisiológicas, que, por sua vez, influenciam o seu comportamento. Por outro lado, na vertente cultural, as evidências arqueológicas demonstram que a origem do conflito armado entre grupos humanos está relacionada com o surgimento de outras atividades e estilos de vida. Porém, é importante ressaltar que o ser humano já nasceu como uma espécie armada, pois protohumanos já possuíam armas, mesmo que não fossem usadas para fins de conflitos entre grupos. O arco e a flecha, por exemplo, são uma tecnologia pré-histórica muito proeminente que, ao contrário de outras armas, não era uma ferramenta, mas sim uma máquina (Roland, 2016: 9).

Definindo a guerra como a violência humana organizada contra outros grupos humanos, as primeiras evidências arqueológicas datam de 8000 a.C (Morillo *et al.*, 2009a: 3). Por volta deste mesmo período histórico, o desenvolvimento da agricultura constitui um evento determinante na explicação do surgimento da guerra, pois os humanos se fixaram em localizações geográficas, acumularam recursos e passaram por um aumento em números e densidade populacionais. Os recursos limitados eram motivo de cobiça entre os grupos humanos, e pelos quais valiam a pena engajar em conflitos. Assim, a sociedade passa a se hierarquizar em busca de dar respostas efetivas a ameaças externas e se organizar internamente. É importante mencionar que a agricultura e sua consequente organização social, impulsionaram o surgimento dos conflitos entre grupos humanos diferentes (Morillo *et al.*, 2009a: 18).

Na história da guerra, as primeiras tecnologias influentes nas batalhas envolveram fortificações, metalurgia e domesticação de animais (Morillo *et al.*, 2009a). As cidades fortificadas foram as primeiras tecnologias militares no mundo antigo; um exemplo é Jericó, atualmente uma cidade palestina situada na Cisjordânia (Roland, 2016: 11). Um

salto no desenvolvimento da guerra ocorreu com a domesticação dos cavalos no norte do Mar Negro e na Eurásia (4.000 a.C.), seguido da tecnologia de forja de metais, que proporcionou a criação de espadas e, posteriormente a criação das bigas, na Idade do Bronze (por volta de 3000 a.C. - 1200 a.C.) (Morillo *et al.*, 2009a: 10-11). Por volta de 1.000 a.C. a habilidade de montar cavalos surgiu e, com a seleção de raças, as características necessárias para seu uso em batalhas foram alcançadas, permitindo que a cavalaria substituísse as bigas como elemento móvel nas batalhas do exército assírio (750 a.C.) (Morillo *et al.*, 2009a). No início da Idade do Ferro (1200 a.C. – por volta de 600 a.C.), novas táticas de infantaria implementadas através da cavalaria substituíram a centralidade das bigas (Roland, 2016: 18).

Os Assírios foram a primeira sociedade militarizada do mundo, com sistema militar organizado em hierarquia, infantaria disciplinada, cavalaria, artilharia de assalto e unidades permanentes com sistema de apoio logístico providos pela administração central (Morillo *et al.*, 2009a: 18; Chaliand, 2014: 48-54). Eram a maior potência militar após a introdução da cavalaria, lugar tomado pelos Gregos e Romanos na Idade Clássica (500 a.C – 500 d.C.). Estes últimos possuíam sistemas militares bem organizados, contando com engenheiros exclusivamente dedicados a desenvolver melhorias tecnológicas nesta área (Roland, 2016). A introdução da engenharia baseada na ciência é, aliás, a contribuição central dos gregos no campo da tecnologia militar, aspecto que era igualmente significativo na vida dos romanos ao ponto de ser parte da ética e da forma de guerrear romana (Roland, 2016). A centralidade da pesquisa e do desenvolvimento baseados na ciência é um elemento intrínseco na definição do que é a guerra ocidental, e teve seu início neste período histórico, alcançando um ritmo acelerado no século XX. Daqui também advém o ideal clássico do guerreiro ocidental, como aquele que atua de forma heróica e possui habilidade, coragem, força física e é respeitado pelos seus pares e pela sociedade em geral devido aos serviços prestados. Este ideal está retratado na *Ilíada* de Homero, texto que guiou o guerreiro ocidental até os séculos XIX e XX (French, 2003: 21-23).

O estribo chega à Europa no século V, com a Idade Média, facilitando e consolidando a atividade da cavalaria. A predominância dos cavaleiros perdura até o século XIII – XIV, quando a tecnologia da pólvora, vinda da China chega ao Ocidente através das invasões mongóis (Roland, 2016: 31-33). A pólvora foi uma das mais significativas revoluções na história do Ocidente, tendo duas fases, uma primeira quando a tecnologia das armas de fogo foi introduzida e, uma segunda, com a tecnologia das

máquinas movidas à combustão interna, no século XIX. A combustão interna representa um grande marco na guerra ocidental, levando a predominância de tanques nos campos de batalha do século XX e a um novo patamar na escala de mortes.

A pólvora inaugurou uma era de poder químico, mudou a dinâmica das fortificações, consolidou as armas de longo alcance e as artilharias, gerou ameaças à ordem social, e modificou os valores centrais que constituíam o soldado. Com a chegada das armas de fogo, o paradigma da força física e habilidade individual que guiava a guerra dá lugar ao paradigma da morte a distância, onde a coragem e a honra, antes determinadas pelas ações dos guerreiros face ao risco físico que corriam numa batalha, decaem perante a habilidade de puxar o gatilho (Roland, 2016: 36-38). As armas de fogo podiam ser usadas de forma simples, sem grande habilidade e preparo prévio, além de ser um meio eficiente de matar e mais barato que todo o equipamento utilizado anteriormente pela cavalaria. Estes fatores fizeram com que as grandes virtudes e habilidades militares que predominavam na cavalaria decaíssem de importância. O movimento de afastamento físico e psicológico entre o guerreiro e seu alvo é constante na cultura ocidental e ecoa no uso de ARP nos dias atuais, como veremos mais adiante.

Por volta de 1600, a Europa presenciou um movimento para uma maior profissionalização da guerra, diminuindo a contratação de tropas mercenárias e estabelecendo exércitos nacionais permanentes e oficiais remunerados, com o pioneirismo de Luis XIV da França (Elias, 1990: 17-19; Morillo *et al.*, 2009b: 306-308; 319). Neste período os engenheiros militares e publicações científicas sobre o setor militar ganharam importância. Os soldados de carreira, profissionais que estudavam e viviam a guerra durante toda sua vida, eram o componente central das forças armadas, que, por passarem a ter elementos constantes, ganham unidades permanentes e regularizam práticas, táticas, uniformes e armamentos utilizados, criando cultura e história particular (Morillo *et al.*, 2009b: 308). No século XVII, marinhas burocráticas surgem como instituições avançadas que asseguraram a dominância militar europeia, e navios de guerra como os artefatos tecnológicos mais complexos da época, que só irão sofrer grandes desenvolvimentos com os navios de ferro e a vapor no século XIX (Morillo *et al.*: 383-384). A profissionalização do setor militar na Europa e sua ligação ao Estado deram início ao modelo militar ocidental – nomeadamente a padronização na divisão das forças armadas, especialização funcional dos militares e uso das tecnologias mais avançadas da época – e as normas da guerra convencional (Farrell, 2005: 462-465).

A partir da segunda metade do século XVIII a Europa e os EUA passaram pela Revolução Industrial, evento que contribuiu para a consolidação do conceito de exércitos de massa que surgiu durante as guerras napoleônicas (Forrest, 2005: 64-65). A explosão demográfica, produção em massa de uniformes, munições e armamentos, transporte em massa por meio de navios e ferrovias, e até o surgimento de alimentos enlatados facilitaram a guerra em larga escala (Morillo *et al.*, 2009b: 442-443; Chaliand, 2014: 247). A Guerra Civil Americana tornou visível as mudanças da Revolução Industrial e é considerada a primeira guerra moderna (Chaliand, 2014: 209). Esse cenário de profissionalização das forças armadas, industrialização e a consolidação dos exércitos e marinhas nacionais que deram dominância mundial à Europa e aos EUA constituem o pano de fundo para as Guerras Mundiais do século XX. A Primeira Guerra Mundial (1ª GM) (1914-1918) foi o primeiro conflito europeu a mobilizar toda a sociedade e a contar com a presença americana.

No final do século XIX, início do século XX, a guerra ocorria nos domínios terrestre, com a combinação de infantaria, cavalaria e artilharia; e naval, onde barcos e submarinos eram movidos à combustão interna. No início do século XX, a guerra se expande para o domínio aéreo, com a invenção do avião. Durante a 1ª GM os aviões eram em maioria de reconhecimento e vigilância, sem armamentos integrados e realizavam ataques somente com granadas de mão e detritos (Roland, 2016: 58). Foi no período entre-guerras que a aviação evoluiu e, durante a 2ª GM, o suporte aéreo remodelou a guerra terrestre ao proporcionar transporte rápido e de grandes quantidades, uso de unidades paraquedistas e grande capacidade de vigilância e de ataques armados com risco mínimo aos atacantes. Neste contexto os sistemas de armas já estavam plenamente acoplados às aeronaves, dando origem à plataforma de armamentos mais complexa do período. Os alvos eram tanto militares quanto civis, consolidando a ideia de guerra total onde todas as infraestruturas que possibilitam a prática da guerra – como indústria, centrais energéticas, centros de comando, sistemas de transporte, entre outras – devem ser eliminadas (Morillo *et al.*, 2009b: 548-550; Overy, 2005: 139; Roland, 2016: 62).

No fim da 2ª GM, a energia atômica surge como tecnologia revolucionária, que trouxe uma nova perspectiva e balanço de poder mundial (Chaliand, 2014: 248), sendo, junto à institucionalização da pesquisa e desenvolvimento militar, uma consequência central deste período. A energia atômica em si não é um armamento, e representa antes uma *opção* de fonte energética civil e militar, criando, por exemplo, uma revolução no uso

de submarinos. Quando movidos à energia atômica, os submarinos são capazes de submergir por períodos muito mais prolongados de tempo, cumprindo seu objetivo inicial de serem furtivos (Roland, 2016: 53-55). Porém, quando utilizada enquanto arma de detonação, a energia atômica possui um poder destrutivo incomparável, sendo capaz de produzir uma catástrofe planetária que é racionalmente indesejada pelos Estados.

Kenneth Waltz (1995), um otimista nuclear, considera a este propósito que o surgimento de Estados com capacidade de produzir armamentos nucleares geraria um equilíbrio mundial que culminaria na ausência de conflitos diretos entre as potências. Esta ideia, conhecida como teoria da dissuasão, é a de que, ao possuir tal poder destrutivo um Estado seria desestimulado a atacar outro que possua o mesmo nível de poder, sob o risco de sofrer danos extremos no caso de retaliação. As armas nucleares não existiram em essência para serem usadas, mas sim para *deter* o uso uma das outras. Até hoje, os factos endossam que a dissuasão nuclear pode ser válida, visto que após os terríveis ataques americanos a Hiroshima e Nagasaki, nenhum outro país que tenha desenvolvido armas nucleares as usou. Porém, há estudiosos que demonstram outra faceta da corrida armamentista nuclear, um ponto de vista pessimista. Scott Sagan (1995) defende que um maior número de Estados com posse de armas nucleares pode tornar o mundo mais inseguro, visto que eles podem entrar em guerras preventivas, podem falhar em criar forças sustentáveis para essas armas e podem sofrer sérios acidentes envolvendo tais armas. O ponto comum entre as várias visões é a centralidade do caráter revolucionário da energia atômica na guerra (Sagan e Waltz, 1995).

Após a guerra aérea e a energia nuclear, o século XX ainda tem muito que mostrar no campo das inovações tecnológicas e desenvolvimento de artefactos usados nas guerras. Seguindo a linha cronológica, o próximo domínio que a guerra atingiu, durante a Guerra Fria, foi o campo espacial. Foguetes, estações espaciais e satélites tornaram-se desde então parte do mundo atual e estão intimamente relacionados com a última revolução militar que o mundo presenciou, a da tecnologia computacional. Apesar de surgirem da corrida armamentista entre EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) durante a Guerra Fria, estas plataformas nunca se tornaram armadas, e são tão ou mais importantes para o campo civil do que para o militar (Roland, 2016: 64-67). Atualmente, os sistemas de comunicação, localização e internet dependem dos satélites em órbita; tanto o mundo civil quanto o militar tem estes artefactos como essenciais e ponto mais vulnerável, que, se danificados, podem causar prejuízos em todas as esferas da vida humana.



Nos dias atuais, também como consequência da tecnologia computacional, discute-se sobre um quinto domínio da guerra, o cibernético, onde civis e militares podem sofrer e infringir ataques através da internet, objetivando espionagem ou sabotagem (Beard, 2016; Roland, 2016: 115-116; Yong-Soo e Abmann, 2016). A guerra cibernética pode ter consequências físicas diretas, ao invadir sistemas de armas do inimigo, ou pode ser lutada somente no nível cibernético, sem o objetivo de causar um ataque físico direto, mas sim perdas de informação. Por exemplo, já foram confirmados casos de insurgentes que conseguiram hackear ARP americanas no Iraque e obter imagens de vigilância que eram transmitidas aos militares americanos (MacAskill, 2009), bem como uma aeronave RQ-170 Sentinel, modelo desenvolvido em colaboração pela USAF e CIA com capacidade *stealthy* que o Irã alega ter hackeado e capturado (The Guardian, 2011; Hastings, 2012; BBC, 2013; Cancian, 2021). O domínio cibernético e as informações contidas nele são essenciais para a guerra do século XXI.

Ao considerar a evolução da guerra e dos armamentos ao longo da história, é possível observar que o desenvolvimento da guerra se deu de forma lenta, com pontuais inovações tecnológicas que mudavam completamente o cenário das batalhas entre os grupos humanos. Primeiro com a metalurgia, seguindo com a domesticação de animais, as armas à pólvora e máquinas a combustão interna, a energia nuclear e por fim com a tecnologia computacional. Conforme novas tecnologias entravam no cenário das guerras, principalmente durante o século XX, o ritmo das mudanças e inovações se acelerou cada vez mais, desenvolvendo mais artefactos tecnológicos em um intervalo de tempo menor.

Entendemos também que a ocorrência das guerras mundiais do século XX tem raízes em eventos passados, como a Revolução Francesa, que inaugurou a ideia de nação de armas, a Revolução Industrial e, já no século XX, o Fordismo, que permitiram a produção em massa e transporte rápido de grandes volumes, bem como o novo modelo de administração e profissionalização das forças militares introduzido na Europa e referido por Clausewitz no seu clássico livro *Da Guerra* (Roland, 2016: 80). O século XX foi, portanto, em termos qualitativos, o mais transformador da história da guerra na humanidade. As guerras foram ganhas pelos Estados que tinham maior capacidade e produção industrial, e ocorreu pela primeira vez uma guerra que envolveu quatro domínios de conflito (terra, ar, mar, espaço). Neste período, sistemas institucionalizados de pesquisa e desenvolvimento militar também foram centrais para os Estados, principalmente durante a corrida armamentista que se desenrolou na Guerra Fria.

Esta era de grande velocidade no desenvolvimento tecnológico, que corresponde à segunda metade do século XX até os dias atuais, é reconhecida por muitos estudiosos como o período pós-moderno (Snider, 2000; Williams, 2008; Hajjar, 2014). No entanto, a guerra contemporânea, segundo Chris Gray (2003: 215), é uma guerra em crise devido à contradição entre a possibilidade de uma guerra total – já referida acima – e o fato de que as tecnologias mais destrutivas não podem ser usadas, como as armas de destruição em massa. A destrutividade da guerra moderna vista através dos alvos civis durante a 1ª e 2ª GM, e, como veremos a seguir, através do uso de ARP, coloca em dúvida a identidade do guerreiro. A ideia de destruição total, por exemplo, que ocorreu com as bombas atômicas, elimina a característica essencial da identidade guerreira de participar de empreendimentos honrados, onde a honra que o inimigo possuía definia a própria honra do militar que o enfrentava (French, 2003: 6). Coragem e força física, como já mencionado acima, são valores guerreiros que também entraram em declínio com a chegada da guerra à distância.

Por fim, um ponto a destacar é que, já no princípio, os exércitos apresentavam subdivisões entre si, como podemos observar com a alta hierarquia dos grupos que lutam nas bigas e posteriormente com a cavalaria. A divisão e a hierarquização entre os militares são centrais para criar disciplina e eficiência nas forças armadas, além de construir identidades particulares a cada grupo que as compõem. John Keegan (1994) descreve isso nas Forças Armadas Britânicas, onde vários regimentos possuíam graus de importância e individualidades únicos, que se refletiam nos seus uniformes e nas medalhas que ganhavam. Os regimentos se definiam pelas suas individualidades, e estas permitiam que se tornassem organizações eficientes em combate, onde o sentimento de lealdade aos seus comuns prevalecia (Keegan, 1994: xiv-xv). Tal divisão interna será mencionada mais adiante no trabalho, ao identificarmos quais as funções e identidades do militar pós-moderno. Antes disso, trata-se seguidamente de abordar de forma mais detalhada a era pós-moderna no militarismo ocidental.

## **1.2. A guerra pós-moderna do século XXI: concepção de guerra por controle remoto**

Desde o fim da 2ª GM, vivencia-se no Sistema Internacional, em especial nas grandes potências ocidentais, uma efervescência no surgimento de novas tecnologias. Como de costume, as forças armadas integram essas novidades nos seus aparatos militares,

e o exemplo americano é o mais complexo e relevante para a observação deste fenômeno. Após a 2ª GM, os EUA passaram por uma mudança em sua sociedade, com a introdução dos computadores e microchips, e o crescimento das tecnologias de informação que não se baseavam mais no papel, mas sim nas telas (Hill e Rogers, 2014). Desde o fim da 2ª GM, os EUA afirmaram-se e consolidaram-se enquanto superpotência militar de destaque na cena internacional. Os EUA contam hoje com cerca de 750 bases espalhadas por mais de 80 países ao redor do mundo, aproximadamente 173 mil tropas presentes em 159 países em 2020. Possuem também a maior despesa militar entre todos os Estados, totalizando 778 bilhões de dólares em 2020, quantia superior à soma dos próximos 10 países com maior gasto (Hussein e Haddad, 2021), tornando este o 19º país a investir mais de seu PIB no setor militar (3,73%) (CIA, 2021).

Foi durante a Guerra Fria que desenvolvimentos tecnológicos relacionados com a comunicação e a informação ganharam extensão e profundidade, tendo os EUA como protagonistas na utilização de computadores e outros sistemas que possibilitavam a revolução do fluxo de informações. Especialmente num cenário de bipolarização mundial, tecnologias de informação foram rapidamente incorporadas no aparato militar americano durante as décadas de 1980 e 1990, levando ao cenário conhecido como a *Revolution in Military Affairs* (RMA) (Chapman, 2003; Shaw, 2005; Rasmussen, 2006; Singer, 2010). O termo está amplamente disseminado para se referir a mudanças na tecnologia militar e seus impactos na prática da guerra (Chapman, 2003). A RMA é um desenvolvimento que permite a potências como os EUA usarem as tecnologias como forma de pressão coerciva sobre governos não cooperativos ou desfavoráveis aos seus interesses (Malesevic, 2010). A origem do termo data do início da década de 1980, quando o Marechal soviético Nikolai Ogarkov utilizou a expressão “revolução técnica militar” para descrever o momento pelo qual os EUA passavam na Guerra Fria (Chapman, 2003). No que diz respeito às novas armas, a revolução se referia ao desenvolvimento das armas de precisão guiadas a laser ou por localização no *Global Positioning System* (GPS), nomeadas de *Precision Guided Munitions* (PGM) (Chapman, 2003). Porém, o principal componente desta dita revolução é o surgimento e a integração nos sistemas militares de tecnologias da informação e comunicação baseadas em computadores, da quais a força militar passou a depender inteiramente (Friedman e Friedman, 1996; Rasmussen, 2006). Neste contexto, os EUA inauguraram uma nova era de cultura militar, baseada no poder aéreo, o que foi possível graças à precisão e impunidade inerentes a este (Shaw, 2005).

As PGM levaram ao aumento da letalidade e da eficiência, comparadas com armas balísticas convencionais,<sup>11</sup> isso devido à precisão inerente a estas armas, além de a tecnologia da comunicação tornar possível a monitorização e o fluxo de informações ininterrupto e em tempo real. Nos EUA, o debate sobre RMA foi trazido com força no início da década de 1990, através de Andrew W. Marshall, diretor do *Office of Net Assessment*, uma agência interna ao Departamento de Defesa, fundada pelo próprio Marshall em 1973 (Chapman, 2003; Rasmussen, 2006).

Segundo Arthur K. Cebrowski, ex-presidente do *Naval War College* em Newport, Rhode Island, as tecnologias da informação significavam uma mudança na história da guerra, ou seja, na forma de lutar e ganhar as guerras (Singer, 2009). Apesar de serem conhecidas pelo termo *revolução*, não há consenso quanto ao carácter verdadeiramente revolucionário das inovações tecnológicas quando analisadas de forma isolada. Paul W. Singer (2010: 299), por exemplo, admite que algumas tecnologias foram verdadeiramente revolucionárias por si próprias, como foi o caso da pólvora e da bomba atômica, já explicitadas na secção anterior. Estes são momentos raros na história e, para este autor, o grande fluxo e velocidade no aprimoramento das tecnologias pós-Guerra Fria não é uma revolução em si. O que podemos interpretar disso, e que será evidenciado nesse trabalho, é que uma nova tecnologia surgiu – os *softwer* e *hardwer* computacionais – gerando impactos em todas as esferas da vida humana e reconfigurando todo o setor militar, com desenvolvimentos quase que anuais de novos aparatos tecnológicos – computadores, celulares, sistemas de localização etc. O cerne da última revolução no setor militar está na tecnologia computacional e eletrônica.

É necessário ir além da análise somente da tecnologia, e considerar a transformação nos sistemas de comunicação, comando, inteligência, controle, estratégia (Shaw, 2005; Rasmussen, 2006) e na cultura militar (Hajjar, 2014). Isto quer dizer que a RMA, bem como os outros momentos de revoluções citados na secção anterior, deve ser vista como um processo amplo, que se desenrola ao longo de anos e tem seus efeitos percebidos em diversas áreas, como por exemplo, na formulação de novas estratégias para

---

<sup>11</sup> Projéteis balísticos são aqueles que após lançados são guiados somente pela gravidade. As PGM são projéteis não balísticos, pois podem ser controlados após saírem da plataforma de lançamento e, possuem também uma propulsão própria, por meio de foguetes acoplados. (Friedman e Friedman, 1996). Este é o caso dos mísseis AGM-114 Hellfire e das bombas GBU que são utilizadas nas ARP armadas. Outro exemplo proeminente são os mísseis Tomahawk, usados, por exemplo, no Iraque em 1991, 1993 e 2003, no Afeganistão, onde 50 foram lançados nas primeiras horas da Guerra em 2001 (Polmar e Allen, 2016; Shane, 2017) e na Síria, onde foram lançados 47 em 2014 e 59 entre 2017 e 2018 (BBC, 2018).

as forças armadas (Rasmussen, 2006). Conseqüentemente, a revolução está nos resultados dos processos incrementais que as novas tecnologias produzem (*ibid.*), ou seja, é necessária a junção de doutrinas políticas, estratégias e valores civis e militares, resultantes de um cenário pós-introdução da nova tecnologia, para que tenhamos um quadro revolucionário (Der Derian, 2009).

Antes de entrarmos na discussão mais profunda sobre os resultados destes processos em relação a novas configurações da guerra e das funções desempenhadas pelas forças armadas, é necessário tomar conhecimento de qual é a essência dessa tecnologia. Segundo Singer (2009), é possível identificar duas diferenças entre a RMA atual e as anteriores: a atual trata de mudanças drásticas no *software* e não do *hardware* da guerra. Pela primeira vez, o sistema de armas em uso não configurava em si a mudança mais drástica; o que importava era o quanto ele estava ligado a uma rede de sistemas eletrônicos. Portanto, a ideia de um “sistema de sistemas” é o paradigma central na nova forma de conduzir a guerra e a estratégia americana (Chapman, 2003; Rasmussen, 2006), inaugurando a era do militarismo pós-moderno (Williams, 2008). Nesta era, os instrumentos cinéticos – armamentos e veículo – da guerra são altamente dependentes dos instrumentos cibernéticos – *software* e tecnologias da comunicação –, ambos são complementares e, como exemplos, temos os sistemas de controle e comando dos armamentos nucleares e das ARP (Mehmetcik, 2014: 131).

A RMA é tida pelos políticos americanos como forma central de consolidar a posição de potência dos EUA num mundo unipolar do pós-Guerra Fria (Aaronson e Dyson, 2015: 4). Götz Alwardt e Christian Neuneck (2008) citam duas publicações do governo americano que refletem bem a sua visão e doutrina já nos moldes da RMA. São elas o *Joint Vision 2010* (1996) e o *Joint Vision 2020* (2000). Ambos ressaltam que os militares americanos estão encantados com a mobilidade, poder de fogo, tecnologia e informação que as suas Forças Armadas possuem atualmente, e determinam que a necessidade de superioridade informacional é um fator crucial para que se tenha sucesso na guerra. Estes documentos enfatizam que o mundo vive um momento no qual as capacidades de coletar, processar e disseminar informações de forma ininterrupta é essencial, ao mesmo tempo em que impossibilita o adversário de fazer o mesmo. Porém, essa superioridade não leva a informações perfeitas nem à eliminação do “*fog of war*”, as ocasiões inesperadas e imprevisíveis que são inevitáveis num conflito armado (Rasmussen, 2006; Clausewitz, 2010).

A nova estratégia das forças armadas passou pela redução gradual de *inputs* de informações e *output* de decisões dos sistemas inimigos (Rasmussen, 2006), uma mudança na própria lógica de fazer a guerra. O objetivo das operações militares desta nova era não se assemelha mais ao objetivo clausewitziano de eliminação total do inimigo através de batalhas decisivas (Shaw, 2005), mas se direciona antes para a interrupção do fluxo de informações dos sistemas inimigos.

Uma consequência óbvia desse modo de guerra é a sua maior duração. Sem ofensivas totais, o esforço das forças armadas fica contido à espera do momento correto de interceptar uma ação inimiga, no que Rasmussen (2006) chama de uma lógica de pique-esconde. A monitorização e a vigilância ininterruptas são possíveis e eficientes através da tecnologia, tornando-se num dos princípios fundamentais da guerra contemporânea. Neste aspecto, as ARP se destacam, pois foram inicialmente concebidas como plataformas de inteligência, vigilância e reconhecimento, com o modelo chinês CH-5 Rainbow tendo autonomia de voo de 60 horas, os americanos MQ-9 Reaper e RQ-4 Global Hawk com autonomias de 27 horas e 34 horas respectivamente (China Power Team, 2020; USAF, 2014).<sup>12</sup> Chamayou (2015), em sua análise das ARP, sintetiza isto no conceito de “guerra eterna”, referindo-se à capacidade do Estado de suportar o conflito por um período maior de tempo e a necessidade de caça constante aos indivíduos classificados como ameaças a segurança. É importante ressaltar que a ideia de caça, com alvos individualizados, permeia a guerra contemporânea, em especial o contraterrorismo americano pós-11/09. O livro de McCurley e Maurer (2015) demonstra isso no seu título, *Hunter Killer*, e no conteúdo que descreve o cotidiano do trabalho do próprio McCurley na comunidade de ARP e os anos que passou, no termo usado por ele, “caçando” o terrorista Anwar al-Awlaki. A própria General Atomics Aeronautical (2015), fabricante do MQ-9 Reaper define nas especificações técnicas que suas funções são de “*Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*” (ISR) e “*Hunter-Killer*”.

Portanto, até aqui, podemos concluir que a RMA permite uma “preservação por substituição” (Chamayou, 2015: 205), onde homens são substituídos por armas precisas, sistemas integrados e informação robusta, preservando não só suas vidas, mas também o Estado, que não sofre com os custos políticos derivados do envio de tropas. Esta

---

<sup>12</sup> O RQ-4 Global Hawk é uma ARP não armada fabricada pela empresa *Northrop Grumman* e amplamente utilizada pelos EUA desde 2001. Seus operadores incluem também OTAN, Japão e Coreia do Sul.

sensibilidade da sociedade e das autoridades americanas em relação às baixas e aos custos políticos será abordada e exposta seguidamente, no Capítulo 3.

Esta dinâmica representa a passagem do modelo de exército de cidadãos para o exército de mercado, onde os países ocidentais, principalmente, favorecem a “guerra de alta intensidade em capital”, ou seja, o fim do sistema de conscrição, o aumento no uso de empresas privadas de segurança – que envolvem transações de grandes volumes de capital – e o desenvolvimento de armas cada vez mais aperfeiçoadas de guerra à distância (Chamayou, 2015: 211; Morillo *et al.*, 2009b: 597). A contratação de Empresas Militares Privadas (EMP) pelo Estado, dependência do poder aéreo e tropas locais e, principalmente, a substituição da mão de obra (soldados) pelo capital (tecnologia), são formas que as potências democráticas ocidentais encontraram para evitar as baixas de seus militares e os problemas decorridos dos custos políticos que causam (Sauer e Schörnig, 2012: 169). O investimento humano, mão de obra, de que as guerras necessitavam para serem ganhas é substituído pelo desenvolvimento tecnológico, e investimento de capital (Barrinha e da Vinha, 2015: 25), diminuindo a dependência material do Estado em relação ao trabalho militar e a dependência social para com os soldados, isto é, os corpos que são essa força de trabalho (Chamayou, 2015: 212).

Estes novos armamentos e seus componentes cibernéticos apareceram na Guerra do Vietnã, quando os militares americanos utilizaram pela primeira vez sensores, navegação por satélite e munições guiadas por radiofrequência (Aaronson e Dyson, 2015: 4).<sup>13</sup> Em 1972, as tecnologias de mira com laser estavam totalmente integradas aos sistemas de orientação, protagonizando o famoso ataque a ponte Thanh Hóa, que, devido à precisão deste sistema, sofreu danos em sua estrutura pela primeira vez, mesmo após centenas de ataques anteriores (Bousquet, 2017: 74). Na prática, a RMA foi sentida pela primeira vez na Guerra do Golfo, quando as PGM tiveram prioridade. Os mísseis Tomahawk puderam demonstrar sua capacidade pela primeira vez em um conflito armado, durante a Operação *Desert Storm*, em que 297 desses mísseis de cruzeiro foram disparados (Polmar e Allen, 2016). Nesta operação, também foram utilizados mísseis AGM-114 Hellfire, que já possuíam mais experiência tendo sido introduzidos nas Forças Armadas Americanas em 1986 e usados no Panamá em 1989 (Missile Defense Project, 2021). Esta ocasião levou o público ocidental a acreditar que as guerras passariam a ser operações

---

<sup>13</sup> Já no fim da 2ª GM armas guiadas por precisão foram utilizadas pelos EUA (Barrinha e da Vinha, 2015: 19).

precisas (Ignatieff, 2001). A Guerra do Golfo foi um marco na utilização da nova tecnologia militar, incluindo também ARP do modelo israelense Pioneer, que chegaram a realizar mais de 300 missões (Cole, 2014).

A ideia aqui é que a guerra passou a ser virtual, no sentido em que se desenrola à distância dos campos de batalha, com baixas mínimas – pelo menos para o lado com supremacia tecnológica – e sem as imagens sanguinárias; noutros termos, passou a ser tratada como humanitária e higiênica aos olhos do Ocidente (Ignatieff, 2001; Der Derian, 2009). Desde o Golfo até ao Kosovo, em 1999, as guerras foram lutadas cada vez mais por controle remoto, diminuindo o número de soldados em terra e de baixas até ao auge, que foi a guerra aérea no Kosovo e a sua cultura política de aversão ao risco (Ignatieff, 2001).<sup>14</sup> As democracias ocidentais, em geral, se tornam cada vez mais sensíveis e intolerantes em relação a baixas, principalmente quando elas ocorrem em guerras lutadas por objetivos que não são ameaças existenciais ao Estado e quando alternativas que as evitariam não são utilizadas (Sauer e Schörnig, 2012: 368), e os militares americanos se tornaram mais sensíveis às baixas do que os civis (Cohen, 2001 *apud* Shaw, 2005: 35). A experiência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Kosovo foi crucial para mostrar ao mundo como as potências ocidentais, lideradas pelos EUA, iriam travar seus próximos conflitos, isto é, com a maior distância física possível. Um bom resumo deste cenário é apresentado por Sinisa Malesevic na sua tentativa de definir o que seriam as novas guerras lutadas na virada do século: “Como tal, as novas guerras só adquirem legitimidade eleitoral quando são limitadas, higiênicas e de rápida resolução, ocorrendo em partes distantes do mundo” (2010: 318).<sup>15</sup>

O processo de tomada de decisão no Kosovo demonstra a forma inovadora com que os militares estavam lidando com as suas funções profissionais numa guerra que Ignatieff (2001) considera como a primeira guerra pós-moderna da história. Comandantes em salas de reuniões espalhadas por diversos países, longe do terreno onde a guerra de fato ocorria, e assistidos por advogados militares que lhes garantiam o cumprimento das

---

<sup>14</sup> No Kosovo, foi introduzida uma nova geração de armas de precisão guiadas por GPS, as GBU-31 JDAM (Barrinha e da Vinha, 2015: 19).

<sup>15</sup> Tradução livre da autora. No original “As such, new wars acquire electoral legitimacy only when they are limited, sanitised, quick-fix affairs taking place in distant parts of the world” (Malesevic, 2010: 318).



Convenções de Genebra,<sup>16</sup> tomavam decisões a partir de informações em tempo real e com base na “fé” que possuíam nos sistemas tecnológicos (Ignatieff, 2001). O que ocorreu e ocorre neste tipo de linha de comando é que os militares são apenas executores das ordens pré-definidas por uma hierarquia extremamente rígida e suas ações são monitorizadas e muito mais constrangidas pelas *rules of engagement*. Isto é exatamente o mesmo cenário hierárquico, que restringe os pilotos de ARP na USAF atualmente, em que o soldado perde capacidade de decisão e ação própria. Os centros de comando na guerra do Kosovo foram descritos por Ignatieff (2001: 102) como sendo um ambiente de aparência mais civil do que militar, onde os comandantes comunicavam por meio de vídeo conferências, em salas bem equipadas e com a presença de conselheiros. É exatamente esta caracterização que pode ser aplicada aos que trabalham atualmente com as ARP, como veremos nos próximos capítulos deste trabalho.

O custo político causado pelo envio de tropas e as baixas que sofriam em regiões longínquas foram combustíveis para os países ocidentais, principalmente os EUA, desenvolverem esta nova forma de condução das guerras, que tem como uma de suas práticas as missões de assassinatos seletivos, conduzidas através de ARP (Hajjar, 2014a; 2014b; Chamayou, 2015). As forças armadas passaram por mudanças, desde a sua dimensão e atividades, até à introdução de novos componentes sociais,<sup>17</sup> caracterizando o que pode ser resumido na passagem da era moderna do militarismo (1900-1990), na qual prevalecia o exército de cidadãos/massas, para a era pós-moderna (a partir de 1990), onde prevalece o exército de mercado, estruturado em unidades menores e com profissionais altamente especializados (Williams, 2008; Hajjar, 2014).<sup>18</sup>

Para além do novo cenário tecnológico e informacional, a era pós-moderna do militarismo é caracterizada pela prevalência do imperativo social nas forças armadas, ou seja, os reflexos de movimentos e reivindicações da sociedade em geral começavam a ganhar espaço e incutir na identidade das organizações militares a intolerância à exclusão social (Snider, 2000; Coker, 2001: 103). O sentimento de segurança, dentro e fora das

---

<sup>16</sup> As Convenções de Genebra de 1949 e seus posteriores Protocolos Adicionais, ditam os princípios do Direito Humanitário Internacional, ou seja, as leis que vigoram durante os conflitos armados.

<sup>17</sup> Inclusão de mulheres e minorias nas forças armadas.

<sup>18</sup> Williams (2008) decompõe tanto a era moderna quanto a pós-moderna em dois períodos distintos cada, definindo então quatro períodos diferentes da evolução militar: moderna (1900-1945), moderna tardia (1945-1990), pós-moderna (1990-2001) e híbrida (a partir de 2001.). Para efeitos deste trabalho, será analisado somente as principais características dos dois períodos principais, o moderno e o pós-moderno, sem necessidade de maior gradação temporal.

fronteiras nacionais, que os EUA vivenciaram após a Guerra Fria possibilitou que o setor militar passasse a focar em assuntos sociais diversos, e critérios civis começaram a se mesclar aos militares, considerando avaliações éticas, sociais e políticas no contexto militar (Snider, 2000; Williams, 2008). Dentre as mudanças sociais nas organizações militares estão a maior contratação de civis e a inclusão total de mulheres e de homossexuais<sup>19</sup> (Snider, 2000; Williams, 2008; Hajjar, 2014). Os padrões de recrutamento também se tornaram mais permissíveis em alguns casos, devido à redução no efetivo disponível, aceitando jovens provenientes do abandono escolar, com baixa aptidão e até tendo cometido delitos (Williams, 2008).

Assim, as forças armadas da era pós-moderna são de menor dimensão, mas mais diversas, multiculturais, mais profissionais, menos expostas ao risco e com alta capacidade de processamento de informações (Snider, 2000; Lucas Jr, 2010). O profissionalismo é consequência das novas tecnologias, que exigem uma expertise específica, o que, por sua vez, torna o serviço militar meritocrático (Williams, 2008). A imagem da guerra pós-moderna é, portanto, difusa, com diversos processos paralelos (Lucas Jr, 2010), e a identidade militar não corresponde mais aos ideais tradicionais e ao caráter fixo que lhes era inerente (Coker, 2001: 103-104).

Esta nova forma de condução da guerra recebe nomes variados, mas que possuem o mesmo princípio fundamental, sendo conhecida como “nova forma ocidental de guerra” (Shaw, 2005), “guerra tecnologicamente avançada no estilo ocidental” (Malesevic, 2010), “guerra virtual” (Ignatieff, 2001) e “guerra moderna tardia” (Gregory, 2011). Os soldados passaram a incorporar capacidades técnicas voltadas para as novas tecnologias no seu cotidiano, sendo alguns grupos frutos desta revolução tecnológica, como os que trabalham com as ARP. Formar um soldado no século XXI é uma tarefa essencialmente diferente da do século XX, quando o esforço do treinamento militar consistia em transformar recrutas em soldados capazes de combater e matar (Rasmussen, 2006). Portanto, a profissão militar se distancia em muitos pontos da identidade heróica de soldado guerreiro que envolve a

---

<sup>19</sup> Em 1973 as mulheres eram 2% dos alistados e 8% dos oficiais nas Forças Armadas Americanas. Hoje são 16% e 19% respectivamente. Quanto ao número de homossexuais não há dados disponíveis. (Council on Foreign Relations, 2020). Uma constante na história da guerra é a predominância do gênero masculino como ator central, a guerra tem sido maioritariamente uma atividade masculina. A conexão das mulheres com a guerra sempre existiu, mas foi na segunda metade do século XX que as mulheres passaram a ter, também, o papel de perpetradoras da guerra na sociedade ocidental. Anteriormente, as mulheres estavam conectadas com a guerra maioritariamente no papel de vítimas de assassinatos, abusos ou estupros, como atores que suportavam a economia de guerra, esposas e mães, e como objetos que proporcionavam a realização de alianças através de casamentos ou que motivavam os conflitos (Morillo *et al.*, 2009).

fadiga das batalhas, e se aproxima de funções tecnicistas, características da esfera profissional civil (Sparrow, 2013; Boëne, 2018: 186-187), que mesclam as identidades de soldado guerreiro, gestor, acadêmico, político e policial (Williams, 2008).

Mais especificamente, a ideia de Shaw (2005) de uma “nova forma ocidental de guerra”, se traduz numa “guerra de transferência de risco” que constitui um novo imperativo do militarismo americano. A transferência do risco significa a minimização de riscos de vida dos militares (e do conseqüente risco político aos governantes), e a transferência do risco para os indivíduos considerados ameaças e para os civis, os quais são considerados danos colaterais aceitáveis quando atingidos. Nesta nova era, que se diferencia da ideia grega de batalhas corpo a corpo, com infantaria, as potências ocidentais buscam lutar à distância e evitar a infantaria e os altos riscos intrínsecos a ela (Shaw, 2005). O objetivo da guerra passa a ser minimizar o risco de vida dos militares enquanto se mantém a esfera de influência e os interesses do lado com superioridade tecnológica (Malesevic, 2010). Malesevic (2010) pontua acertadamente que esta nova forma de guerra se aplica, na prática, quase exclusivamente aos EUA, se estendendo a alguns poucos países da Europa, como o Reino Unido.

O ponto central da era na qual vivemos é o estado de fluxos (Der Derian, 2000), um movimento constante que vai em diferentes direções. As forças que moldam o Sistema Internacional estão em um fluxo constante, onde recebemos e passamos informações por meios virtuais a todo o momento; isso pode ser chamado de pós-fordismo, pós-modernismo ou pós-Guerra Fria (Der Derian, 2000; Lucas Jr, 2010). Em uma lógica internacional de fluxos, o Estado precisa de um novo conceito para pensar sua segurança, um que também seja fluido, daí surge a ideia de risco (Rasmussen, 2006). O conceito de risco não se iguala ao de ameaça, sendo este último a definição de um perigo identificável, mensurável e atual. Os riscos são difíceis ou impossíveis de mensurar, sendo apenas cenários que podem ou não vir a se tornar reais. Com este caráter futurista e probabilístico, que torna o risco como algo intrinsecamente inexistente (Barrinha e da Vinha, 2015: 15), são requeridas ações de gestão, que permitam atingir um cenário ou sensação de maior segurança (Rasmussen, 2006).

O que o conceito de risco traz para a sociedade em geral, e para os estudos de segurança, em particular, é um “princípio de precaução” (Rasmussen, 2006). Pensar em termos de riscos abre caminho para ações de uso da força de forma preemptiva, como foi o

caso americano após os ataques terroristas do 11/09. A nova estratégia de segurança nacional dos EUA passou a ser a de atacar preemptivamente (Der Derian, 2009). Exemplo disto são as estratégias de segurança nacional promulgadas pelo governo americano, o *National Security Strategy* de 2002 e o de 2006, em que os EUA declaram explicitamente que iriam exercer seu direito de legítima defesa de forma preemptiva, contra o risco de futuros ataques terroristas (Gray, 2008).

Não é exagero pensar na estratégia militar contemporânea como sendo baseada na gestão de riscos, medindo o seu sucesso a partir da mitigação dos mesmos (Rasmussen, 2006; Voelz, 2015: 59). A natureza dos conflitos que as grandes potências participam atualmente é a de “guerras de risco”, que se desenrolam entre atores estatais e não estatais, estes últimos sendo principalmente grupos terroristas de alcance internacional (Beck, 2009 *apud* Mythen, 2018: 21).

A RMA, a prevalência do poder aéreo e a habilidade de lutar guerras à distância e sem baixas são as características que resumem o cenário das guerras lutadas pelas potências ocidentais no século XXI, definindo a “guerra tecnologicamente avançada no estilo ocidental” (Malesevic, 2010: 316). Esta guerra de precisão tenta ressignificar a relação entre o indivíduo (militar) e seu corpo, para proporcionar maior efetividade e reduzir os impedimentos físicos de um sujeito corporificado, vivo e vulnerável à violência e a danos (Wilcox, 2015a: 135).

Um dos fatores que realmente sofrem mudanças nas guerras do fim do século XX e início do XXI é o nível de confiança social que se tem na tecnologia (Malesevic, 2010).<sup>20</sup> Os EUA possuem tradicionalmente confiança nas tecnologias quando travam guerras, o que não lhes garante necessariamente a vitória, como ocorre nos conflitos que envolvem terrorismo e possuem raízes políticas, exigindo mais que ações de força e demonstrações de poder para que sejam encerrados (Mahnken, 2008). A tecnologia avançada pode gerar efeitos contraproducentes como a ilusão de que soldados e civis não sofrerão nas guerras e causando nos inimigos a impressão de que os EUA são extremamente contrários às baixas de seus soldados (*ibid.*).

Os conflitos da virada do século devem ser entendidos como virtuais, não apenas por serem realizados por comandantes que estão afastados fisicamente dos horrores da

---

<sup>20</sup> A confiança social na tecnologia é sinônima do que Ignatieff (2001) chama de “fê” nos sistemas tecnológicos, já mencionado anteriormente neste trabalho.

guerra e por armas usadas por controle remoto, mas também por desmobilizarem a sociedade. A guerra não é mais associada à ideia de sacrifício (Ignatieff, 2001: 163). O esforço de toda a sociedade para fornecer bens e se envolver nos conflitos em alguma medida não é mais necessário da forma que foi nas guerras industriais do século XX. O cenário mais proeminente de comoção popular e mobilização para um conflito armado recentemente foi a intervenção americana após o 11/09. Apesar de não mobilizar todos os recursos da sociedade, a resposta armada americana necessitou da mobilização, junto da população, da ideologia nacionalista e da lógica geopolítica que conduz os interesses nacionais (Malesevic, 2010). O caráter de assimetria de risco da guerra, no sentido que objetiva transferir os riscos para somente um dos lados envolvidos, eliminando a ideia de reciprocidade, faz com que ela não seja mais um sacrifício nem para os militares nem para os civis (Wilcox, 2015a: 135).

A virtualidade reside não só nas telas que movem a guerra e na distância entre os soldados e o conflito, mas também na falta de percepção da guerra como sendo a realidade cotidiana das sociedades ocidentais, a guerra se transforma, como bem pontua Ignatieff (2001), num “esporte de espectadores”. A sujidade, crueldade, horrores e riscos da guerra estão em uma realidade física e emocionalmente distante dos civis ocidentais, e, também, de parte dos militares. Isto significa que o militarismo contemporâneo possui uma nova estética, onde as armas de precisão e o televisionamento da guerra a tornam num espetáculo (Bacevich, 2013: 122-123). A estética que foi predominante no século XX, incluindo 1ª GM, 2ª GM, Guerra da Coreia (1950-1953) e Guerra do Vietnã, foi reforçada pela mídia e a indústria de entretenimento. Estas últimas retratavam a guerra como bárbara e brutal, com campos de batalha onde os massacres afetam militares e civis, e as instituições e o serviço militares podem ser repressivos, inumanos e degradantes. Porém, nos anos 1990 a estética e o léxico alternativos começam a contrabalancear esta imagem, através da representação de uma guerra de alta tecnologia, com profissionais habilidosos e armas inteligentes que realizam operações cirúrgicas e sem fricção numa guerra pós-moderna, abstrata e virtual (Bacevich, 2013).

Essa virtualidade faz com que os cidadãos destas democracias não se importem com, ou questionem, os níveis de violência praticados em seu nome (Ignatieff, 2001), o que é mais um fator que fortalece os conflitos de longa duração e o argumento da “guerra eterna” (Chamayou, 2015), já explicitado anteriormente. A virtualidade se opõe à visceralidade da violência, com a guerra cada vez mais virtual para os que possuem

dominância tecnológica, e permanecendo visceral e real para os que estão no terreno das intervenções. Nas palavras de Ignatieff (2001: 5) “[...] guerra sem morte – para o nosso lado – é guerra que deixa de ser totalmente real para nós: guerra virtual”.<sup>21</sup>

É importante lembrar que o exercício desta nova forma de guerra pós-moderna se aplica a uma minoria dos países, nomeadamente aos que possuem acesso ao desenvolvimento econômico, social e tecnológico necessário. Esta realidade se impõe ao resto do mundo de forma implacável, através da coerção ou uso da força contra sociedades periféricas que vivem sob a influência de governos, ou em áreas nos quais os Estados ocidentais possuem interesses estratégicos. Neste sentido, os EUA possuem protagonismo; o desenvolvimento de tecnologia armamentista e a aplicação da nova forma de guerra descrita são fatores expressivos do fenômeno de militarização da política americana. A opção por recursos militares e pela diplomacia por coerção é característica dos EUA no pós-Guerra Fria, onde o militarismo ganha proeminência, ao mesmo tempo que o cotidiano da sociedade se distancia das Forças Armadas, numa espécie de paradoxo (Stavrianakis e Selby, 2013: 127-128).

Fica claro que a guerra tecnológica, virtual e pós-moderna do século XXI é essencialmente diferente das grandes guerras totais alimentadas pelo espírito clausewitziano, vivenciadas até ao século passado. Os soldados de hoje já não são mais cidadãos treinados para serem guerreiros que emanam valores militares como honra, coragem, sacrifício e amor pelo país, passando a ser profissionais tecnicistas a tempo integral (Ignatieff, 2001; Tomforde, 2018: 204). Assim, uma questão se impõe e precisa ser respondida: o que significa a profissão militar no século XXI? Esta pergunta não pode ser respondida de forma generalizada, pois é evidente que há diferentes funções desempenhadas por diferentes soldados dentro das forças armadas, sendo que alguns mantêm características tradicionais e se deslocam aos campos de batalha, como é o caso das Forças Especiais (Rasmussen, 2006), e outros buscam ainda definir o que compõe a sua identidade e funções profissionais, como é o caso da comunidade de ARP (USAF, 2020a).

---

<sup>21</sup> Tradução livre da autora. No original “[...] war without death – to our side – is war that ceases to be fully real to us: virtual war.” (Ignatieff, 2001: 5).

## **Capítulo 2 – O militar pós-moderno: uma profissão pós-humana?**

Até aqui, foi possível estabelecer a linha evolutiva do desenvolvimento da guerra através da revisão dos principais desenvolvimentos tecnológicos que a marcaram ao longo da história e da caracterização da guerra pós-moderna. Foi assim possível estabelecer que, na guerra pós-moderna, o papel da tecnologia foi exponencial na revelação da guerra à distância e na tendência à aversão ao risco. Neste capítulo, trata-se de abordar mais especificamente o militar enquanto profissional, pois afigura-se necessário compreender como a guerra pós-moderna reconfigurou o papel deste agente na sua vertente mais individual.

A primeira secção se propõe a definir a essência da profissão militar em contraste com o campo civil, ressaltando o caráter profissional que o militarismo adquiriu na sociedade ocidental. O conceito de identidade é utilizado para problematizar as divergências que a pluralidade de identidades pode trazer ao militar enquanto indivíduo. A segunda secção propõe abordar a profissão militar através de uma epistemologia pós-humana, como forma de ultrapassar os dualismos entre corpos biológicos e máquinas, em constante interação na guerra pós-moderna. Será assim realçada uma análise ao nível do indivíduo, para evidenciar como o corpo biológico militar existe em relação a corpos não biológicos. Relação esta que é evidente na comunidade de ARP, que será alvo do estudo de caso desenvolvido posteriormente no Capítulo 3.

### **2.1. A profissão militar**

Apesar de a forma pós-moderna de guerrear sugerir que o componente humano é retirado ou realocado geograficamente no cenário da guerra, este capítulo pretende explicitar que a presença humana na guerra está, na verdade, sendo alterada de forma mais profunda, na sua ontologia. Isto significa que o ser humano vivencia uma alteração na sua identidade fundamental de corpo biológico, através do qual as ações do conflito são praticadas, tornando-se num conjunto físico pós-humano (Wilcox, 2015a: 137).

Antes de expor no que consiste a ideia do soldado pós-humano, é necessário ter em mente uma definição do que tradicionalmente é a profissão militar, e como diferentes identidades são concomitantes e conflituosas na definição dos indivíduos. Por isso, a primeira parte deste capítulo apresenta a visão holística do que é a identidade de um soldado.

Neste trabalho a identidade será vista como relacional, dependente da existência de um Outro, em oposição ao qual se possa afirmar, sendo “marcada pela diferença” e pelo movimento de exclusão (Woodward, 2000: 9). Dessa forma, o movimento de exclusão mais amplo para a definição da identidade militar é entre o binário civil – militar, que divide o campo profissional da sociedade em dois grandes grupos distintos. Antes de prosseguirmos com o debate sobre a identidade militar, é importante definir o que diferencia o profissionalismo militar, e em particular os oficiais.

Na era moderna, a profissão militar é moldada por duas grandes forças, o imperativo *funcional* e o imperativo *social* (Huntington, 2000: 2). O imperativo *funcional* corresponde à razão pela qual os militares existem, ou seja, a função de prover segurança para determinada sociedade. O código guerreiro que deriva disto, chamado argumento funcional, foca-se nas necessidades da sociedade e gera motivação externa aos soldados para que sigam regras pré-definidas (French, 2003: 7). O imperativo *social* consiste nas forças sociais, ideológicas e institucionais dominantes na sociedade, que influem e moldam as instituições militares. Exemplo deste imperativo social é a integração de homossexuais e mulheres no serviço militar. Tal ocorreu devido ao reflexo das pressões geradas pelos movimentos sociais da segunda metade do século XX, que reivindicaram uma maior igualdade e inclusão destes grupos na sociedade em geral (Snider, 2000; Williams, 2008). A forte ligação entre as sociedades e as novas tecnologias, a redução do contingente militar humano e a aversão ao risco também são fatores, derivados das preferências da sociedade e dos decisores políticos, que influenciam a organização das instituições militares.

Os *profissionais* são grupos funcionais que possuem características altamente especializadas, constituídos por um conjunto de responsabilidade, caráter corporativo e expertise. Antes das competências especializadas, é necessário obter conhecimento cultural mais amplo. A responsabilidade é de caráter social e se impõe ao exigir que o profissional execute seus serviços conforme a sociedade requer e a partir de valores e ideais que os guiam. Ou seja, corresponde à garantia de segurança para a sociedade, e leva os oficiais a



responderem ao Estado, usando a violência para propósitos socialmente aprovados. Através do corporativismo, os profissionais compartilham um senso de unidade orgânica e consciência de grupo. O corporativismo corresponde à estrutura das organizações militares, que se reflete visualmente nos uniformes e insígnias de ranque utilizados diariamente. Por fim, a *expertise*, enquanto conhecimento intelectual e habilidades especializadas em um campo de ação humana, é obtida por meio da educação e experiência prolongadas, oferecidas por instituições (Huntington, 2000: 8-10).

Considerando esta definição, podemos observar que a expertise comum a todos os militares oficiais é a da gestão da violência, ou seja, o conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que permitem administrar o uso da violência e o controle das ameaças violentas ao Estado. As singularidades quanto à expertise dentro da profissão militar estão na divisão entre a gestão da violência na terra (exército), no mar (marinha) ou no ar (aeronáutica). (Huntington, 2000). A isto, num cenário de guerra pós-moderna, soma-se a gestão da informação no cenário cibernético, ou seja, há militares que já não gerem a aplicação da violência física direta, mas sim os meios cibernéticos.

Um aspecto do militarismo pós-2ª Guerra Mundial é o declínio da ideia do soldado-cidadão. Esta ideia decorria do entendimento de que a cidadania era exercida em sua plenitude por aqueles indivíduos que prestavam serviço militar ao seu país, fazendo com que classes altas e influentes da sociedade optassem pelo serviço militar, segregando determinados grupos étnicos, pobres, e mulheres, entre outros (Bacevich, 2013: 127). Posições de autoridade e a garantia de um futuro promissor para as elites deixaram de estar ligadas ao serviço militar, abrindo espaço para outras classes sociais e tornando o serviço militar mais profissional, protagonizado por oficiais que se envolvem na execução e formação de políticas e na manipulação da mídia, do executivo e do legislativo para favorecerem os seus interesses (Bacevich, 2013: 128).

Portanto, a profissão militar se diferencia das civis, essencialmente pela sua função de aplicação e gestão da violência (no caso dos oficiais), o que implica grande pressão física e psicológica que recai sobre os indivíduos. Porém, ela não é a única que exige uma exposição constante aos riscos à integridade física e à vida dos profissionais, coragem física perante situações de perigo iminente e tomadas de decisões morais complexas em contextos incertos (Robillard, 2017: 205). Policiais, bombeiros e médicos são exemplos de profissões que envolvem este cenário complexo.

Após a apresentação destes diversos fatores, concluímos que a chave para diferenciar os profissionais militares dos civis está relacionada com a sua função mais essencial de gestão e aplicação da violência, assim como a possibilidade real do profissional vir a ser útil para a sociedade por meio da execução das suas funções singulares. Michael Robillard (2017) argumenta a este propósito que o que demarca a diferença essencial entre a profissão militar e as demais é o fato de os soldados se prepararem para um momento que pode nunca chegar: a guerra. O autor denomina essa problemática como o “paradoxo da identidade de um soldado” (Robillard, 2017: 206-208). O paradoxo se impõe devido aos soldados desejarem ser úteis em situações de conflito, ao realizarem as tarefas para as quais são treinados, ao mesmo tempo que não desejam que a guerra se torne numa realidade, e desejam manter a paz. Esta contradição entre serem úteis como guerreiros – o que ocorre necessariamente na guerra – e um desejo geral da sociedade pela paz persegue os soldados ao longo de toda a sua carreira. Este paradoxo atinge a profissão militar em um grau mais intenso, comparando com outras profissões, tornando a identificação dos indivíduos com sua identidade profissional mais problemática para os militares do que para outros profissionais.

Este paradoxo é válido principalmente para o militar moderno (1900-1990), que estava sujeito a estruturas em larga escala, possuindo o papel de líder em combate, num contexto em que as ameaças consistiam em invasões inimigas ou ataques nucleares, e a missão militar era a defesa nacional ou de aliados (Snider, 2000; Williams, 2008; Hajjar, 2014), culminando em períodos de guerra em larga escala que contrastavam com períodos de paz. Na era do militarismo pós-moderno (a partir de 1990), a violência manifesta-se em níveis subnacionais, por meio de ameaças não estatais como o terrorismo, e forças menores e missões que passam a incluir finalidades humanitárias e de manutenção da paz (Snider, 2000; Williams, 2008; Hajjar, 2014), o que afeta o paradoxo de identidade do soldado. Neste cenário, os soldados podem encontrar utilidade, significado e identidade profissional em ações que não envolvem a guerra em larga escala, mas sim operações isoladas, muitas vezes com objetivos de alívio humanitário (Robillard, 2017).

Tomemos como exemplo o caso americano. A Guerra do Golfo (1990-1991) foi a última intervenção americana que consistiu em uma ação contra outro Estado, com objetivos de interesse nacional bem definidos e devidamente autorizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Desde então, os EUA deslocaram tropas para a Somália, Haiti, Bósnia e Kosovo em operações que não a guerra, ou operações de suporte e estabilidade,

assim como muitas missões humanitárias para alívio de catástrofes naturais foram realizadas, como no Bangladesh em 1995, na América Central em 1999, Moçambique em 2000 e Indonésia em 2004 (Moskos, 2005).

Os dois casos nos quais o governo americano enviou tropas para território soberano de outro Estado a fim de travarem conflitos armados ocorreram no Afeganistão, 2001, e no Iraque em 2003. A invasão do Iraque foi um conflito armado com objetivo de derrubar o regime ditatorial de Saddam Hussein, averiguar a existência de armas de destruição em massa – que nunca foi confirmada – e evitar o surgimento de ameaças terroristas. A guerra do Afeganistão também teve objetivos militares claros, a saber, de perseguir e destruir ameaças terroristas, no âmbito da “guerra contra o terror” após os ataques do 11/09. Esta última foi iniciada com o respaldo do artigo 51º da Carta das Nações Unidas, que estabelece o direito à legítima defesa dos Estados, e na *Authorization for Use of Military Force* (AUMF), aprovada pelo Congresso Americano imediatamente após o 11/09 e que estabelece o uso da força em legítima defesa contra “nações, organizações ou pessoas” que tenham “planejado, autorizado, organizado ou ajudado” as ameaças terroristas aos EUA (AUMF, 2001).<sup>22</sup>

Enquanto profissão, o militarismo diferencia os oficiais dos guerreiros, que prevaleciam em épocas anteriores (Huntington, 2000), de forma a levar os objetivos do militarismo moderno e pós-moderno para além da identidade simplista de combater e guerrear (Cacace, 2020). A teoria militar pós-moderna requer, portanto, a análise de uma nova dimensão cultural que abrange orientações opostas, a saber, a do soldado guerreiro e a do soldado *peacekeeper*-diplomata (Hajjar, 2014).

Para além da diferenciação entre o profissionalismo civil e o militar, é possível identificar diferentes identidades dentro da profissão militar. A identidade de um grupo não é homogênea, pode haver inúmeras diferenças entre os indivíduos que o compõem (Woodward, 2000: 14-15). É necessário ter em mente que cada braço das forças armadas

---

<sup>22</sup> De acordo com o Capítulo VII da Carta o uso da força deve ser feito em última instância mediante a autorização do Conselho de Segurança (CS) ou, segundo o Artigo 51, por meio de legítima defesa individual ou coletiva em caso de algum membro sofrer um ataque armado. O Artigo 51 determina que o direito a legítima defesa se mantém somente enquanto o CS não tomar medidas para manter a paz e segurança internacionais. Ou seja, é um “direito transitório” (Mazzuoli, 2011). É com base neste Artigo que os EUA justificam a sua ação após o 11/09, avisando formalmente sobre a Operação “Enduring Freedom” iniciada em 7/10/2001, contra a al-Qaeda e o Talibã. O Capítulo VII constitui então os dois casos de exceção ao uso da força na Carta, exceções a determinação do Artigo 2 (4) de que os Estados Membros devem evitar ameaça ou uso da força.

possui a sua própria identidade – no caso americano, o exército, a marinha, a força aérea, e a força espacial – e dentro de cada um destes, grupos específicos apresentam identidades ainda mais distintas, tais como os snipers, os pilotos de caça, os time SEAL (*Sea, Air and Land*), os Rangers, entre outros. Dentro destes grupos mais restritos, está o grupo que este trabalho pretende analisar como estudo de caso, nomeadamente os indivíduos que trabalham com as ARP.

A identidade pode ser tratada em dois níveis principais e distintos, nomeadamente ao nível da identidade do indivíduo, que se refere a cada ser individual, ou ao nível da identidade de um grupo, que é coletiva. A vida moderna exige dos indivíduos que eles saibam transitar entre os diferentes níveis identitários que possuem em simultâneo e as implicações que cada uma delas causa nos seus cotidianos (Woodward, 2000). Essa pluralidade de identidades pode ocasionar um cenário caótico na auto-identificação dos indivíduos, quando as exigências de uma identidade entram em conflito com as exigências de outra (Woodward, 2000: 31-32).

Considerando que os militares são indivíduos que possuem o seu próprio conjunto de identidades diversificadas, é necessário refletir sobre as possíveis contradições que podem surgir entre elas. Um exemplo está na contradição entre as identidades de pai/mãe, que geram nos indivíduos a atitude de proteção para com seus filhos e uma maior empatia com outros indivíduos que possuem esta mesma identidade, e a de militar, que em determinadas situações irá exigir que os soldados utilizem a força para retirar a vida de indivíduos que compartilham com eles esta mesma identidade, e que, por consequência, poderia gerar certo grau de empatia. De forma mais geral, o conflito essencial da profissão militar está na exigência que a profissão exerce nos soldados em termos de estes serem capazes de matar outros seres humanos. Isso significa que eles devem lutar primeiramente contra a resistência de eliminar outros seres humanos e, assim, sejam condicionados a matar (Grossman, 1995; Robillard, 2017).

Para que as funções da profissão militar possam ser desempenhadas, a formação de um indivíduo para soldado envolve a utilização de métodos de persuasão não racionais que pretendem moldá-lo. Um dos movimentos mais importantes é o de dessensibilização em relação à atitude de matar (Grossman, 1995, 1998). Segundo Dave Grossman (1995), a natureza humana não é compatível com a atitude de matar na guerra, gerando resistência entre os soldados na hora em que precisam matar, assim como impactos psicológicos e

sociais quando o fazem. Portanto, é necessário condicionar o comportamento dos soldados para que sejam capazes de realizar suas funções mais extremas.

## **2.2. A visão pós-humana do militarismo**

A identidade dos militares pós-humanos incide sobre a materialidade dos seus corpos de forma distinta. O corpo do militar não se define mais pela sua força ou bravura, mas sim pela função que desempenha dentro de um sistema integrado entre o humano e as tecnologias. Ou seja, a sua existência física, que se traduz em capacidades biológicas, se integra com capacidades tecnológicas em um sistema, possibilitando o fenômeno de extensão do corpo humano (Wilcox, 2015a: 140-141). A tecnologia complementa a capacidade biológica da visão, por exemplo, através de câmeras sensíveis a imagens térmicas, que possibilitam a visão em ambientes noturnos ou com objetos e fumaça obstruindo a visão direta (Chatterjee e Stork, 2017 *apud* Edney-Browne, 2019: 95). Porém, tal configuração não elimina a presença humana, nem a necessidade da capacidade humana de análise de dados e de tomada de decisão. Lauren Wilcox (2015a: 141) nomeia esse fenômeno de “sistemas pós-humanos de capacidades tecnológicas”, os quais compõem a essência do militar pós-moderno e implicam mudanças na profissão militar no sentido que aprofundam a guerra à distância e priorizam práticas que se afastam da ideia do soldado guerreiro.

Pelas relações que possui com o corpo humano biológico, a tecnologia é central no quadro do pós-humanismo (Možgin, 2020), pois a vida humana encontra-se intrincada com a ciência e a tecnologia de uma forma nunca vista anteriormente (Schwarz, 2017). O termo “pós-humano” é sujeito de debate extenso e definição incerta. Francesca Ferrando (2013, 2020) sugere que o termo surgiu através de reflexões pós-modernistas, tornando-se num termo guarda-chuva, que reflete uma mudança radical na noção tradicional do que é humano. Segundo ela, diversos movimentos e escolas de pensamento estão sob este guarda-chuva, como o pós-humanismo, o transhumanismo, o antihumanismo,<sup>23</sup> o metahumanismo e o novo materialismo. Estas abordagens pós-humanas ganham força na década de 1990, através do feminismo, que pretende ampliar o entendimento do que

---

<sup>23</sup> Antihumanismo recai na ideia de morte do ser humano, no dualismo vida/morte (Ferrando, 2013).

constitui o humano (Ferrando, 2013; Možgin, 2020: 111), sendo que o seu objetivo primário é refletir sobre, e desconstruir, a noção do humano (Ferrando, 2019).

O pós-humanismo filosófico que Ferrando (2019: 54) articula, tem base na filosofia pós-moderna e sua ênfase na desconstrução do conceito de humano a partir do pós-humanismo, do pós-antropocentrismo, e do pós-dualismo. O pós-humanismo indica a pluralidade de experiências humanas, pois não existe uma única definição universal para o que é ser humano. O pós-antropocentrismo indica que a espécie humana é pensada em privilégio ontológico, numa relação hierarquizada em relação ao que não é humano. Nesse sentido, alguns autores definem o uso do termo “pós-humano” apenas como uma forma de prover atenção para dimensões não-humanas e para o papel de outras espécies animais. Este último caso é o que Erika Cudworth e Steve Hobden (2015: 517) fazem ao analisar a função desempenhada por animais na guerra.

O pós-dualismo indica um pensamento além das dicotomias rígidas como forma de definir identidades (Ferrando, 2019: 54). As divisões e dualismos que envolvem a definição do conceito de humano, e de identidades em geral, como entre humanos e animais não-humanos, organismos biológicos e máquinas, realidade física/material e realidade não física/virtual (Možgin, 2020: 112) são desconstruídas e expostas através da abordagem do pós-humanismo.

O pós-humano não significa uma visão distópica do futuro, mas sim um traço que define o atual contexto histórico, sendo uma ferramenta que permite analisar as manifestações materiais e discursivas das mudanças que o desenvolvimento tecnológico avançado gera (Braidotti, 2019). Tal leva, portanto, ao imperativo de desenvolver ferramentas de entendimento da ligação entre os seres humanos, outros animais e sistemas inanimados, de forma a pensar criticamente sobre o tipo de sujeitos que estamos no processo de nos tornar (Braidotti, 2013: 12; 2019).

É, portanto, uma filosofia que permite pensar de forma relacional, e em múltiplas camadas, expandindo o foco que era somente no domínio humano para outros modos de olhar, pós-dualísticos e pós-hierárquicos (Braidotti, 2013: 2-3, 2019; Ferrando, 2013: 30). A epistemologia não hierárquica, ou seja, que trata diferentes componentes da análise de forma igualitária e descentraliza o componente humano do discurso, é a componente central de um pensamento pós-humanístico (Ferrando, 2013). Isso não significa a anulação ou transposição do elemento humano biológico, mas sim a sua ressignificação em relação

aos demais elementos com os quais interage, de forma a considerar cada um deles de forma igualitária na composição de um todo. Dessa forma, o corpo humano não é modificado pela tecnologia, mas sim constituído por ela (Wilcox, 2015a: 137), num processo onde a máquina se torna o corpo humano (ciborgue) (Haraway, 1991 *apud* Wilcox, 2015a: 138). Os corpos de carne e os corpos de aço são materializações consideradas partes de valor igualitário na análise do conjunto total (Holmqvist, 2013: 538-539).

Esta é a base para compreender o que Lauren Wilcox (2015a: 137) chama de conjunto corpóreo pós-humano de corpos,<sup>24</sup> tecnologia e violência, no qual o corpo dos soldados é um dos componentes, e as armas, veículos e os *software* necessários para que funcionem são os outros componentes. Os armamentos de precisão apenas intensificam a integração entre corpos e máquinas, atingindo um apogeu através das aeronaves, tripuladas ou remotamente pilotadas (Wilcox, 2015a), as quais não são nem totalmente humanas, nem totalmente máquinas (Williams, 2011: 384). Os trechos a seguir evidenciam esta epistemologia no tratamento do corpo humano.

A tecnologia do avião, vigilância e sistema de armas, em vez de "retirar o humano", estende o corpo, ou melhor, atua como um fenômeno que surge a par com as suas capacidades biológicas e tecnológicas (Wilcox, 2015a: 140).

O desafio que o corpo pós-humano coloca não é a adição de novos avanços tecnológicos a um corpo humano já existente, mas sim a adição de um corpo sempre formado através de normas e relações com outros, quer estes outros sejam humanos, tecnológicos ou animais (Wilcox, 2017: 14).<sup>25</sup>

A epistemologia pós-humana, portanto, permite uma releitura das relações entre diferentes corpos, com o objetivo de desconstruir essas interações e afirmar que estes só existem enquanto relacionais a outros e ao ambiente no qual se encontram. E assim ocorre a reconfiguração do humano para uma subjetividade pós-humana. O corpo não é algo a ser aprimorado, mas sim algo que é constantemente constituído e, portanto, passa a ser pós-humano no sentido em que se transforma em um conjunto, não dualista e não hierárquico, de elementos biológicos, tecnológicos e sociais (Wilcox, 2015a: 140-143; Ferrando, 2019).

---

<sup>24</sup> Tradução livre da autora. No original "posthuman bodily assemblage" (Wilcox, 2015a: 137).

<sup>25</sup> Tradução livre da autora. No original "The technology of the airplane, surveillance, and weapons system, rather than "taking the human out of the loop," extends the body, or rather acts as a phenomenon that comes into being with its biological and technological capabilities" (Wilcox, 2015a: 140). "The challenge the posthuman body poses is not the addition of new technological advances to an already-existing human body, but rather the addition of body that is always already formed through norms and relations to others, whether these other are human, technological, or animal" (Wilcox, 2017: 14).

O sujeito pós-humano torna-se numa coleção de componentes heterogêneos, dos quais o corpo biológico, máquinas e mecanismos cibernéticos fazem parte, mas que se define como uma entidade material informacional que está em constante construção e reconstrução (Hayles, 1999: 3).

Na era da informação, os padrões de informação e a virtualidade são parte da realidade dos países tecnologicamente mais avançados, sendo incluídos na prática da guerra, com o desejo de suplementar os limites físicos do corpo biológico humano (Masters, 2005: 113). É necessário, portanto, que os militares sejam reconstituídos para atuar nesta era da informação, dando lugar à ideia do soldado ciborgue. Este não consiste no aprimoramento biológico ou integração de partes mecânicas e biológicas em um único corpo. Neste caso, o ciborgue representa a rearticulação da subjetividade humana, a transferência do raciocínio e pensamento humano para a tecnologia, de forma a criar uma subjetividade pós-humana (Masters, 2005: 114). A tecnologia desempenha um papel central, não em aprimorar as capacidades biológicas do corpo humano – o que é o objetivo central do movimento trans-humanista (Ferrando, 2020: 2; Možgin, 2020: 113) – mas sim na integração de maquinários tecnológicos avançados e elementos biológicos de forma relacional. Isto fica claro na forma como os pilotos de ARP se referem cotidianamente às suas aeronaves, demonstrando que as consideram como uma extensão dos seus corpos biológicos (Wilcox, 2015a: 141), como será demonstrado no Capítulo 3.

As ARP são melhor entendidas quando consideradas como partes de um conjunto de sentidos visuais, tácitos, digitais e afetivos (Wilcox, 2017: 20). Soldado e ARP estão em processo de se constituir mutuamente, como uma entidade pós-humana da guerra contemporânea. Nas palavras de Bassam Sidiki (2021: 81): “O drone é a testemunha quintessencial pós-humana da era contemporânea: é um conjunto de capacidades visuais humanas e não humanas que testemunha a própria destruição que provoca através da sua neovisualidade pós-humana.”<sup>26</sup> Este autor destaca que o sentido da *visão* prevalece na guerra pós-moderna como elemento central. Esta neovisualidade pós-humana é fruto de um duradouro processo de agregação de tecnologias que simultaneamente estendem as capacidades biológicas humanas e retiram o corpo do palco da guerra. Bousquet (2017: 62-63) analisa esse processo e procura entender como a visão humana, por meio da ampliação

---

<sup>26</sup> Tradução livre da autora. No original “The drone is the quintessential posthuman witness of the contemporary era: it is an assemblage of human and nonhuman visual capabilities that witnesses the very destruction that it wreaks through its posthuman neovisuality.” (Sidiki, 2021: 81).



da extensão sensorial resultante de equipamentos tecnológicos se tornou, ao longo do tempo, parte de um “sofisticado conjunto sócio-técnico de mira” que compõe a máquina de guerra contemporânea. O que este autor argumenta é que a constante transformação da visão humana de meio de percepção para meio de mira militar, onde ocorre uma racionalização e mecanização das funções da visão, faz com que o ato de perceber se torne menos um processo biológico, e mais uma arma em si mesmo. Os *software* que operam as câmeras das ARP e outros sistemas de reconhecimento e mira são programados para analisar padrões nas imagens e gerar alvos automaticamente, processo que guia a visão biológica humana para ser parte constituinte da arma.

Neste cenário, a guerra de precisão possibilita uma forma particular de entender o humano, como fonte de códigos, composto de códigos que podemos tentar aprimorar, suplantar ou recriar através da inteligência artificial e da vida artificial. O componente biológico que a corporificação pós-humana valoriza em maior grau é o cérebro e suas capacidades de processar informações (Wilcox, 2015a: 138-141). Surge então uma nova dinâmica da guerra, na qual o *hardware* são as armas, o seu *software* é a tecnologia da informação e comunicação, e o seu *wetware* corresponde ao soldado humano, o ponto mais frágil – em relação a danos físicos e psicológicos – desta articulação humano-máquina (Masters, 2005: 115). É este soldado que pode ser entendido como o ciborgue atual, ou ainda como um soldado pós-humano. Assim, os corpos dos soldados são redefinidos e deixam de ter a identidade de bravura e força física do guerreiro, passando a ser processadores de informações que circulam pelo domínio cibernético (Coker, 2004: 85), e o exemplo mais significativo disto está nos indivíduos que trabalham com as ARP. Nas palavras de Bousquet,

A mera proeza física em conformidade assume menos importância no desempenho da finalidade muito afiada do soldado do que o funcionamento suave e eficiente do sistema nervoso que liga o córtex visual ao apêndice - geralmente um único dígito - encarregue de iniciar a entrega da força mortal (2017: 64).<sup>27</sup>

No contexto do pós-humanismo, o fator humano e a máquina tornam-se isomórficos (Schwarz, 2017: 30), o que significa que a tecnologia e o humano estão

---

<sup>27</sup> Tradução livre da autora. No original “Sheer physical prowess accordingly takes on less importance in the performance of the very sharp end of soldiering than the smooth and efficient working of the nervous system linking the visual cortex to the appendage – generally a single digit – tasked with initiating the delivery of deadly force” (Bousquet, 2017: 64).

profundamente enredados, conforme a subjetividade humana molda e é moldada pela tecnologia, em um movimento de confluência de ambas. As capacidades humanas se tornam numa parte mecânica do sistema criado pela integração entre o humano e a máquina, sendo a visão, especialmente, uma parte quase mecânica da ação humana na guerra (Bousquet, 2017: 69). O conflito não funciona mais com base na presença geográfica e da centralidade hierárquica do corpo humano. A sugestão de Chris Gray (1997: 195-196) de que o corpo físico do soldado seria o *hardware* da guerra, sua mente seria o *wetware*, e seus hábitos, habilidades e disciplina o *software*, não é mais válida para a era pós-moderna e os soldados pós-humanos.

É relevante ainda mencionar a abordagem da crítica feminista sobre o surgimento do soldado pós-humano (ciborgue) e a sua identidade. Estes militares seriam vistos como sujeitos feminizados, reconstituídos como aqueles que precisam de proteção, que, por sua vez, é oferecida pela tecnologia militar masculinizada (Masters, 2005: 115). Esta visão feminista, que compreende o soldado pós-humano como um corpo biológico frágil, que existe em torno de tecnologias pensadas para lhe dar proteção, é essencial para definirmos a identidade do soldado que trabalha com as ARP.

A identidade do soldado passa por uma inversão no discurso militar. Este sujeito deixa de ser ativo na guerra e passa a ser primariamente objeto de proteção (Masters, 2005), ou apenas um mediador ou testemunha da ação da guerra, por meio de telas que mostram informações recolhidas por sensores localizados no terreno (Sidiki, 2021: 81). A realidade física é transformada em uma realidade virtual para o soldado. Porém, esta realidade virtual é real em algum lugar do planeta e para alguns indivíduos. Temos, portanto, a realidade virtual e a realidade física. A diferença óbvia entre estas duas realidades é que a primeira é composta por padrões de informação, enquanto que a segunda é composta por objetos materiais, sendo que ambas as realidades interagem entre si e formam o mundo que conhecemos. Este mundo está enraizado no conceito de virtualidade, que é geralmente ligado a tecnologias computacionais e realidades não físicas, e deve ser tratado como uma percepção cultural através da qual objetos materiais são interpretados por meio de padrões de informação (Hayles, 1999: 13-14).

Podemos desta forma compreender melhor o que Wilcox (2015a: 141) designa como “sistemas pós-humanos de capacidades tecnológicas” e o conceito de soldado ciborgue/pós-humano. Estes seriam conjuntos compostos por elementos humanos e

máquinas, que criam entidades de combate (Williams, 2011: 384). Exemplo disto são as aeronaves, já citadas anteriormente, as quais formam uma única entidade de combate graças à junção do maquinário mecânico e os elementos humanos. Em última instância, o soldado é a expressão da pluralidade de definições do humano, tornando-se pós-humano. Em uma realidade pós-antropocêntrica, o corpo biológico e a presença humana não ocupam mais os papéis de protagonismo na guerra, a dualidade humano/máquina é também ultrapassada através da integração de ambos em uma única entidade. É com este ponto de partida filosófico que esta dissertação se propõe a estabelecer a identidade em constante formação e evolução do soldado contemporâneo, especialmente o que trabalha com as ARP.



## **Capítulo 3 – A comunidade ARP como novo paradigma da profissão militar?**

Até aqui, foi definida a evolução da guerra através das novas tecnologias e armamentos introduzidos ao longo da história (Capítulo 1), bem como foi estabelecido os parâmetros da profissão militar na sociedade ocidental e a configuração pós-humana que o militar possui na guerra pós-moderna (Capítulo 2). Este capítulo analisa o caso concreto dos militares que operam ARP nas Forças Armadas Americanas, por forma a ilustrar e aprofundar a compreensão de como a profissão militar em contexto da guerra pós-moderna adquire novos contornos identitários.

Na primeira secção, a consolidação do uso das ARP é enquadrada em um contexto social, tecnológico e conflituoso específico. Será nomeadamente visto que as ARP se consolidam como agentes tecnológicos no contexto conflituoso do contraterrorismo, especialmente em ações de vigilância e assassinatos seletivos. A segunda secção inicia a análise da identidade profissional dos indivíduos que compõem a comunidade de ARP. Através da exposição das características únicas de seu ambiente de trabalho e da rotina imposta a estes indivíduos, problematiza-se o conceito de risco, a imunidade que recai sobre os militares e a necessidade diária de transitar entre os mundos civil e militar. Por fim, a terceira secção completa a análise sobre a identidade, de forma a apresentar estes indivíduos como militares pós-humanos. A partir da crítica feminista, as virtudes tradicionais do guerreiro como a coragem e heroísmo, são problematizadas e a identidade de protetores e agentes ativos na guerra é apresentada como nova forma de caracterizar estes militares dentro de uma perspectiva masculinizada. Por fim, o sentimento de covardia, as desordens psicológicas e o stress pós-traumático são apresentados como consequências dessa nova forma de guerrear.

### **3.1. O contexto americano: terreno fértil para o protagonismo das ARP na guerra contemporânea**

Para entendermos como as ARP ganharam espaço e se adaptaram às ações militares americanas na guerra de alta intensidade de capital do século XXI, é necessário voltarmos

ao cenário de desenvolvimento tecnológico computacional protagonizado pela RMA do fim do século XX, analisado no Capítulo 1, e observarmos a sociedade americana da época. O desenvolvimento de novas tecnologias armamentistas nos EUA, desde o fim da 2ª GM, tem como um dos pontos de partida um problema singular da sociedade americana, a saber, a desproporção entre o tamanho da sua população em relação ao seu extenso território e a responsabilidade internacional que recai sobre o país por ser uma grande potência (Friedman e Friedman, 1996: 32; Aslam, 2013). As forças americanas eram menores que as estrangeiras na 2ª GM e nas guerras da Coreia, do Vietnã e do Golfo (Friedman e Friedman, 1996: 33), e a tendência para a diminuição do contingente militar continua a ser uma realidade predominante nos EUA, o que incentiva a busca por alternativas que geram maior eficiência através de aparatos tecnológicos, e não do emprego de mão de obra humana.

Em 1973, o presidente Richard Nixon declarou o fim do *draft* (serviço militar obrigatório), estabelecendo o serviço voluntário e reduzindo os efetivos militares. Dessa forma, o militarismo tornou-se numa opção, uma escolha dentre as várias que os indivíduos podem tomar para as suas vidas e carreiras profissionais. Isto exemplifica o declínio da ideia de soldado-cidadão exposta no Capítulo 2, e leva a uma redução considerável do número de soldados americanos. Durante a guerra do Vietnã, os soldados no ativo totalizavam mais de 3,5 milhões e não estiveram abaixo de 2 milhões na Guerra Fria (Agência Estado, 2007). Em 2021, o componente ativo das forças americanas girava em torno de 1,39 milhão, número inferior a 0,5% da população (CIA, 2021). Apesar do aparente ressurgimento do patriotismo americano pós-11/09, o alistamento não sofreu nenhum aumento real, permanecendo como um problema central nas Forças Armadas Americanas, principalmente com o controverso envolvimento no Afeganistão em 2001 e invasão do Iraque em 2003 (Moskos, 2005: 664).

A composição social, realidade educacional e criminal também são relevantes neste contexto. No ano de 2010, o secretário da Educação dos EUA afirmou que 75% dos jovens americanos entre 17 e 24 anos não podiam se alistar nas Forças Armadas por não possuírem diploma de estudos secundários, por terem registo criminal ou por não possuírem aptidão física (Ehrenreich, 2011 *apud* Chamayou, 2015: 213). Até mesmo a redução da taxa de natalidade dos EUA e de outras potências ocidentais foi apresentada como motivação para a preferência por uma guerra com menos baixas (Luttwak, 1995: 115; Boyle, 2020: 16).

Portanto, fica claro que os EUA tiveram de encontrar saídas para este problema, o que foi feito por meio de alianças militares, pelo aumento quantitativo de seu arsenal militar, pelo aprimoramento da tecnologia armamentista de forma a torná-la cada vez mais eficiente (Friedman e Friedman, 1996: 33) e, até mesmo, pelo recurso à contratação de EMP, que dão assistência às Forças Armadas em áreas como treinamento em combate e uso de armas, desenvolvimento de táticas e estratégias, fornecimento de equipamentos e disponibilização de homens para lutarem nas linhas da frente dos conflitos (Kinsey, 2006; Williams, 2008).

Contudo, o reduzido contingente militar não é o único problema do militarismo americano. As intervenções militares nas quais o país se envolveu no fim do século XX e início do século XXI deixaram traumas profundos na população e nos militares. Tomemos como exemplos a Guerra do Vietnã, onde os americanos tinham suas aeronaves abatidas por combatentes da guerrilha e seus soldados eram tomados como prisioneiros (Morillo *et al.*, 2009b: 597), ou pela cobertura televisiva de algumas destas intervenções, como foi o caso dos corpos de soldados sendo arrastados pelas ruas de Mogadíscio, na Somália, em 1992 (Ignatieff, 2001: 191-192). Episódio semelhante ocorreu em Fallujah, no Iraque em 2004, quando corpos de americanos que trabalhavam para a EMP Blackwater foram carbonizados, arrastados e pendurados numa ponte sobre o rio Eufrates (Gettleman, 2004; Martin e Sasser, 2010: 36). A guerra no Iraque produziu pelo menos mais um grande momento marcante para a opinião pública americana e internacional, através do escândalo das fotos de torturas praticadas em Abu Ghraib. Os americanos controlaram esta prisão durante a guerra, e mantiveram lá suspeitos de terrorismo, que eram interrogados e torturados física e psicologicamente (Hajjar, 2006).<sup>28</sup>

Desde o fracasso americano na Guerra do Vietnã, a identidade militar americana entrou em crise. A masculinidade militarizada, que transformava homens americanos em soldados, idealmente brancos e heterossexuais, foi colocada à prova perante homens orientais fracos e com carência de treinamento e equipamentos (Masters, 2005: 120). A isto se somam os sucessivos episódios constrangedores para as Forças Armadas Americanas citados acima. Os militares passaram a ter que se preocupar também com as ações da mídia e em como a opinião pública é afetada pelo contexto atual de divulgação de

---

<sup>28</sup> Bem como faziam em Guantánamo, em Cuba, e na prisão de Bagram, no Afeganistão. Nestes locais os EUA utilizaram os mesmos modelos de interrogatório e coerção usados por Israel em 1987, quando este Estado admitiu publicamente utilizar a tortura como prática para atingir seus fins militares (Hajjar, 2006).

informações em tempo real. Este envolvimento entre as preocupações e abalos morais da população geral e dos soldados americanos levou a mudanças nas atitudes de ambas as partes, o que Stephen Morillo, Jeremy Black e Paul Lococo (2009b: 597) descrevem ser uma “revolução na postura perante o setor militar”.<sup>29</sup> Assim, o envio de tropas e as baixas são cada vez menos tolerados pelas sociedades ocidentais desenvolvidas. E, apesar da tentativa de afirmação da identidade heróica e masculinizada do soldado americano através, por exemplo, de personagens idealizadas da indústria cinematográfica, a reconstrução da identidade militar americana veio por meio do protagonismo do desenvolvimento tecnológico na área militar (Masters, 2005).

Neste sentido, a este pano de fundo social, soma-se o pano de fundo tecnológico, ou seja, as novas capacidades computacionais e tecnologias da informação que proliferaram no fim do século XX e início do século XXI. A partir da Guerra do Golfo, o militarismo americano se tornou tecno-masculinizado, com a utilização de PGM e a primeira utilização de ARP.<sup>30</sup> A Operação *Desert Storm* foi o momento da concretização da fusão entre o discurso técnico-científico e a construção da masculinidade militarizada, sendo o soldado ciborgue, o seu produto (Masters, 2005: 114-118). Os novos armamentos e plataformas militares, como por exemplo as ARP são objetos que afirmam essa masculinidade militarizada, que a corporificam em um conjunto pós-humano, junto ao corpo biológico dos militares (Masters, 2005; Sidiki, 2021: 77). O avanço tecnológico faz com que o *hardware* – armas – e *software* – tecnologia da informação e comunicação – sejam os protagonistas da guerra.

Os fatores sociais e de percepção pública aqui apresentados, e a centralidade tecnológica intrínseca à guerra ocidental, explicitada no Capítulo 1, são centrais para o surgimento e a popularização das ARP. Além, disso, o fator que consolidou a posição das ARP como parte integrante das ações militares americanas foram os ataques terroristas do 11/09. Estes últimos foram um ponto de virada para as ações militares americanas e sua nova era de contraterrorismo e dominância de tecnologias remotamente controladas (Braun, 2015: 253).

Inicialmente, a presença americana no Oriente Médio, principalmente no Afeganistão e no Iraque, em resposta aos ataques do 11/09 tinha contornos de

---

<sup>29</sup> Tradução livre da autora. No original “revolution in attitudes to the military” (Morillo *et al.*, 2009b: 597).

<sup>30</sup> Discussão mais aprofundada do tema já apresentada na Secção 1.2.



contrainsurgência, envolvendo-se com governos locais e buscando combater os terroristas com grande número de tropas no terreno (Johnson, 2013: 154-155; Shamir, 2018: 699). Conforme a guerra se estendeu, os custos – económicos, de vidas e políticos – acumularam-se. Escândalos e críticas sobre as ações das tropas americanas e sobre o uso de EMP<sup>31</sup> surgiram (Zedeck, 2007; Singer, 2008; Bruneau, 2015) e a geografia montanhosa de difícil acesso se apresentou como um problema na fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão (Rodrigues, 2011: 137; Pereira, 2011: 208). Diante disso, as ARP foram ganhando espaço de atuação dentro das ações preemptivas americanas. Desde 2000, a CIA realizava voos de vigilância sobre estes territórios, introduzindo a prática de assassinatos seletivos permitida pelo presidente George W. Bush, e que era encoberta pelo governo paquistanês (Williams, 2010: 872-874). A atuação da CIA, principalmente nas áreas tribais do Paquistão (*Federally Administered Tribal Areas – FATA*) é marcante. O governo local não admitia publicamente que os ataques eram feitos, e chegou a sequestrar e matar um jornalista que expôs imagens dos destroços de um míssil americano após um ataque (Williams, 2010: 875). Estas ações continuaram até à administração do presidente Barack Obama (2009-2017), que se esforçou por manter a atuação da CIA em segredo, sem exigir que explicações dos ataques fossem dadas ao público (Barrinha e da Mota, 2017b: 55).

Os EUA realizam ataques contra indivíduos suspeitos de terrorismo não só por Washington, mas por governos aliados como o Reino Unido, e continuam essa política mesmo sob as recentes objeções do governo Paquistanês e da opinião internacional (Aslam, 2013). A administração Obama buscou se apoiar em táticas de contraterrorismo com forças especiais menores, e não na contrainsurgência em larga escala, concentrando as tropas americanas em grandes centros populacionais, e não nos terrenos acidentados e de difícil acesso das áreas montanhosas e rurais do Afeganistão e Paquistão, sendo estas últimas o local de concentração das ações americanas de assassinatos seletivos (Williams, 2010: 888; Madej, 2016: 260).

---

<sup>31</sup> Como não há um regime internacional de regulação, nem leis domésticas na maioria dos países, estas empresas atuam de forma problemática, sem fiscalização democrática, transparência e responsabilização pelos atos que comentem (Singer, 2004; Zedeck, 2007). Uma exceção à impunidade destes atores foi o caso de quatro empregados da empresa Blackwater, que foram acusados em tribunais americanos, em 2015, de matar 17 civis em Bagdá, 2007 (Bruneau, 2016). Mas escândalos como o de Abu Ghraib, onde a empresa CACI International Inc. realizou a maioria dos interrogatórios, e onde todos os tradutores eram funcionários da empresa Titan Corp continuam a gerar polémica e impunidade (Singer, 2004; Ivanciu, 2015).

O contraterrorismo, maior exemplo das práticas de guerra pós-moderna americana, é um fenômeno que se desenvolve concomitantemente às ARP. Ao contrário da contrainsurgência tradicional,<sup>32</sup> que envolve motivos políticos e busca “conquistar corações e mentes” da população envolvida, o contraterrorismo é composto por medidas políticas e, principalmente, medidas militares (Galula, 2006; Boyle, 2010), medidas estas que em grande parte recaem sobre alvos individualizados (Braun, 2015: 254). O contraterrorismo se baseia, portanto, nas ações de preempção e gestão de riscos futuros por meio do conflito direto e recursos militares (Rasmussen, 2006; Gray, 2008; Der Derian, 2009). Nesse sentido, logo pensamos nos assassinatos seletivos, que vêm sendo praticados pelo governo dos EUA desde o momento que as ARP ganharam capacidade armada em 2001.

Diante da centralidade da discussão sobre os assassinatos seletivos – *targeted killing* – como política americana intensificada através de ARP (Hajjar, 2014a), faz-se necessária uma definição destes. O uso deste termo busca criar uma nova definição do ato de matar, que fuja das legislações já existentes, como, por exemplo, a proibição de assassinatos realizados pelas agências de inteligência americanas imposta pelo presidente Gerald Ford em 1976 (Williams, 2010: 872-874; Whetham, 2013: 71). Esta nova definição do ato de matar em um conflito armado pressupõe outro conceito, intimamente ligado ao de assassinatos seletivos, o de combatentes ilegais – *unlawful combatant*. Este último é um conceito que os EUA usam para tratar de seus alvos a fim de não considerá-los nem como civis nem como combatentes e, conseqüentemente, não atribuírem a eles status que os dão direitos e deveres legais no conflito. Isso está em diálogo com o fato deste Estado não ter ratificado os Protocolos Adicionais I e II (1977) da Convenção de Genebra, que designam grupos armados não estatais como parte combatente em conflitos armados (Hajjar, 2006; Hajjar, 2013). Dessa forma entende-se, pela ótica americana, que combatentes ilegais não poderiam lutar sob a legislação do Direito Humanitário Internacional, mas poderiam ser mortos a qualquer momento em uma prática de legítima defesa do Estado. Segundo o professor de direito Garry Solis, um assassinato seletivo é

O homicídio intencional de um civil ou combatente ilegal específico que não pode ser apreendido e que está tomando parte, de forma direta, nas hostilidades

---

<sup>32</sup> Importa ter em mente que, hoje em dia, a insurgência tem se apoderado cada vez mais de táticas terroristas e meios violentos (Boyle, 2010).

que o alvo direcionou ao Estado no contexto de um conflito armado internacional ou não-internacional (2010 *apud* Whetham, 2013: 75-76).<sup>33</sup>

Solis (*apud* Whetham, 2013) acrescenta ainda que essas ações não devem configurar uma rotina, mas sim requerer autorização de alto nível dentro da hierarquia decisória do Estado. Portanto, os assassinatos seletivos não envolvem alvos militares convencionais, mas sim combatentes ilegais engajados em ações que representem ameaças diretas aos EUA, como podemos ver nos exemplos a seguir. O primeiro ataque com ARP que teve registo de mortes ocorreu em outubro de 2001 no Afeganistão (Bergen *et al.*, 2020). Outro momento-chave foi o assassinato de Qa-id Salim Sinan al-Harithi, que participou do atentado suicida ao USS Cole em 2000.<sup>34</sup> Este assassinato ocorreu no Iémen em novembro de 2002, e foi o primeiro uso letal de ARP fora do território afegão, registrando a morte do cidadão americano Kamal Darwish como dano colateral (Hajjar, 2014a). A aeronave que protagonizou esta operação era controlada por militares americanos que estavam em segurança na base de Camp Lemmonier, no Djibuti (Cole, 2014).

Este foi apenas o início de uma nova era na USAF. Desde então, as ARP realizaram os assassinatos seletivos de pelo menos mais três cidadãos americanos no Iémen: Anwar al-Awlaki e Samir Kahn, em novembro de 2011, e, cerca de duas semanas depois, Abdulrahman al-Awlaki (Hajjar, 2013; Hayes, 2016).<sup>35</sup> Anwar al-Awlaki era membro ativo da al-Qaeda na Península Arábica (AQAP) e possuía ligação com os sequestradores dos aviões usados no 11/09, bem como contactou Nidal Malik Hasan antes deste protagonizar o tiroteio de Fort Hood, no Texas, e Umar Farouk Abdulmutallab antes deste tentar explodir um avião de passageiros, ambos os casos em 2009 (McCurley e

---

<sup>33</sup> Tradução livre da autora. No original “The intentional killing of a specific civilian or unlawful combatant who cannot reasonably be apprehended, who is taking a direct part in hostilities, the targeting done at the direction of the state, in the context of an international or non-international armed conflict” (Solis, 2010 *apud* Whetham, 2013: 75-76).

<sup>34</sup> *United States Ship*

<sup>35</sup> Abdulrahman era filho de Anwar al-Awlaki, e morreu aos 16 anos, junto a um primo iemenita de 17 anos. Robert Gibbs, que foi secretário de imprensa da Casa Branca e chefe da campanha de Obama, deu a entender que a morte do filho de al-Awlaki foi necessária devido ao fato do terrorista não ter sido um “bom pai” ao se tornar membro da al-Qaeda (Hayes, 2016). O documentário *Dirty Wars* (2013), realizado pelo jornalista Jeremy Scahill, mostra antigas entrevistas com al-Awlaki, onde seu filho aparece, e também com o pai do terrorista. Nesta ocasião, foi defendido que a morte do menor se deu como forma de evitar que ele se tornasse mais um terrorista, ou seja, pelo simples fato de seu histórico familiar e o meio no qual cresceu ser considerado pelas autoridades americanas como perigosos e as possibilidades de ele se tornar um radical após o trauma da morte de seu pai serem altas. Diversas fontes relatam que a filha de Anwar al-Awlaki, Nawar al-Awlaki, de apenas 8 anos, foi morta durante um tiroteio no primeiro ataque americano contra a AQAP aprovado pelo presidente Trump em 2017 (Ackerman *et al.*, 2017).

Maurer, 2015: 18). A descrição de al-Awlaki como terrorista ativo e ameaça iminente aos EUA dentro da lógica de “guerra contra o terror” imposta no pós-11/09 demonstra que a sua morte foi um exemplo claro de assassinato seletivo na definição citada acima.

Já em janeiro 2020, o alvo do governo americano foi um indivíduo mais conhecido, o general iraniano Qasem Soleimani, morto ao lado do aeroporto internacional de Bagdá, no Iraque, quando um Hellfire atingiu o carro no qual estava (Doucet, 2020). Este caso em específico foge da definição de assassinato seletivo referente a combatentes ilegais descrita acima, pois o alvo era um militar das forças estatais iraniana e nenhum conflito armado ocorria entre os EUA e o Irã no momento do ataque. Outro caso recente e marcante do uso de ARP ocorreu em agosto de 2021, em meio ao caos do momento em que os EUA retiravam completamente suas tropas do Afeganistão. Um ataque foi realizado em Cabul com a justificativa de retaliação e eliminação de um indivíduo suspeito de envolvimento no ataque suicida ocorrido dias antes nos arredores do aeroporto, e que ocasionou a morte de 13 militares americanos e 175 civis. Após horas de vigilância, um míssil atingiu uma área residencial e matou 10 civis, incluindo 7 crianças e um trabalhador de um grupo de ajuda humanitária baseado na Califórnia. Nos dias seguintes, os EUA admitiram oficialmente não haver provas de envolvimento das vítimas com o Estado Islâmico (Aikins, 2021). Estes são alguns exemplos que demonstram a preferência americana pelos assassinatos e, portanto, o que podemos deduzir disto é que os EUA não se limitam a matar somente combatentes ilegais com os assassinatos seletivos, representando uma potencial expansão da prática para alvos militares ou civis que sejam considerados ameaças perante o julgamento americano. O último caso citado, demonstra a existência de um número elevado de danos colaterais e as falhas existentes no processo de determinação dos alvos por meio da observação dos seus padrões de comportamento.<sup>36</sup>

Os assassinatos seletivos e seus consequentes danos colaterais podem causar maior ressentimento e desejo de vingança nos terroristas e na população local, facilitando o recrutamento de novos radiciais e a expansão do sentimento antiamericano,<sup>37</sup> o que vai

---

<sup>36</sup> É a expressão utilizada para se referir aos traços de comportamento e os hábitos dos alvos observados através da vigilância com ARP. A USAF utiliza a vigilância constante dos alvos como forma de estabelecer esses padrões e definir se os indivíduos representam ameaças e devem ser eliminados. Ataques nos quais somente o padrão de comportamento é utilizado para definir o alvo, sem conhecimento de sua identidade, são conhecidos como *signature strikes*. Em oposição temos os ataques nos quais as identidades dos alvos são conhecidas, os *personality strikes* (Hajjar, 2014b: 109; Naqvi, 2014: 43).

<sup>37</sup> Deve-se ressaltar que o sentimento antiamericano não é unanime. Há pesquisas de opinião pública e relatos de cidadãos paquistaneses que indicam apoio da população aos assassinatos seletivos e ao uso de ARP no

contra os princípios originais da contrainsurgência (Williams, 2010; Barrinha e da Mota, 2017a). Por esse motivo, podemos concluir que a dimensão militar é privilegiada na “guerra contra o terror” (Boyle, 2010) e as ARP são o aporte tecnológico perfeito para prover uma grande quantidade de dados brutos que serão transformados em informação no processo de inteligência (Keegan, 2006),<sup>38</sup> além de diminuir a preocupação com a opinião pública sobre o conflito e permitirem o uso de força letal.

As ARP adquiriram capacidade armada em fevereiro de 2001 (Chamayou, 2015: 37), concomitante aos atentados terroristas de 11/09, o que gerou um contexto histórico e político de contraterrorismo global, como visto acima, e no qual estas aeronaves tiveram um pretexto perfeito para entrar em ação como meios de vigilância constante e armas de um conflito assimétrico. E, aqui, é imprescindível ressaltar que as ARP não cresceriam em importância se o cenário conflituoso fosse simétrico, ou seja, se ele ocorresse entre duas forças de dimensões e capacidades semelhantes – por exemplo, um conflito interestatal (Cancian, 2021) – ou contra um inimigo com capacidades antiaéreas – como foi o caso do uso feito por Israel na Guerra do Yom Kippur (1973) e na invasão ao Líbano em 1982.<sup>39</sup> Isso porque as ARP são aeronaves sem capacidade furtiva, velocidade ou mecanismos de defesa, o que as deixa vulneráveis em conflitos onde os inimigos possuem meios antiaéreos.<sup>40</sup> O que as Forças Armadas Americanas presenciaram, portanto, foi o crescente uso e consolidação de esquadrões de ARP. Em cerca de uma década, os esquadrões de ARP saltaram de pequenos grupos considerados de status inferior pelos pilotos de aeronaves tripuladas, para grandes esquadrões que operam somente este tipo de aeronave,

---

Paquistão, principalmente entre as populações das áreas tribais do país (Williams, 2010: 883-886). Para análise sobre a opinião paquistanesa ver Saba Imtiaz (2015).

<sup>38</sup> Como exemplo da quantidade de horas de voo das ARP e o conseqüente maior volume de dados obtidos, podemos citar o ano de 2011, quando somente os MQ-9 Predators da USAF somaram mais de 500 mil horas de gravações (McCurley e Maurer, 2015: 313). Considerando que um ano possui 8.760 horas, este valor é 57 vezes maior do que as horas decorridas em um ano.

<sup>39</sup> Durante o conflito árabe-israelense de 1973 foram utilizadas como engodo para os sistemas de mísseis antiaéreos russos usados pelos inimigos, possibilitando a localização de tais baterias antiaéreas (The Economist Technology Quarterly, 2012). Uso semelhante ocorreu em 1982, quando Israel tenta frear os ataques realizados pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP) na fronteira do Líbano e precisa passar por tropas sírias que controlavam a região e possuíam baterias de mísseis terra-ar. Israel possuía a localização exata destas baterias e utilizou as ARP como engodo para acionar o sistema defensivo sírio antes que aeronaves tripuladas (Phantom F-4, Skyhawk e Kfir-C2) armadas com mísseis entrassem no território. Os sistemas sírios não discerniam os dois tipos de aeronaves e, com isso, nenhum piloto israelense foi morto em ação (Scalerio, 2003).

<sup>40</sup> Tais capacidades estão em processo de desenvolvimento nas principais fabricantes de ARP militares. Modelos a jato e furtivos como os modelos americanos Predator C Avenger, RQ-170 e RQ-180, e o chinês WJ-700 Falcon (Drone Wars, 2022b) configuram o início desse desenvolvimento.

tendo como exemplo a Base da USAF em Creech, Nevada, lar dos “caçadores”. Local considerado por James Clark, ex-diretor de Inovação em Inteligência, Vigilância e Reconhecimento da USAF, como a casa de uma revolução dentro da força aérea (Barclay, 2017).

Mark McCurley, ex-oficial de inteligência e piloto de aeronaves tripuladas na USAF, que vivenciou a evolução destas por um período de dez anos e escreveu o primeiro manual tático para essas aeronaves na USAF, descreve o desenvolvimento da comunidade de ARP. Segundo McCurley, ele se voluntariou para o programa de ARP logo em seu início, em busca do único posto disponível que permitia uma atuação ativa em combate (McCurley e Maurer, 2015: 25-27). Voluntários começavam a entrar no programa de ARP por vontade própria e não mais por serem remanejados à força pela USAF. Segundo ele, em 2006,

Mais pilotos aprendiam a pilotar o Predator e o Reaper do que qualquer outra aeronave na Força Aérea. A comunidade de aeronaves remotamente pilotadas emergia lentamente do subsolo da frota da Força Aérea para ocupar seu lugar perto do topo. Ao contrário de quando cheguei, pilotos em fase de treinamento queriam fazer parte da comunidade porque essas aeronaves estavam travando a guerra em todas as frentes (McCurley e Maurer, 2015: 194).

As ARP passaram de números inferiores a 1% da frota da USAF em 2005, para 7% em 2022. Atualmente há esforços para o desenvolvimento de modelos mais rápidos, com propulsão a jato – como o *Predator C Avenger* (Figura 4) da *General Atomic Aeronautical* – e com capacidade furtiva – como o RQ-170 Sentinela (Figura 5) produzido pela *Lockheed Martin*, o RQ-180 produzido pela *Northrop Grumman* e o Bayraktar Kizilelma em desenvolvimento pela *Baykar Technologies* (Cancian, 2021; USAF, 2022a; General Atomic Aeronautical, 2022c; Baykar, 2022). Neste contexto, a declaração feita no início da década de 2000 por Robert Gates, ex-Secretário de Defesa Americano, de que o caça F-35 seria a última geração de aeronaves tripuladas dos EUA (Hayes, 2016) ganha sentido e parece profetizar a aceitação e consolidação das ARP pela USAF e seus representantes políticos. Para os decisores políticos americanos, atualmente, o uso da força não é sinal de falhas na estratégia diplomática, mas sim uma alternativa preferível e mais efetiva. A aceitação da opinião pública, o posicionamento ofensivo no início do século XXI e a estética da guerra pós-moderna são evidências de uma militarização avançada nos EUA (Bacevich, 2013: 122).

Figura 4: Predator C Avenger



Fonte: General Atomics Aeronautical (2022) Predator C Avenger.

Figura 5: RQ- 170 Sentinel



Fonte: Lockheed Martin Corporation (2022) ISR & Unmanned Systems.

Somando a necessidade de resposta americana aos atentados de 11/09, o cenário social descrito acima, a natureza não estatal das novas ameaças e a ideia de que a guerra pós-moderna é uma guerra em crise por ter meios de ocasionar uma guerra total, mas não os poder usar (Gray, 2003: 215), é possível entender como as ARP ganharam seu espaço e se fixaram como atores centrais nas Forças Armadas Americanas. Ao exército de mercado, à ideia de preservação por substituição e à aversão ao risco da sociedade americana, foi somada a necessidade de lidar com o terrorismo internacional. Isto foi feito através de atividades de inteligência e vigilância constantes. As grandes guerras em escala industrial do século XX, que mobilizavam toda a sociedade não aconteceriam mais.

### **3.2. Identidade profissional na comunidade de ARP**

Para executar tais tarefas do contraterrorismo global, as tripulações que operam as ARP são compostas por dois indivíduos, a saber, um operador de sensores que controla a câmara e o sistema a laser de seleção de alvos e um piloto que controla a aeronave e o disparo das armas. A estes se somam ainda analistas de inteligência que interpretam as imagens do vídeo em tempo real. Porém, esta tripulação não possui poder de decisão quanto aos seus alvos, pois a determinação de um indivíduo ou local específico como alvo de um ataque vem de um oficial superior (McCurley e Maurer, 2015: 33; Philipps, 2022). A ARP dá ao militar a função de vigiar constantemente e eliminar indivíduos em territórios longínquos, numa lógica que se assemelha à caça.

Observamos então que os pilotos e operadores de ARP são agentes intermediadores do processo de inteligência e fornecedores de apoio aéreo em ações conjuntas,<sup>41</sup> aplicando a força em alguns casos por meio do uso das armas de precisão. O que isso significa, nas palavras de um piloto, é que os militares que trabalham com ARP

---

<sup>41</sup> Dois exemplos de apoio aéreo ativo, para além da vigilância, através de ARP ocorreram no Afeganistão em 2002 e no Iraque. Na Operação Anaconda, em março de 2002, os EUA e forças aliadas travaram uma batalha terrestre nas montanhas afegãs, com o objetivo de destruir forças Talibãs e da al-Qaeda. Nesta ocasião, Predators americanos tiveram sucesso no lançamento de mísseis em apoio às tropas no terreno (McCurley e Maurer, 2015: 30). No Iraque, na província de al-Qa'im, ARP também deram suporte a soldados americanos em terra que estavam sob ataque. As ARP não só conseguiram cessar os tiros que atingiam soldados americanos, mas também deram suporte visual para que um helicóptero SuperCobra dos Fuzileiros Navais pudesse perseguir fugitivos sem ter que se aproximar demais do solo com risco de sofrer ataques. O apoio foi bem sucedido, e as ARP ainda deram suporte iluminando com laser o alvo, pois sua posição permitia isto, para que o SuperCobra (sem contato visual claro com alvo) disparasse seu Hellfire (McCurley e Maurer, 2015: 170).



realizam uma função de gestão da informação entre as diversas unidades que estão em terra e outras autoridades que coordenam as ações, resultando na orquestração das operações em tempo real (Drone Pilot, 2015: 114). Isto consiste num esforço em que o militar guerreiro dá lugar ao profissional que processa informações (Coker, 2004: 85). Desde o seu princípio, o poder aéreo esteve sempre relacionado com atividades de inteligência. Na 1ª GM, por exemplo, o primeiro uso das aeronaves foi para atividades de coleta de informações (Sloggett, 2013). Uma característica da guerra pós-moderna que as ARP intensificam é a recolha constante e em tempo real de dados, fruto da tecnologia computacional e do aperfeiçoamento destas plataformas para garantir períodos de voo com mais de 24h.

Para seu funcionamento, as ARP necessitam de três componentes localizados em diferentes partes do planeta. O primeiro é a estação de controle de terra,<sup>42</sup> que consiste num contentor adaptado. Possui iluminação fraca para não prejudicar a visão dos dois conjuntos de monitores que ficam em frente dos assentos do piloto e do operador de sensores e de outro monitor entre eles, por fim, teclados e controles completam o *cockpit* da aeronave (Figura 6). Devido à grande quantidade de computadores e ao calor do deserto americano, onde se localiza a base de Creech, um componente importante das estações de controle é o sistema de refrigeração, que mantém a temperatura interna a 10°C, ideal para as máquinas, mas não para a tripulação (Martin e Sasser, 2010: 30; McCurley e Maurer, 2015: 34-35). Este é o primeiro elemento de estranhamento dos pilotos e operadores quando começam a trabalhar com as ARP (Martin e Sasser, 2010; McCurley e Maurer, 2015), pois precisam separar a sensação que sentem no ambiente onde se encontra o seu corpo biológico da sensação que há onde se encontra seu corpo mecânico, a ARP. Apesar da diferente ambientação entre o corpo biológico do piloto e a ARP, e a óbvia perda de sensações físicas, a experiência de pilotar é semelhante à de aeronaves convencionais, pois em ambas o indivíduo concentra-se em operar os sistemas de navegação da aeronave, que são os mesmos, sem necessariamente ter que observar o ambiente à sua volta (Drone Pilot, 2015: 114).

---

<sup>42</sup> *Ground control station* (GCS)

Figura 6: Estação de controle de terra



Fonte: Rosado, Rio (2020) Airmen at the 432nd Wing recently participated in Department of Defense support efforts to fight the California wildland fires. U.S. Air Force photo.

O segundo componente é a base onde se encontra a equipa de manutenção da aeronave, que a prepara para decolagem e a recupera após a aterrissagem. Neste local, há uma torre com o transmissor de linha de visada, aparelho que transmite sinais à aeronave enquanto esta se mantém próxima. Para além do alcance da linha de visada, os satélites constituem o terceiro componente a entrar em ação, transmitindo os comandos da estação de controle até à ARP em qualquer local do globo, mesmo que com um pequeno *delay* de alguns segundos, com o qual os pilotos precisam se acostumar a lidar (McCurley e Maurer, 2015: 35-37). A tripulação que controla a aeronave pode ser composta por somente dois militares. Porém, há um número significativo de indivíduos que trabalha com a análise de dados transmitidos pelas ARP. Esse novo formato de guerra exige que os fabricantes não desenvolvam somente um aparato individual, mas sim todo o sistema que o sustenta. A empresa *General Atomics*, por exemplo, fornece as ARP, o treinamento relativo aos *software* e equipamentos, os sistemas de comunicação e os Centros Integrados de Inteligência, que são grandes salas de reunião equipadas com dezenas de monitores onde

os *software* da empresa analisam dados de inteligência junto aos militares, cada vez mais através do recurso à inteligência artificial (General Atomics Aeronautical, 2022c).<sup>43</sup>

Esta descrição torna mais clara a substância do militarismo pós-moderno e a ideia de um “sistema de sistemas” como paradigma central da nova forma de conduzir a guerra e da estratégia americana (Chapman, 2003; Rasmussen, 2006; Williams, 2008).<sup>44</sup> Com isso, percebemos que apesar do estereótipo robótico e da ênfase no aspeto não tripulado das aeronaves, o uso das ARP demonstra que o número de indivíduos envolvidos em atividades de controlo, gerenciamento e manutenção pode chegar a ser maior do que os números referentes a aeronaves tripuladas (Drone Pilot, 2015: 113). Portanto, apesar da intensidade em capital e da substituição de mão de obra por tecnologia no terreno geográfico onde se concretizam os ataques, a guerra com ARP deve ser entendida como intensiva em mão de obra (Barrinha e da Vinha, 2015: 25).

A característica exclusiva dos militares que trabalham com as ARP consiste na distância física entre seus corpos biológicos e os seus alvos (Braun, 2015: 254), ou seja, na ausência de riscos físicos ou impunidade que recai sobre esses militares (Shaw, 2005; Riza, 2013). A essência das ARP está relacionada com o conceito de risco físico, ou melhor, a ausência de risco. O relacionamento dos operadores e pilotos de ARP com o risco que correm ao exercer suas funções profissionais é a peça-chave da crítica de vários autores ao uso das ARP e à prática da ética militar. O argumento básico das críticas advém do pressuposto de que a ausência de risco (físico) deslegitima o uso da violência por parte dos pilotos e operadores de sensores (Sparrow, 2013; Riza, 2014; Chamayou, 2015; Schulzke, 2016; Renic, 2018). Para M. Shane Riza (2014) a guerra é um esforço humano, que necessita da presença e da ação humana, inclusive na incidência de risco sobre os soldados. Aqui, o risco assumido implica a possibilidade de sofrer danos físicos numa situação de combate, que é essencial nos conflitos e se traduz na reciprocidade do ato de matar. Riza (2013, 2014) é um dos autores que traz a ideia da aversão ao risco, ou seja, a busca pela imunidade no conflito, que leva ao cenário de inversão do risco.<sup>45</sup> Ora tal seria problemático, para este autor, pois a possibilidade de matar e de morrer devem existir na

---

<sup>43</sup> Para maior discussão sobre uso da inteligência artificial no militarismo ver Suchman (2020).

<sup>44</sup> Discussão mais aprofundada do tema já apresentada na Secção 1.2.

<sup>45</sup> No artigo *Two-Dimensional Warfare*, M. Shane Riza (2014) usa a palavra imunidade (immunity), que pode ser sinônima de impunidade (impunity), usada pelo autor no livro *Killing without Heart* (2013).

essência da guerra, como uma igualdade moral entre os lados opostos do conflito (Riza, 2013).

Isso significa que, ao longo do processo de desenvolvimento tecnológico, as armas e plataformas objetivam retirar o elemento humano da territorialidade do conflito, o que resulta na segurança física dos soldados que possuem liderança tecnológica e numa maior incidência de risco nas populações civis residentes nos territórios atacados. A imunidade permite que os soldados não experimentem o medo, um sentimento essencial para as suas condutas (Tomforde, 2018). Maren Tomforde (2018: 203) sublinha que uma dificuldade para os soldados é o fardo duplo que enfrentam, por serem simultaneamente perpetradores e vítimas da violência. Porém, a imunidade da tripulação das ARP impede que os militares experimentem esse aspecto que, ao longo da história, faz parte da essência da profissão militar.

Esta desconexão entre o militar e o risco físico constitui um problema na formação da sua identidade, na forma como o indivíduo se percebe a si mesmo nas suas funções profissionais particulares. Isto fica claro quando um piloto de ARP considera a sua transferência de uma unidade de controle de terra para a equipa de lançamento e recuperação, que atua em bases aéreas próximas dos territórios onde os conflitos ocorrem. Nas palavras do piloto de ARP Matt Martin, “Isso significava estar no campo, perto da lama, do sangue e da chuva. Correr meus próprios riscos e confrontar meus próprios demônios, assim como todos os soldados devem fazer” (Martin e Sasser, 2010: 47).<sup>46</sup> Torna-se óbvia a prevalência da ideia de que o soldado tem, por vocação, de confrontar riscos físicos e lidar com a dureza e o caos da guerra para que possa se tornar realmente útil e visto como um militar completo.

Com isto em mente, podemos analisar três pontos importantes para a formação de profissionais: a responsabilidade, o caráter corporativo e expertise (Huntington, 2000: 8-10). Como visto no Capítulo 2, o que diferencia as profissões militares das civis é essencialmente que as primeiras possuem a expertise de gestão da violência, administrando o uso da violência. E aqui impõe-se um impasse aos pilotos e operadores de ARP. Estes indivíduos, como já descrito acima, aplicam a violência, mas não possuem autonomia em seu dia a dia para decidir sobre quem incide essa violência, pois este tipo de determinação

---

<sup>46</sup> Tradução livre da autora. No original “That meant getting down on the field closer to the mud and the blood and the rain. Taking my own risks and confronting my own demons, as all soldiers must.” (Martin e Sasser, 2010: 47).

deriva de indivíduos superiores na hierarquia. A expertise que estes indivíduos possuem se limita somente a controlar equipamentos eletrônicos, analisar imagens de forma mecanizada e realizar ataques armados, na lógica de gerenciamento e processamento de informações já exposta no início desta secção.

Quando se reflete sobre a responsabilidade desses profissionais para com a sociedade que defendem e seus respetivos valores, problemas mais profundos se revelam. Como a grande maioria das missões realizadas por estas tripulações encontram-se com status classificado, a sociedade em geral sabe pouco sobre o que acontece de facto na guerra pós-moderna. O governo americano não disponibiliza dados claros e detalhados o suficiente para que possíveis aprovações ou contestações sociais ocorram (Philipps, 2022). Os dados mais detalhados de como as ARP são usadas como arma para o programa da política de assassinatos seletivos do governo americano advém de denúncias e vazamentos de documentos secretos publicados pelo *The Intercept* (2015) em diversos artigos compilados com o nome *The Drone Papers*. A falta de detalhes sobre as missões também afeta os próprios pilotos e operadores, os quais são muitas vezes chamados para dar apoio aéreo sem receber maiores informações sobre outras unidades que se encontrem na área, e sobre quem ou o que de fato irão atingir com seus mísseis (Martin e Sasser, 2010: 268-270).

O corporativismo está visível nos macacões que indicam a tripulação da ARP, nos emblemas e insígnias que indicam a quais esquadrões e grupos pertencem e seus ranques nas forças armadas. A coruja segurando raios sobre um fundo vermelho (Figura 7) é um elemento conhecido que remete para a *432d Wing* e a *432d Air Expeditionary Wing*, os dois grupos que lidam exclusivamente com ARP na base de Creech (USAF, 2019). Outro esquadrão importante é o *3rd Special Operations Squadron*, localizado na base de Cannon, Novo México, que com seu emblema representado por um dragão cuspidor de fogo e segurando uma espada sobre um fundo amarelo (Figura 8), voou MQ-1 Predators entre 2005-2014 e voa MQ-9 Reapers até o presente (USAF, s.d.). Esforços no sentido de condicionar e educar os militares durante sua formação e inculcar uma consciência de grupo (Huntington, 2000: 8-10) estão presentes no cotidiano das forças armadas. No caso da comunidade de ARP, um exemplo significativo da construção do corporativismo entre esses militares está no encontro anual de membros da comunidade.

Figura 7: Emblema do 432d Wing e 432d Air Expeditionary Wing



Fonte: USAF (2019) 432nd Wing emblem.

Figura 8: Emblema do 3rd Special Operations Squadron



Fonte: 3rd Special Operations Squadron

O encontro, chamado *Reaper Smoke*, reúne pilotos e operadores de ARP, a comunidade de Táticas Especiais, bem como pilotos e operadores britânicos que operam na base americana, no intuito de gerar um espaço de intercâmbio de experiências onde é esperado que os militares desenvolvam relações de forma presencial, construam “camaradagem” e discutam sobre “melhores práticas” no trabalho (USAF, 2020a). A importância maior deste evento consiste em proporcionar encontros pessoais entre os militares que muitas vezes só se comunicam por mensagens durante as missões e que só veem os soldados em terra aos quais dão apoio aéreo através dos monitores. Atividades de suporte de grupo e demonstrações por parte dos superiores de reconhecimento do trabalho realizado são importantes medidas para a prevenção de desordens emocionais e até mesmo para a prevenção do suicídio dentro das Forças Armadas (Bryant-Lees *et al.*, 2021: 237). Dessa forma, depois do encontro de 2020, somaram-se os de 2021, na Base de Cannon, e o de 2022, na de Creech, que são importantes para que os militares façam crescer seu sentimento de comunidade, seu compromisso e suas capacidades (Walter III, 2021; Collier, 2022).

Ainda analisando a construção da identidade militar, é de referir o “paradoxo da identidade de um soldado” (Robillard, 2017: 205-206), nomeadamente a contradição entre querer ser útil na guerra e ao mesmo tempo desejar a paz, e que afeta os pilotos de ARP de uma forma singular. Neste caso, ao contrário dos soldados que fogem a este paradoxo encontrando sua utilidade em finalidades humanitárias ou missões de manutenção da paz (Hajjar, 2014; Robillard, 2017) e do soldado que enfrenta esse paradoxo e encontra sua utilidade no terreno da guerra,<sup>47</sup> o militar envolvido com as ARP é capaz de ser útil na guerra diariamente sem ter que se preocupar com a interrupção da paz no seu dia a dia. O que isso significa é que estes militares não sofrem com este paradoxo, pois sabem desde o início que serão úteis diariamente, tendo sempre missões de vigilância e apoio aéreo a realizar, além de protagonizarem cada vez mais ataques mortais no conflito. A recolha de dados de inteligência é uma contribuição importante para a guerra, mas a aplicação da violência direta e eliminação do inimigo ainda é a contribuição maior que a grande maioria dos militares busca ao longo da sua carreira.

Isto fica claro no relato proferido pelo Tenente-Coronel McCurley: “Em certo sentido, estávamos felizes por ter destruído o alvo. Tivemos uma chance que poucos

---

<sup>47</sup> Discussão mais aprofundada do tema já apresentada na Secção 2.1.

teriam, e consegui cumprir a promessa de dar minha contribuição na guerra” (McCurley e Maurer, 2015: 129). Para o Tenente-Coronel Matt Martin, por exemplo, trata-se ainda de sentimentos conflitantes entre a realização e a culpa, que ele afirma terem-no afligido nas primeiras missões nas quais teve a oportunidade de matar (Martin e Sasser, 2010). É evidente a ânsia que os militares possuem em serem úteis nas funções exclusivas de sua profissão.

Voltando novamente à questão da distância física entre o corpo biológico do soldado e o terreno da guerra, este é um ponto recorrente na literatura que parece ter impacto profundo na definição de uma identidade de grupo coesa. Segundo o serviço de apoio aos veteranos das Forças Armadas Australianas, um componente importante da formação da identidade militar e do sentimento de pertença de um indivíduo a um determinado grupo é o tempo que o indivíduo esteve destacado no serviço militar, o que também o torna sensível à transição entre este período e o da vida civil (Open Arms-Veterans & Families Counselling, 2019). Isso significa que a imersão completa e ininterrupta dos indivíduos num grupo e nas atividades que executam reflete-se diretamente na forma como eles conseguem fazer prevalecer essa identidade profissional durante determinado período de tempo, e ter dificuldades em voltar a lidar com suas demais identidades individuais (ex. pai, cônjuges, filhos) ao retornarem às suas rotinas civis.

Segundo Kathryn Woodward (2000: 31-32), a pluralidade de identidades que recaem sobre um único indivíduo pode ocasionar um conflito entre as suas diferentes exigências e uma crise de autoidentificação.<sup>48</sup> A dificuldade de transitar entre a vida civil e as funções militares é evidente na forma como McCurley descreve ter que alterar entre os modos “piloto em combate” e “homem de família” diariamente (McCurley e Maurer 2015: 69). A existência de duas realidades distintas e a dificuldade de transitar entre elas ficam claras com os seguintes relatos de Matt Martin:

Os meus primeiros dez minutos nos controlos do MQ-1, de outra forma apropriadamente conhecido como Predador, e eu já tinha matado. Depois lembrei-me que a Trish me tinha pedido para comprar leite a caminho de casa (Martin e Sasser, 2010: 2).

Troquei com o piloto de saída e entrei no meu mundo e persona alternativos (Martin e Sasser, 2010: 33).

Vivi uma existência esquizofrénica entre dois mundos, um enquanto piloto de combate a combater uma guerra a meio caminho do mundo, o outro como

---

<sup>48</sup> Discussão mais aprofundada do tema já apresentada na Secção 2.1.



cidadão americano comum. Ninguém que me visse fora da base e fora de uniforme teria alguma vez adivinhado o que eu fazia para viver.

Cada dia de trabalho, como um trabalhador de fábrica ou um vendedor a retalho, reportava ao POC para o meu turno, onde um sinal me saudava com Você está agora entrando no CENTCOM AOR. Poderia igualmente ter lido Você está agora entrando na Narnia de C. S. Lewis por tudo o que os meus dois mundos se cruzaram.

[...] Poderia ser desorientador, uma verdadeira desconexão, viver simultaneamente em dois mundos tão diferentes (Martin e Sasser, 2010: 44-45).<sup>49</sup>

O espaço de horas ou minutos separa a função de matar da função de marido neste último caso, sendo possível perceber no discurso certo grau de estranheza do próprio indivíduo em relação à súbita mudança de papéis que precisa desempenhar diariamente. É este princípio da pluralidade de identidades que causa a dificuldade para muitos veteranos em transitarem para a vida civil. Se pensarmos no caso da comidade de ARP, onde esta mudança deve ser feita diariamente, é fácil concluirmos que transitar entre exigências tão diferentes como lidar com a família diariamente e ver em detalhes famílias recolhendo restos mortais de seus parentes é algo problemático. Como consequência, muitos pilotos e operadores desenvolvem stress pós-traumático e esgotamentos emocionais, que não são tratados de forma adequada pelas Forças Armadas Americanas,<sup>50</sup> ou são reprimidos pelos próprios militares, devido ao medo de serem julgados pelo grupo e pela sociedade (Gosztola, 2015; Philipps, 2022). Esse tipo de desordem psicológica desencadeia

---

<sup>49</sup> Tradução livre da autora. No original “My first ten minutes at the controls of the MQ-1, otherwise aptly known as Predator, and I had already been in on a kill. Then I remembered that Trish had asked me to pick up a gallon of milk on the way home” (Martin e Sasser, 2010: 2).

“I switched out with the off-going pilot and entered my alternate world and persona” (Martin e Sasser, 2010: 33). (Martin e Sasser, 2010: 44-45).

I lived a schizophrenic existence between two worlds, one as a combat pilot fighting a war halfway around the world, the other as an ordinary American citizen. No one who saw me off-base and out of uniform would have ever guessed what I did for a living.

Each working day, like a commuting factory worker or a retail salesman, I reported to the POC for my shift where a sign greeted me with You Are Now Entering CENTCOM AOR. It could just as easily have read You Are Now Entering C. S. Lewis’s Narnia for all that my two worlds intersected.

[...] It could be disorienting, a real disconnect, to live simultaneously in two such different worlds (Martin e Sasser, 2010: 44-45).

<sup>50</sup> Denúncias sobre a falta de preparo da USAF em tratar desordens pós-traumáticas ou emocionais na comunidade e ARP incluem a não disponibilização de serviços que são oferecidos aos militares que se enquadram na categoria de combatentes, ou seja, a USAF não enquadra a tripulação das ARP como combatentes (Philipps, 2022). Posicionamentos oficiais da USAF buscam sempre enfatizar a atenção dada às desordens pós-traumáticas, incluindo atenção especial à comunidade de ARP, onde “esforços de prevenção de PTSD incluem treinamento de inteligência emocional e estratégias para manejar fatores de stress que acompanham seu ambiente operacional único” (USAF, 2022b).

comportamentos como alcoolismo e uso de drogas (Gosztola, 2015; Barrinha e da Mota, 2017a; Philipps, 2022).

É esta necessidade caótica de lidar com diferentes funções, identidades e condutas que desemboca na tão valorizada “capacidade de compartimentar” (Chamayou, 2015: 136) que a comunidade de ARP precisa desenvolver. A fuga ao sentimento de remorso e problemas psicológicos sérios está na “capacidade de compartimentar”, ou seja, separar a esfera do trabalho da esfera da vida civil (Chamayou, 2015: 139). Como pudemos perceber com os relatos citados acima, a comunidade de ARP trabalha em turnos que lhes permitem ir até às bases e desempenhar o papel de vigiar, caçar e eliminar suspeitos ao redor do mundo e, em cerca de uma hora, retornar às suas casas e vidas privadas, onde precisam desempenhar suas funções cotidianas como qualquer outro civil. A compartimentalização pode representar, portanto, uma forma dos impactos causados pela identidade profissional coexistirem com outras identidades.

### **3.3. O militar pós-humano como guerreiro masculinizado**

Definir a identidade militar através da lente pós-humana pressupõe, como vimos no Capítulo 2, desconstruir a noção do humano e o pensamento dualista excludente (Ferrando, 2019; Možgin, 2020). Trata-se, portanto, de desconstruir a noção do militar como corpo biológico que desempenha virtudes tradicionais consideradas honradas pela perspectiva ocidental dominante e, considerando a guerra pós-moderna, desconstruir a oposição entre máquina e humano. A perspectiva pós-humana, aqui, tem o objetivo de ver o processo de composição dos sujeitos através da ligação entre seres humanos e outros seres animados ou não (Braidotti, 2013: 12). Noutros termos, ela permite compreender que tipo de sujeitos os militares estão no processo de se tornar através da ligação dos corpos biológicos (piloto e operador de sensores), dos corpos inanimados (ARP, armas, computadores e controles) e entes cibernéticos (*software*). A forma como o piloto Matt Martin se refere às suas missões é sintomática dessa relação entre corpo biológico e máquina:

Carregava um par de mísseis Hellfire debaixo das minhas asas, mas a minha tarefa não era atacar diretamente o inimigo. [...] o meu operador de sensores e eu começámos a fazer "cintilar" alvos com os nossos infravermelhos (IR) (Martin e Sasser, 2010: 1).

Já começava a referir-me ao Predador e a mim próprio como "eu", embora o avião estivesse a milhares de milhas de distância (Martin e Sasser, 2010: 34).<sup>51</sup>

Num processo de fusão, ou transposição identitária, o piloto relata considerar automaticamente que ele próprio estava carregando um par de mísseis, uma escolha de vocabulário que reflete de forma subtil a naturalidade como consideram a aeronave e seus corpos como uma única entidade na batalha. Este pensamento é incentivado dentro do próprio treinamento da Força Aérea Americana. Martin relata que, durante os três meses de treinamento que recebeu, seu instrutor insistia que ele devia “sentir” a aeronave, que ele “estava na aeronave” e deveria sentir o mesmo para que fosse bem sucedido durante os voos (Martin e Sasser, 2010: 22-23).

Outro exemplo de como essa ideia pós-humana está presente no dia a dia é visto no testemunho de um comandante que, durante uma missão, pede aos pilotos e operadores de sensores que estejam com “todos os olhos em cima” do alvo, referindo-se não aos olhos biológicos dos militares, mas sim às câmeras das ARP que voavam a milhares de quilômetros de distância (McCurley e Maurer, 2015: 19). O que ocorre neste caso em específico não é uma humanização da arma ou uso de metáforas que demonstrem isso, mas sim a expressão da ideia intrínseca de que, para esses militares, os seus olhos não correspondem na prática somente aos seus órgãos biológicos, mas sim à acoplagem destes últimos com as câmeras da máquina.

Os militares começam a sentir e pensar como se estivessem no terreno da guerra, apesar da estranheza que seus corpos biológicos sentem devido às diferenças ambientais entre o local dos conflitos e o contentor no qual a estação de controle de terra se encontra. Isto ocorre principalmente aos indivíduos que já pilotavam aeronaves tripuladas anteriormente, quando não sentem a aceleração e o movimento da aeronave. Nas palavras de um piloto: “Uma das sensações mais estranhas que tenho é quando saio da GCS e percebo, ‘Ok, não estou lá’” (Drone Pilot, 2015: 116).<sup>52</sup> O mundo virtual é real para o soldado, que por sua vez é constituído pelo conjunto do corpo biológico, da máquina e dos

---

<sup>51</sup> Tradução livre da autora. No original “[...] I carried a pair of Hellfire missiles beneath my wings, but my task was not to engage the enemy directly. [...] my sensor operator and I began to “sparkle” targets with our infrared (IR) [...]” (Martin e Sasser, 2010: 1). “I was already starting to refer to the Predator and myself as “I,” even though the airplane was thousands of miles away” (Martin e Sasser, 2010: 34).

<sup>52</sup> Tradução livre da autora. No original “One of the strangest sensations I have is when I step out of the GCS and realize, ‘Ok, I’m not there.’” (Drone Pilot, 2015: 116).

*software* que permite a sua operação. Fora da guerra, há outro mundo real, o da sua vida como civil, onde ele existe em totalidade somente com seu corpo biológico. O que os exemplos e a linha de pensamento aqui apresentados nos permitem concluir é que enquanto soldado, na realização de suas funções profissionais, estes indivíduos só existem de facto e são úteis através da junção entre seus corpos biológicos e o maquinário com o qual interagem – seja ele *hardware* ou *software*.

Estes militares pós-modernos e pós-humanos estão fadados a serem lembrados por atitudes que não espelham grandes atos heróicos nos moldes clássicos ou modernos, mas sim a serem condecorados principalmente pela realização bem sucedida de assassinatos seletivos. Exemplo disso é o Capitão da Força Aérea Americana Kevin Larson, que ganhou 20 medalhas por conquistas e por eliminar um dos terroristas que constavam na lista dos mais procurados pelos EUA (Philipps, 2022). Apesar de o seu trabalho ter sido reconhecido, com medalhas e com uma nota de agradecimento manuscrita pelo diretor da CIA, ele não podia desfrutar publicamente desta sensação de importância e reconhecimento como bravo herói de guerra. Tendo sido diagnosticado com estresse pós-traumático, passou a usar drogas para suportar a estressante rotina que tinha, o que o levou a responder a um processo legal e a se suicidar antes de receber o veredito final sobre o mesmo. Apesar das condecorações, nem mesmo a sua família tinha conhecimento dos seus atos durante suas funções profissionais, isto porque a grande maioria das missões de ARP e dos critérios para definição de alvos é secreta e não está no domínio público (Barrinha e da Mota, 2017b: 57; Philipps, 2022). Tal entra contrasta claramente com os veteranos heróis da 2ª GM, como, por exemplo, o Sargento Alex Drabik, que serviu na Europa durante a 2ª GM e tem sua história retratada como um grande conto heróico, no qual a imagem de homem corajoso sobressai ao atravessar o rio Reno sob artilharia inimiga, naquela que foi a última ponte a não ser destruída pelos nazistas (Fisher, 2004). A sua história é conhecida como a do Herói de Remagen. A sua modéstia e a aceitação dos seus atos como heróicos, tanto pelos seus pares e como pela sociedade americana e pelos seus inimigos, são ressaltados na história do sargento. Por exemplo, o oficial alemão contra o qual lutou no momento em que atravessou a ponte prestes a explodir, declarou que ele realmente foi um herói, o maior de toda a guerra, e que merecia receber de facto a *Distinguished Service Cross*, segundo maior reconhecimento militar americano (Fisher, 2004).

Uma guerra em que o direito de matar o inimigo não vem acompanhado do risco de ser morto é uma guerra que sofre uma profunda crise moral. Aqui recai a análise crítica à

tendência de aversão ao risco predominante na sociedade ocidental. Como já dito na secção anterior, a literatura apresenta argumentos de que a ausência de risco físico deslegitima o uso da violência (Sparrow, 2013; Riza, 2014; Chamayou, 2015; Schulzke, 2016; Renic, 2018). Dependendo do ponto de vista cultural predominante, esta mentalidade ocidental de imunidade dos militares não possui, na prática, o efeito de parecer mais desenvolvida e aceitável. Por exemplo, grupos terroristas, e também grupos tribais paquistaneses, veem os ataques de ARP como sendo atos de covardia (Agwu, 2018: 247; Renic, 2018), assim como os próprios militares e a sociedade ocidental em geral, que possuem o mesmo sentimento de estranheza e consideram que os militares que matam sem correrem risco de serem mortos estariam em uma posição covarde.

Este tipo de ação está contrário à noção tradicional de honra adquirida através dos sacrifícios a favor de valores maiores que o próprio indivíduo (Tomforde, 2018: 204) e aos valores militares que afastavam o indivíduo de uma conduta covarde (Sauer e Schörnig, 2012: 373). A identidade masculina tradicional do soldado americano passa por uma crise derivada do processo de representar a masculinidade através das armas utilizadas e de colocar o corpo biológico do soldado em local de proteção, que é um local feminizado (Masters, 2005; Clark, 2018), ou seja, um local onde a sua conduta pode ser entendida como covarde. Porém, se considerarmos a perspectiva pós-humana, o soldado como uma única entidade composta por partes biológicas e máquinas, podemos considerar que a masculinidade militar expressa a partir das armas que utilizam (Masters, 2005) se expande também aos corpos biológicos. A identidade de masculinidade militarizada enquadra-se assim no conjunto pós-humano.

Há ainda outra forma desses militares perceberem sua identidade como masculinizada e não feminizada através da possibilidade concreta de matar. O ato de matar evoca a força física e uma mitologia tradicional masculina de poder e coragem (French, 2003: 21), sendo a coragem uma virtude marcial central para a constituição de um guerreiro (Enemark, 2013). Porém, o século XXI, como já foi explicitado anteriormente, traz um desafio à ética militar e à manutenção de uma ética guerreira, devido às mudanças que ocorrem na lógica dos conflitos armados na era pós-moderna, principalmente com o contraterrorismo pós-11/09 e a política americana de assassinatos seletivos (Coker, 2007; 2008).

A tripulação de ARP possui atualmente mais chances de exercer essa força através das armas que utiliza (Clark, 2018) e a tendência é que essa capacidade venha a aumentar, como vemos com o desenvolvimento do Mojave, ARP que totaliza o maior poder de fogo com seus 16 mísseis Hellfires, mas que ainda não está em amplo uso nas forças armadas (General Atomics Aeronautical, 2022a). Ter a real possibilidade de matar em batalha, mesmo que à distância e sem a mitologia da força física e coragem do guerreiro, incute na tripulação de ARP uma sensação de poder que é histórica e mitologicamente relacionada com a identidade masculina e guerreira.

Sendo assim, o status de guerreiro pode prevalecer na comunidade de ARP, basta não defini-lo com base no atributo da coragem, mas sim com base na capacidade de serem ativos na guerra e concretizarem o ato matar (Clark, 2018), uma atividade que, nos moldes do contraterrorismo, pressupõe o corpo ciborgue e pós-humano. Como exemplo da maior atividade da tripulação das ARP temos os envelopes, entregues aos militares no momento que deixam o serviço militar, que contêm o registo feito pela USAF do número de mortes que o piloto ou operador esteve envolvido ao longo do seu serviço militar. A título de exemplo, o ex-operador de sensores e analista de imagens, Brandon Bryant,<sup>53</sup> teve o registo de participação em 1.626 mortes entre 2005 e 2011 (Pilkington, 2015; Hayes, 2016: 86-87). Outro dado que corrobora o uso mais fluente e letal de ARP são os números de ataques realizados. Durante a administração Obama, o uso de ARP foi mais intenso, quando os ataques, só no Paquistão, tiveram um crescimento de 631%, passando de 51 na administração Bush (2001-2009) para 373 (The Bureau of Investigative Journalism, 2021).

Talvez, na prática, essa linha de pensamento não afaste a ideia de uma conduta covarde, mas a comunidade de ARP busca compensar isso reforçando a sua identidade como um grupo de grande utilidade na guerra, pois são os militares que mais utilizam suas armas, matam inimigos, protegem seus aliados e exercem no dia a dia a sua função de guerreiros masculinizados.

---

<sup>53</sup> Bryant trabalhou na USAF entre 2005 e 2011 e, mesmo com a oferta de um bônus de \$107,000 para continuar na USAF, preferiu deixar seu trabalho como militar e tornar-se um líder para demais indivíduos que desejam deixar as Forças Armadas Americanas e denunciar a campanha de assassinatos realizada pelo governo americano (Pilkington, 2015; Hayes, 2016: 86). Suas denúncias foram mediatizadas a nível internacional após a publicação de um artigo online no Spiegel International (Abé, 2012) e da entrevista que deu ao *Democracy Now* (2013), onde relatou com detalhes como era seu trabalho e o impacto psicológico que gerou. As denúncias continuaram com a Carta Aberta ao presidente Obama, que ele e mais três ex-militares escreveram em 2015 e com novos denunciadores, como o caso de Christopher Aaron, ex-analista de imagens da CIA que, em 2021, veio a público enfatizar as críticas ao programa americano de ARP no Afeganistão (Democracy Now, 2021).

O ato de matar através de ARP envolve grande discussão na literatura e, como vimos acima, é central para a definição da identidade do militar pós-humano que compõe a comunidade de ARP. Estas aeronaves e armas permitem o distanciamento físico entre o militar e o seu alvo e também possuem o objetivo de distanciá-los emocionalmente, ou seja, impedir que o contacto entre os indivíduos leve a algum tipo de ligação emocional que possa vir a dificultar o ato de matar. A ARP é a expressão máxima de uma plataforma armada de uso diário que permite o maior afastamento físico possível entre os atores envolvidos, mas gera uma sensação de proximidade e respostas emocionais (Holmqvist, 2013: 542; Chamayou, 2015: 132; Clark, 2018: 605) que vão em contração da capacidade de pensamento estratégico e racional que impera no militarismo masculinizado (Kunashakaran, 2016). Essa sensação de proximidade ocorre através das imagens que as câmeras das ARP são capazes de fornecer e do tempo gasto pelos operadores a observar os seus alvos enquanto estes realizam as suas atividades cotidianas (Holmqvist, 2013: 542). Nas palavras de um piloto anónimo, “estar separado (geograficamente) pela tecnologia não significa estar separado emocionalmente” dos seres humanos que serão mortos por eles (Drone Pilot, 2015: 116). A proximidade também ocorre através da relação que a tripulação da ARP desenvolve com os soldados em terreno. Por vezes, as missões de apoio aéreo demoram semanas, e os pilotos e operadores mantêm comunicação direta com os soldados em terra, criando uma relação e um “apego emocional” entre eles (Drone Pilot, 2015: 114).

Para além desse contacto visual que pode alastrar-se por meses, os pilotos são obrigados a realizar avaliações dos danos da batalha após realizarem um ataque, o que muitas vezes envolve verificação visual das vítimas – ou partes de seus corpos – e os leva a acompanhar o resgate de seus corpos e até mesmo os seus funerais (Williams, 2010: 877; Drone Pilot, 2015: 115-116).<sup>54</sup> A passagem seguinte revela justamente os sentimentos conflitantes que afligem um piloto quando chega a hora de matar o alvo que vigiou por dois meses:

Era estranho estar pilotando provavelmente nossa última missão contra aquele alvo. Criava-se um clima de intimidade depois de seguir alguém durante meses. Passáramos tanto tempo com ele que eu sabia como eram os filhos do Capitão e

---

<sup>54</sup> Há relatos de ocasiões em que novos ataques voltam a ocorrer durante o resgate ou os funerais, no intuito de eliminar possíveis apoiantes dos alvos iniciais que venham a se reunir no momento de luto, sem que se verifique se os alvos são verdadeiramente terroristas ou civis (Shah, 2015: 50; Barrinha e da Mota, 2017a). Em 2009, por exemplo, um ataque a uma procissão em um funeral Talibã matou 60 pessoas (Williams, 2010: 877).

que caminhos faziam para ir à escola. Sabia que sua mulher lavava a roupa da família e onde fazia as compras para o jantar. No fundo, no fundo, eu sabia que o Capitão era um terrorista e conspirava para matar americanos. Mas era difícil não ver aquele homem e sua família como muito humanos. Não se tratava de um vilão de James Bond conspirando num gigantesco esconderijo nas montanhas. Mas sua função era matar americanos. Num nível visceral, eu queria lhe dar o troco. Aquele sujeito era responsável por planejar ataques. Era a própria razão da nossa presença na Ásia Central (McCurley e Maurer, 2015: 114).

A ARP apresenta, portanto, um obstáculo à lógica básica do espectro da agressão proposto por Dave Grossman (1995: 98), onde a proximidade física estaria em uma ponta do espectro, resultando em dificuldade e trauma no ato de matar, e as armas de longo alcance estariam no lado oposto, facilitando o ato de matar. Chamayou (2015: 130-134) chama atenção para a dificuldade em inserir as ARP nesse espectro. Elas possuem a distância física máxima, mas a distância ocular, da linha de visão, é próxima, apesar de não fornecer todas as sensações possíveis de serem abstraídas através dos sentidos biológicos humanos – cheiro, temperatura, textura, sons, detalhes visuais. É considerando estas dificuldades que surge a importância de inserir no dia a dia da comunidade de ARP a dessensibilização em relação à atitude de matar.<sup>55</sup> Chamayou (2015), ainda se referindo a Grossman (1995), destaca um fator que pode influenciar na capacidade de matar, que é a possibilidade de se manter no anonimato. Será porventura mais fácil exercer a violência quando os alvos não podem identificar o atacante, quando o incômodo e a vergonha podem incidir sobre o subconsciente do indivíduo, mas não existirão perante mais ninguém.

O facto de as missões serem classificadas e, na maioria das vezes, impedirem que dados sejam revelados dá a comunidade de ARP certa garantia de não sofrer com o sentimento de vergonha e culpa perante a sociedade. Há sempre resistência em revelar os atos cometidos, mesmo que para familiares. A fadiga mental de um piloto ao revelar para sua esposa que quase matou um homem durante uma missão, num misto de medo de ser rejeitado e culpa por sentir a vontade de matar outro ser humano, fica aqui evidente: “Eu falaria de tudo quando estivesse pronto. Eu não estava pronto. Ainda não. As coisas ainda estavam um pouco confuses na minha mente” (Martin e Sasser, 2010: 46).<sup>56</sup>

Portanto, ao mesmo tempo que podem ser vistos como indivíduos feminizados, protegidos pela tecnologia e que não exercem força física e coragem, podem também ser

---

<sup>55</sup> Ideia já apresentado no último parágrafo da Secção 2.1.

<sup>56</sup> Tradução livre da autora. No original “I would talk it all out when I was ready. I wasn’t ready. Not yet. Things were still a bit confused in my mind.” (Martin e Sasser, 2010: 46).



vistos como masculinizados, exercendo a capacidade de matar, numa lógica que ultrapassa o binário feminino-masculino (Clark, 2018, 2019). Ao mesmo tempo que se reafirmam como guerreiros pela atuação e possibilidade de matar na guerra, se afirmam pela sua capacidade de salvar vidas aliadas. Há uma ideia geral na comunidade de ARP de que sua função maior está em salvar vidas, por exemplo, o 39 *squadron* da RAF tem como mote “Salvar vidas. Fazer a diferença.”<sup>57</sup> (Clark, 2018: 616). Vigiar, guiar, e proteger os aliados com poder de fogo são funções que definem a identidade da comunidade de ARP como guerreira e masculinizada, apesar das críticas em relação a sua desconexão com o risco físico.

Enquanto alguns sentem “orgulho” em trabalhar com as ARP e encontram um caminho alternativo para afirmarem sua identidade militar masculinizada através do papel de protetores (Drone Pilot, 2015: 113; McCurley e Maurer, 2015; Clark, 2018), há indivíduos que não conseguem ultrapassar as dificuldades psicológicas que o trabalho envolve e acabam por se identificar predominantemente com base no conceito de covardia. Nas palavras de Bryant, “Esperámos que aqueles homens se instalassem nas suas camas e depois matámo-los durante o sono. Isso foi um assassinato covarde” (Pilkington, 2015).<sup>58</sup> A maior parte das críticas e denúncias de ex-pilotos e operadores recai sobre a forma como as Forças Armadas Americanas conduzem os assassinatos seletivos e designam seus alvos e seus danos colaterais, por meio da cultura de negação da sua humanidade (Hussain, 2015), refletida através do vocabulário utilizado. Michael Haas denuncia a forma como seus superiores se referiam a eliminar suspeitos como “cortar a grama antes que cresça sem controle” e como se referiam a crianças como “terroristas em ponto pequeno” (Pilkington, 2015).<sup>59</sup> Nas palavras do ex-operador de sensores,

Já pisou em formigas e nunca mais pensou nisso? É o que te ensinam a pensar sobre os alvos - como apenas manchas negras num ecrã. Começa-se a fazer estas ginásticas psicológicas para facilitar o que se tem de fazer - eles mereceram-no, escolheram o seu lado. Você tinha que matar parte da sua consciência para continuar a fazer o seu trabalho todos os dias - e ignorar aquelas vozes que te diziam que isto não estava certo (Pilkington, 2015).<sup>60</sup>

---

<sup>57</sup> Tradução livre da autora. No original “*To save lives. To make a difference.*” (Clark, 2018: 616).

<sup>58</sup> Tradução livre da autora. No original “We waited for those men to settle down in their beds and then we killed them in their sleep. That was cowardly murder” (Pilkington, 2015).

<sup>59</sup> Tradução livre da autora. No original “cutting the grass before it grows out of control” e “fun-sized terrorists” (Pilkington, 2015).

<sup>60</sup> Tradução livre da autora. No original “Ever step on ants and never give it another thought? That’s what you are made to think of the targets – as just black blobs on a screen. You start to do these psychological

Neste testemunho, fica patente uma desumanização e minimização não só dos alvos, que são equiparados a formigas, mas também dos próprios militares, que se entregam a uma “ginástica mental” que silencie temporariamente a voz da sua consciência aquando do ato de matar. Brandon Bryant relata a propósito da desumanização dos operadores de ARP que o seu trabalho era visto como a execução de ações que “buscam vingança e segurança” para os americanos de uma forma que destrói a humanidade que há nele mesmo (Hussain, 2015). Estes dados refletem a necessidade de compartimentalização e a dessensibilização em relação à atitude de matar que a profissão exige, e já discutidas acima. Estes impasses psicológicos são, contudo, inerentes à profissão militar, e a atitude de desumanização do alvo a fim de justificar sua morte também é recorrente na história militar. Portanto, a comunidade de ARP, assim como militares que se deslocam aos terrenos de conflito, está exposta à possibilidade de desenvolver stress pós-traumático, fadiga, problemas depressivos e outras desordens psicológicas (Otto e Webber, 2013; Barrinha e da Mota, 2017a: 255; Sandner, 2020). Estudos indicam que a incidência de desordens psicológicas e emocionais na comunidade de ARP é semelhante à dos pilotos de aeronaves tripuladas, porém, em relação a alguns distúrbios e fatores específicos tornam-se mais altas (Otto e Webber, 2013), como veremos a seguir.

Dessa forma, o problema que parece afligir estes militares com maior intensidade é a desumanização dos seus alvos e o grande número de civis mortos como danos colaterais pelo programa de ARP. Em carta aberta ao presidente Obama, quatro ex-militares dizem ter tido “papéis de culpa na facilitação da perda sistemática de vidas inocentes”,<sup>61</sup> o que os levou aos quadros de stress pós-traumático que sofrem (Bryant *et al.*, 2015). O stress pós-traumático e outras desordens psicológicas e emocionais são um assunto em destaque nos estudos sobre a comunidade e ARP (ver Chappelle *et al.*, 2011; Otto e Webber, 2013; Chappelle *et al.* 2018; Phillips *et al.*, 2019; Sandner, 2020).

Segundo estudos feitos na USAF, o fator que mais influencia o stress pós-traumático e outras desordens nas tripulações de ARP é presenciar a mortes de civis como danos colaterais, o que pode elevar de 6 a 8 vezes o risco de desenvolver esta desordem (Philipps, 2022). Ataques levados a cabo no Afeganistão e Paquistão durante a

---

gymnastics to make it easier to do what you have to do – they deserved it, they chose their side. You had to kill part of your conscience to keep doing your job every day – and ignore those voices telling you this wasn’t right” (Pilkington, 2015).

<sup>61</sup> Tradução livre da autora. No original “When the guilt o four roles in facilitating this systematic loss of innocent life [...]” (Bryant *et al.*, 2015).

administração Obama demonstraram que o critério que estabelecia os alvos se resumia a identificar um indivíduo como um homem em idade militar (Wilcox, 2015b: 129; Barrinha e da Mota, 2017a: 261), o que indica um grande número de possíveis alvos e está de acordo com o alto número de mortes civis relatadas. As questões a serem analisadas aqui recaem sobre as discussões éticas e legais, quanto ao tratamento dado pelas Forças Armadas Americanas aos seus alvos e os critérios que definem os mesmos, discussão central que não constitui, no entanto, o objeto de estudo deste trabalho.

Ao impacto da morte de civis, soma-se a fadiga, a falta de contacto social dos militares e as avaliações dos danos da batalha. A necessidade ininterrupta de vigilância, o grande volume de dados que a guerra pós-moderna exige, e o fato de os soldados não correrem riscos físicos ao exercerem suas funções desencadeiam a possibilidade de trabalharem por períodos extensivos. Ex-pilotos e operadores relatam ter realizado turnos de 12 horas, em que era frequente a tripulação aparecer embriagada, dormir durante os turnos, ler bandas desenhadas ou jogar videogames (Pilkington, 2015). O isolamento social, o comportamento sedentário e o tempo prolongado de exposição aos ecrans também são componentes que afetam esta comunidade de forma mais intensa quando comparando com outros militares, ocasionando exaustão e fadiga (Ricks, 2014; Barrinha e da Mota, 2017a: 255). O risco de stress pós-traumático e fadiga emocional é maior nas tripulações de ARP do que no resto da força aérea (Chappelle *et al.*, 2011), e o risco de desenvolverem desordens do sono é 32% mais alto para pilotos de ARP (Kieffer e Stahlman, 2021). Cian Westmoreland, ex-técnico de comunicações que entrou para o programa psiquiátrico e faz uso de medicações contínuas devido a pesadelos constantes e comportamento suicida (Pilkington, 2015), é exemplo disto. A avaliação dos danos dos ataques é feita sempre que as ARP disparam contra um inimigo e é também um fator que influencia o surgimento de stress e distúrbios emocionais na comunidade e ARP (Chappelle *et al.*, 2018: 358), visto que relações emocionais podem derivar da observação prolongada dos alvos.

Concluimos assim que a identidade profissional do militar que trabalha com as ARP sofre alterações em relação à ideia tradicional de guerreiro, nomeadamente devido à sua imunidade ao risco físico. O problema central para a identidade destes militares reside na ideia de covardia que permeia suas ações, e que é abafada pela perceção de que a comunidade de ARP é um elemento que providencia proteção aos militares em terra por meio de apoio aéreo, além de ser também o grupo com maior capacidade de ocasionar baixas, quando comparado com as aeronaves tripuladas. A ideia de proteger, por si própria,

evoca um traço da identidade masculinizada para esta classe de militares, criando uma nova narrativa para que possam ser percebidos como guerreiros, com valores que fogem ao ideal clássico e mitológico que acompanha o guerreiro ocidental desde as civilizações grega e romana. E, para compreender como essa identidade masculinizada que recaiu sobre as armas e novas tecnologias da RAM pode ser estendida à identidade do militar, é necessário considerar os pilotos e operadores de ARP como militares pós-humanos, ou seja, numa relação de coexistência necessária entre os corpos biológicos, máquinas e *software* para que o militar exista como tal no cenário conflituoso pós-moderno.

## Conclusão

Desde o seu uso como alvos para treinamento ou para despistar baterias antiaéreas, até à política americana de assassinatos seletivos na “guerra global contra o terror”, as ARP percorreram um caminho de aperfeiçoamento tecnológico com raízes na RMA. Encontraram espaço e justificativa para serem utilizadas devido ao novo contexto conflituoso do contraterrorismo americano no século XXI e ao crescimento da aversão ao risco nas sociedades ocidentais. Este trabalho focou-se na utilização das ARP por parte da maior e mais ativa potência militar neste ramo, os EUA, indicando que as ARP são realidade no modelo de guerra pós-moderna ocidental. Porém, é de extrema importância perceber que a utilização de ARP é uma realidade para além do cenário Ocidental, com cada vez mais Estados incorporando esquadrões destas aeronaves, sejam elas armadas ou não.

Os esquadrões de ARP armadas já são realidade nas forças armadas de grandes e médias potências, como Reino Unido, Israel, China e Turquia. O que demonstra a tendência para o isomorfismo militar perante o protagonismo americano (Farrell, 2005: 454, 465-466; Pretorius, 2008: 99) e a expansão da guerra pós-moderna de aversão ao risco e intensiva em desenvolvimento tecnológico para além do cenário ocidental. Exemplo recente dessa expansão para além do Ocidente é o caso da Turquia, que ganhou os holofotes da imprensa internacional devido à utilização da aeronave Bayraktar TB2 por parte das Forças Armadas Ucranianas no atual conflito gerado pela invasão russa a este Estado. Este conflito, entre forças estatais, que pode ser considerado simétrico, observa uma grande utilização das ARP turcas por parte da Ucrânia, bem como muitos relatos de que estas aeronaves estão sendo abatidas em grande número (Witt, 2022). Há muita incerteza perante as informações que chegam principalmete por meio de relatos na internet, porém é seguro dizer que, desde o início do conflito, destroços das aeronaves operadas pela Ucrânia vêm sendo encontrados (Drone Wars, 2022c). Isto demonstra que as ARP sofrem restrições de uso em cenários simétricos, nos quais as forças inimigas dispõem de sistemas antiaéreos.

Dessa forma, a guerra pós-moderna ocidental deixa progressivamente de ser exclusivamente ocidental. A centralidade do desenvolvimento tecnológico está impregnada nas forças armadas de todo o mundo e estas tendem a assemelhar-se cada vez mais,

garantindo a importância crescente do alargamento do estudo do tema retratado nesta dissertação. Este contexto de intensificação e alargamento do uso de ARP motiva muitos acadêmicos a analisarem a legalidade das ações realizadas com estas aeronaves, as questões éticas e morais que estas implicam nos conflitos, as denúncias sobre a forma como civis são mortos sob o rótulo de danos colaterais e as consequências da visualização destas mortes para a saúde psicológica dos militares que realizam estas ações.

Diante das complexas questões que se impõem à utilização das ARP no contraterrorismo do século XXI, este trabalho partiu das bases do militarismo moderno até à configuração da guerra pós-moderna e das novas interações entre seres humanos, máquinas e *software*. Isto foi feito no Capítulo 1, no qual foi visto que a tecnologia é um agente de extrema importância para novas configurações dos conflitos armados, apesar de não ser um fator exclusivo que desencadeia mudanças no setor militar, como no caso da sociedade americana pós-2ª GM. Os EUA enfrentaram problemas de recrutamento e oposição das opiniões civil e militar às intervenções custosas em vidas humanas e controversas quanto às ações dos militares e das entidades privadas contratadas nos territórios onde intervieram (Secção 3.1). Neste caso, o surgimento da tecnologia em si não configurou uma mudança na atitude militar americana pós-11/09, mas foi um fator que se apresentou como solução perante o contexto daquele período. Esta análise do contexto geral e das mudanças no setor civil e militar remete para a ideia de momentos revolucionários no desenvolvimento tecnológico. Como mostrado no Capítulo 1, as ARP não são em si revolucionárias, apesar de introduzirem um novo paradigma de vigilância constante e permitirem que o contraterrorismo exista puramente em sua essência militar. O que é verdadeiramente revolucionário no militarismo da virada do século são as tecnologias computacionais e da comunicação, inseridas nas forças armadas através de PGM e do desenvolvimento de um domínio cibernético.

O Capítulo 2 apresentou a profissão militar enquanto construção histórica do Ocidente, e oposta a profissões civis, através das suas funções únicas de gestão e aplicação da violência física direta contra outros indivíduos. Ao delinear os pontos principais da profissão militar e explicitar como a identidade profissional entra em conflito com outras múltiplas identidades que formam o indivíduo (Secção 2.1), foi possível passar à discussão pós-humanista (Secção 2.2), e analisar como tais características profissionais do militar ocidental moderno se refletem na comunidade de ARP (Capítulo 3). Neste sentido, o trabalho contribuiu para a literatura pós-moderna nas RI, através da análise da identidade

como um componente a ser explicado, que está em formação através de um processo relacional entre diversos seres e diversas forças modeladores (Devetak, 2005). Através da abordagem pós-humanista, onde o ser humano é repensado de forma pós-dualística e pós-hierárquica em suas relações com demais seres animados ou inanimados (Braidotti, 2013, 2019; Ferrando, 2013, 2020; Možgin, 2020: 111), foi possível desenvolver uma nova compreensão do que é o militar pós-moderno. O que isso significa é que a identidade profissional da comunidade de ARP não é um dado objetivo, não pode ser tratada como se fosse igual à dos militares guerreiros tradicionais que derivam da Roma e Grécia antigas e da profissionalização da guerra na Europa do século XVII (Secção 1.1).

O Capítulo 3 demonstrou que, para o caso americano, a guerra pós-moderna, a resposta a novas ameaças internacionais e o cenário social e tecnológico levaram a uma forma de guerra onde prevalece a aversão ao risco. O desenvolvimento de tecnologias militares que desconectam o corpo biológico dos soldados do terreno do conflito é marcante e preferível pelo governo e pela sociedade. Através de diversos exemplos e relatos pessoais dos militares apresentados, foi retratada uma identidade profissional para a comunidade de ARP, ressaltando a singularidade desses soldados em perceberem-se através de duas funções principais, a saber, a de protetores e a de indivíduos continuamente ativos na guerra. O aspeto identitário mais relevante deste grupo é a subtração da virtude da coragem que, desde os primórdios do pensamento militar ocidental na Grécia e Roma, é tido como inerente a qualquer guerreiro (French, 2003: 21). A comunidade de ARP não pondera os seus ataques através das medidas da coragem e da covardia, encontrando saídas nas quais esta virtude não é mais essencial ao militar pós-moderno. Tal é percebido nomeadamente através da priorização da ideia de que são os militares com maior capacidade de ação na guerra, realizando missões de vigilância diárias e, eventualmente, matando indivíduos considerados perigosos, ao mesmo tempo em que protegem seus aliados através de apoio aéreo (Clark, 2018). Estes são, portanto, militares racionais que têm a capacidade de matar e que protegem outros grupos expostos a maior risco físico, características que os configuram como masculinos. Mas, ao mesmo tempo, são protegidos pela distância e pela tecnologia e não exercem a força física, características que os tornam feminizados (Kunashakaran, 2016; Clark, 2018).

Portanto, o grande diferencial da identidade profissional da comunidade de ARP pode ser condensado em três pontos. Primeiramente, a imunidade aos riscos físicos do combate derivada da distância física extrema entre o alvo e o militar; segundo, a percepção

da profissão não como guerreira e heróica, mas sim como técnica e protetora; por fim, a interação entre corpos biológicos, maquinário e o espaço cibernético de uma forma que muda a ontologia do militar. A imunidade da comunidade de ARP, ou seja, a ausência de riscos físicos sobre seus corpos biológicos enquanto exercem suas funções profissionais (Riza, 2014), é o elemento central de mudança na profissão militar desse grupo. É o que a diferencia, por exemplo, das aeronaves tripuladas. Estas últimas também configuram uma conjunção entre o corpo do indivíduo e o maquinário de forma a permitir que o militar exerça suas funções profissionais exclusivamente através deste conjunto pós-humano e com distância dos seus alvos. As aeronaves, tripuladas ou remotamente controladas, não são nem totalmente humanas, nem totalmente máquinas (Williams, 2011: 384), e representam o apogeu da integração entre humanos e máquinas, aprofundado pelo uso das PGM (Wilcox, 2015a).

O Capítulo 3 também concluiu que um aspeto importante da profissão militar concentra-se na compartimentalização que os indivíduos precisam fazer a fim de separar, no seu psicológico, as atividades da esfera profissional das da vida civil (Chamayou, 2015: 136-139). No caso da comunidade de ARP esta compartimentalização torna-se extremamente necessária e difícil, pois os militares não dispõem mais de um amplo período de destacamento no qual estão completamente integrados nas atividades militares. A transição diária entre a identidade militar e outras identidades civis apresenta-se como problemática a estes indivíduos. A dificuldade em realizar esta compartimentalização, a proximidade visual com o terreno da guerra, as extensas horas na frente de telas e, principalmente, o testemunho da morte de civis expõem os militares ao risco de desenvolverem desordens psicológicas, como stress pós-traumático, esgotamentos emocionais, fadiga e distúrbios do sono, além do uso de substâncias químicas (Gosztola, 2015; Chappelle *et al.*, 2018; Kieffer e Stahlman, 2021; Philipps, 2022).

A pesquisa conclui, portanto, que a comunidade de ARP, por estar participando dos conflitos exclusivamente através da intermediação da tecnologia, apresenta uma nova ontologia para o militar. O militar que compõe a comunidade de ARP não se encaixa na ideia de soldado guerreiro, nem na de soldado *peacekeeper*-diplomata, tendendo a uma função tecnicista e, pontualmente, assassina. A definição do que é o corpo do militar se altera, existindo na prática de suas funções profissionais não enquanto corpo biológico, mas sim enquanto conjunto físico pós-humano. Tal conjunto é composto não só pela parte biológica e pelo maquinário – computadores, satélites, aeronaves e armas – mas, aqui se



defende que seja composto também por uma parte cibernética, representada pelos *software* que operam estas máquinas e pelo espaço cibernético onde dados são acumulados. As máquinas e aeronaves são componentes físicas do corpo do militar pós-moderno e os *software* através dos quais as máquinas funcionam são uma componente do intelecto do militar, numa espécie de prolongamento do seu cérebro, que por vezes reconhece imagens e fornece dados, sendo complementada pela análise humana.



## Lista das Referências Bibliográficas

Aaronson, Mike; Dyson, Tom (2015) “Introduction” in Aaronson, Mike; Aslam, Wali; Dyson, Tom; Rauxloh, Regina (eds.) *Precision Strike Warfare and International Intervention: Strategic, ethico-legal, and decisional implications*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 3-13.

Aaronson, Mike; Aslam, Wali; Dyson, Tom; Rauxloh, Regina (eds.) (2015) *Precision Strike Warfare and International Intervention: Strategic, ethico-legal, and decisional implications*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Abé, Nicola (2012) “The Woes of an American Drone Operator” (Sultan, Christopher, trad.) *Spiegel International*, <https://www.spiegel.de/international/world/pain-continues-after-war-for-american-drone-pilot-a-872726.html> [11 de julho de 2022].

Ackerman, Spencer; Borges, Julian; Burke, Jason (2017) Eight-year-old American girl ‘killed in Yemen raid approved by Trump’. *The Guardian*, <https://www.theguardian.com/world/2017/feb/01/yemen-strike-eight-year-old-american-girl-killed-al-awlaki> [15 de novembro de 2021].

Agência Estado (2007) “Alistamento compulsório pode voltar nos Estados Unidos”. *Estadão*, <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,alistamento-compulsorio-pode-voltar-nos-estados-unidos,20070120p22391> [12 de dezembro de 2020].

Agwu, Fred A. (2018) *Armed Drones and Globalization in the Asymmetric War on Terror: Challenges for the Law of Armed Conflict and Global Political Economy*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Aikins, Matthieu (2021) “Times Investigation: In U.S. Drone Strike, Evidence Suggests No ISIS Bomb” *The New York Times* <https://www.nytimes.com/2021/09/10/world/asia/us-air-strike-drone-kabul-afghanistan-isis.html> [15 de novembro de 2021].

Alison, Laurence; Power, Nicola; Ralph, Jason (2015) “Unmanned weapons systems and just wars: the psychological dimension” in Aaronson, Mike; Aslam, Wali; Dyson, Tom; Rauxloh, Regina (eds.) *Precision Strike Warfare and International Intervention: Strategic, ethico-legal, and decisional implications*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 188-205.

Alwardt, Christian; Neuneck, Götz (2008) *The Revolution in Military Affairs, its Driving Forces, Elements and Complexity*. IFAR Working Paper.

Aslam, Wali (2013) *The United States and Great Power Responsibility in International Society: Drone, rendition and invasion*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

AUMF: Authorization for Use of Military Force (2001) Estados Unidos da América. S.J. Res.23, Public Law 107-40.

Bacevich, Andrew J. (2013) “Wilsonians under arms” in Stavrianakis, Anna; Selby, Jan (Eds.) *Militarism and International Relations: political economy, security, theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 117-130.

Barclay, Nadine (2017) “America’s oldest RPA unit celebrates 75 years” *United States Air Force* <https://www.creech.af.mil/News/Article-Display/Article/1104122/americas-oldest-rpa-unit-celebrates-75-years/> [29 de junho de 2022].

Barela, Steven J. (ed.) *Legitimacy and Drones: Investigating the Legality, Morality and Efficacy of UCAVs*. Londres e Nova Iorque: Routledge

Barrinha, André; da Vinha, Luis (2015) “Dealing with risk: Precision strikes and interventionism in the Obama Administration” in Aaronson, Mike; Aslam, Wali; Dyson, Tom; Rauxloh, Regina (eds.) *Precision Strike Warfare and International Intervention: Strategic, ethico-legal, and decisional implications*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 14-32.

Barrinha, André; da Mota, Sarah (2017a) “Drones and the uninsurable security subjects” *Third World Quarterly*. 38(2), 253-269.

Barrinha, André; da Mota, Sarah (2017b) “Visibility and Politics: an Arendtian Reading of the US Drone Policy” *Nação e Defesa*. 146, 49-65.

Baykar (2022) “Fighter UAV” <https://baykartech.com/en/fighter-uav/> [25 de julho de 2022].

BBC (2013) “Iran shows 'hacked US spy drone' video footage” <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-21373353> [29 de junho de 2022].

BBC (2018) “O que são os mísseis Tomahawk usados pelos EUA no ataque à Síria”. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/o-que-sao-os-misseis-tomahawk-usados-pelos-eua-no-ataque-a-siria.ghtml> [15 de dezembro de 2020].

Beard, Matthew (2016) “Just war, cyberwar and cyber-espionage” in Galliot, Jai; Reed, Warren (eds.) (2016) *Ethics and the Future of Spying: Technology, national security and intelligence collection*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 107-119.

Béraud-Sudreau, Lucie; Liang, Xiao; Markesteiner, Alexandra; Silva, Diego L.; Tian, Nan (2022) “Trends in world military expenditure, 2021” *Stockholm International Peace*

*Research*                      *Institute*                      [https://www.sipri.org/sites/default/files/2022-04/fs\\_2204\\_milex\\_2021\\_0.pdf](https://www.sipri.org/sites/default/files/2022-04/fs_2204_milex_2021_0.pdf) [11 de julho de 2022].

Bergen, Peter; Rothenberg, Daniel (eds.) (2015) *Drone Wars: transforming conflict, law, and policy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bergen, Peter L.; Rowland, Jennifer (2015) “Decade of the Drone: Analyzing CIA Drone Attacks, Casualties, and Policy” *in* Bergen, Peter; Rothenberg, Daniel (eds.) *Drone Wars: transforming conflict, law, and policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 12-41.

Bergen, Peter; Salyk-Virk, Melissa; Serman, David (2020) “World of Drones” *New America* <https://www.newamerica.org/international-security/reports/world-drones/> [15 de novembro de 2021].

Boëne, Bernard (2018) “The Military as Tribe Among Tribes. Post-modern Militaries and Civil-Military Relations: An Update” *in* Caforio, Giuseppe; Nuciari, Marina (eds.) *Handbook of the Sociology of the Military*. (2<sup>a</sup> ed.). Springer International Publishing, 179-202.

Bousquet, Antoine (2017) “Lethal visions: the eye as function of the weapon” *Critical Studies on Security*. 5(1),62- 80.

Boyle, Michael J. (2010) “Do counterterrorism and counterinsurgency go together?” *International Affairs*. 86(2), 333-353.

Boyle, Michael J. (2020) *The Drone Age: How Drone Technology will change War and Peace*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Braidotti, Rosi (2013) *The Posthuman*. Cambridge: Polity Press.

Braidotti, Rosi (2019) *Posthuman knowledge*. Cambridge: Polity Press.

Braun, Megan (2015) “Predator Effect: A Phenomenon Unique to the War on Terror” in Bergen, Peter; Rothenberg, Daniel (eds.) *Drone Wars: transforming conflict, law, and policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 253-284.

Bray, Savanah (2020) “MQ-9 Reaper takes flight with 8 Hellfire missiles” *United States Air Force* <https://www.af.mil/News/Article-Display/Article/2367554/mq-9-reaper-takes-flight-with-8-hellfire-missiles/> [29 de junho de 2022].

Bruneau, Thomas (2015) “The US experience in contracting out security and lessons for other countries” *Revista Brasileira de Política Internacional*. 58(1), 230-248.

Bruneau, Thomas (2016) “Impediments to Fighting the Islamic State: Private Contractors and US Strategy” *The Journal Of Strategic Studies*. 39(1), 120-141.

Bryant, Brandon; Westmoreland, Cian; Lewis, Stephen; Hass, Michael (2015) “Open letter to President Obama, Secretary Carter and Director Brennan”. <https://s3.documentcloud.org/documents/2515596/final-drone-letter.pdf> [10 de julho de 2022].

Bryant-Lees, Kinsey B.; Martinez, Rachael N.; Frisea, Anna; Bryand, Craig J.; Goodmana, Tanya; Chappelle, Wayne; Thompson, William (2021) “Predictors and protective factors for suicide ideation across remotely piloted aircraft career fields” *Military Psychology*. 33(4), 228-239.

Cacace, Samantha C. (2020) “Be All that You Can Be: Building a Cohesive Model of Military Identity in Early-Career and Veteran U.S. Military Service Members” *Journal of Behavioral and Social Sciences*. 7, 12-22.

Carta das Nações Unidas. Nova Iorque: Nações Unidas. <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf> [15 de julho de 2022].

Cancian, Mark F. (2021) “U.S. Military Forces in FY 2022: Air Force” *Center for Strategic & International Studies* [http://defense360.csis.org/wp-content/uploads/2021/11/211130\\_Cancian\\_MilitaryForcesFY2022\\_AirForce.pdf](http://defense360.csis.org/wp-content/uploads/2021/11/211130_Cancian_MilitaryForcesFY2022_AirForce.pdf) [30 de junho de 2022].

CIA (2021) “The World Factbook: United States” <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/united-states/#military-and-security> [12 de novembro de 2021].

Chaliand, Gérard (2014) *A Global history of war: From Assyria to the twenty-first century*. (Mangin-Woods, Michele; Woods, David, trad.) Oakland: University of California Press.

Chamayou, Grégoire (2015) *Teoria do Drone*. (C. Euvaldo, trad.). São Paulo: Cosac Naify.

Chapman, Gary (2003). “An Introduction to the Revolution in Military Affairs” *XV Amaldi Conference on Problems in Global Security*, Helsinki.

Chappelle, Wayne; Salinas, Amber; McDonald, Kent (2011) “Psychological Health Screening of Remotely Piloted Aircraft (RPA) Operators and Supporting Units” *USAF School of Aerospace Medicine Department of Neuropsychiatry*, Wright-Patterson Air Force Base, OH <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA582856.pdf> [15 de julho de 2022].



Chappelle, Wayne; Skinner, Emily; Goodman, Tanya; Swearingen, Julie; Prince, Lillian (2018) "Emotional Reactions to Killing in Remotely Piloted Aircraft Crewmembers During and Following Weapon Strikes" *Military Behavioral Health*. 6(4), 357-367.

China Power Team (2020) "Is China at the Forefront of Drone Technology?" *China Power Project – Center for Strategic & International Studies* <https://chinapower.csis.org/china-drones-unmanned-technology/> [15 de dezembro de 2020].

Clark, Lindsay C. (2018) "Grim reapers: ghostly narratives of masculinity and killing in drone warfare" *International Feminist Journal of Politics*. 20(4), 602-623.

Clark, Lindsay C. (2019) *Gender and Drone Warfare: A Hauntological Perspective*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Clausewitz, Carl von (2010) *Da Guerra*. (M. T. Ramos, trad.) (3<sup>a</sup> ed.). São Paulo: WMF Martins Fontes.

Coker, Christopher (2001) *Humane Warfare*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Coker, Christopher (2004) *The Future of War: The Re-Enchantment of war in the Twenty-First Century*. Cornwall: Blackwell Publishing.

Coker, Christopher (2007) *The Warrior Ethos: Military Culture and the War on Terror*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Coker, Christopher (2008) *Ethic and war in the 21st Century*. Taylor & Francis e-Library.

Cole, Chris (2014) “Rise of the Reapers: A brief history of drones”. *Drone Wars* [https://dronewars.net/2014/10/06/rise-of-the-reapers-a-brief-history-of-drones/#\\_edn16](https://dronewars.net/2014/10/06/rise-of-the-reapers-a-brief-history-of-drones/#_edn16) [10 de dezembro de 2020].

Cole, Chris; Dobbing, Mary (2014) “Israel and the Drone Wars: examining Israel’s production, use and proliferation of UAVs.” *Drone Wars UK* <https://dronewarsuk.files.wordpress.com/2014/01/israel-and-the-drone-wars.pdf> [10 de julho de 2022].

Collier, Stephen (2022) “‘Thank you for smoking’: Creech Hunters host REAPER SMOKE 2022 exercise, crowning ‘best of the best’MQ-9 aircrew” *United States Air Force* <https://www.creech.af.mil/News/Article-Display/Article/3007235/thank-you-for-smoking-creech-hunters-host-reaper-smoke-2022-exercise-crowning-b/> [29 de junho de 2022].

Council on Foreign Relations (2020) “Demographics of the U.S. Military” <https://www.cfr.org/backgrounder/demographics-us-military> [14 de novembro de 2021].

Democracy Now (2013) "A Drone Warrior’s Torment: Ex-Air Force Pilot Brandon Bryant on His Trauma from Remote Killing” [https://www.democracynow.org/2013/10/25/a\\_drone\\_warriors\\_torment\\_ex\\_air](https://www.democracynow.org/2013/10/25/a_drone_warriors_torment_ex_air) [11 de julho de 2022].

Democracy Now (2021) “A CIA Drone Analyst Apologizes to the People of Afghanistan” [https://www.democracynow.org/2021/9/3/drone\\_strikes\\_afghanistan\\_christopher\\_aaron](https://www.democracynow.org/2021/9/3/drone_strikes_afghanistan_christopher_aaron) [11 de julho de 2022].

Der Derian, James (2000) “Virtuous war/virtual theory” *International Affairs*. 76(4), 771-788.

Der Derian, James (2009) *Virtuous War: Mapping the military-industrial-media-entertainment network*. Taylor & Francis.

Devetak, Richard (2005) “Postmodernism” in Burchill, Scott; Devetak, Richard; Donnelly, Jack; Linklater, Andrew; Paterson, Matthew; Reus-Smit, Christian; True, Jacqui. *Theories of International Relations* (3<sup>a</sup> ed.). Hampshire e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 161-187.

Dosemagen, Shannon; Greenwood, Faine; Kakaes, Konstantin; Lippincott, Mathew; Meier, Patrick; Wich, Serge. (2015) “Drones and Aerial Observation: new Technologies for property rights, human rights, and global development.” *New America*. <http://drones.newamerica.org/primer/DronesAndAerialObservation.pdf> [15 de novembro de 2021].

Doucet, L. (2020). “Qasem Soleimani: US kills top Iranian general in Baghdad air strike” *BBC News*, <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-50979463> [12 de Junho de 2020].

Drone Pilot (2015) “It Is War at a Very Intimate Level” in Bergen, Peter; Rothenberg, Daniel (eds.) *Drone Wars: transforming conflict, law, and policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 113-117.

Drone Wars (2022a) “An overview of Britain’s drones and drone development projects” <https://dronewars.net/british-drones-an-overview/> [5 de julho de 2022].

Drone Wars (2022b) “Who has Armed Drones?” <https://dronewars.net/who-has-armed-drones/> [5 de julho de 2022].

Drone Wars (2022c) “Drone Crash Database” <https://dronewars.net/drone-crash-database/>  
[25 de julho de 2022].

Edney-Browne, Alex (2019) “Vision, visibility, and agency in the US drone program” in Hoijtink, Marijn; Leese, Matthias (eds.) *Technology and Agency in International Relations*. Londres: Routledge, 88-112.

Elias, Norbert (1990 [1939]) *O Processo Civilizacional*. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas, vol.2. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Enemark, Christian (2013). *Armed Drones and the Ethics of War: Military Virtue in a Post-Heroic Age*. London: Routledge.

Cudworth, Erika; Hobden, Steve (2015) “The posthuman way of war” *Security Dialogue*. 46(6), 513-529.

Farrell, Theo (2005) “World Culture and Military Power” *Security Studies*. 14(3), 448-488.

Ferrando, Francesca (2013) "Posthumanism, Transhumanism, Antihumanism, Metahumanism, and New Materialisms: Differences and Relations" *Existenz*. 8(2), 26-32.

Ferrando, Francesca (2019) *Philosophical Posthumanism*. Londres e Nova Iorque: Bloomsbury Publishing

Ferrando, Francesca (2020) “Leveling the Posthuman Playing Field” *Theology and Science*. 18(1), 1-6.

Fisher, Andrew (2004) “Veterans History Project: Oral History of Sergeant Alex A. Drabik” *The University of Toledo* [https://www.utoledo.edu/library/canaday/VetHistFiles/AlexDrabik.pdf#\\$146930](https://www.utoledo.edu/library/canaday/VetHistFiles/AlexDrabik.pdf#$146930) [15 de julho de 2022].

Forrest, Alan (2005) “The Nation in Arms I: The French Wars” in Townshend, Charles (ed.) *The Oxford history of modern war*, Nova Iorque: Oxford University Press, 55-73.

French, Shannon E. (2003) *The Code of the Warrior: Exploring Warrior Values Past and Present*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Friedman, George; Friedman, Meredith. (1996) *The future of war: power, technology, and American world dominance in the 21st century*. Nova Iorque: Crow Publishers.

Galula, David (2006) *Counterinsurgency warfare: Theory and Practice*. Londres: Praeger Security International.

Gettleman, Jeffrey (2004) “Enraged Mob in Falluja Kills 4 American Contractors” *The New York Times* <https://www.nytimes.com/2004/03/31/international/worldspecial/enraged-mob-in-falluja-kills-4-american.html> [29 de junho de 2022].

General Atomics Aeronautical (2015) “MQ-9 Reaper/Predator B” [http://www.ga-asi.com/Websites/gaasi/images/products/aircraft\\_systems/pdf/MQ9%20Reaper\\_Predator\\_B\\_032515.pdf](http://www.ga-asi.com/Websites/gaasi/images/products/aircraft_systems/pdf/MQ9%20Reaper_Predator_B_032515.pdf) [29 de maio de 2018].

General Atomics Aeronautical (2022a) “Mojave” <https://www.ga-asi.com/remotely-piloted-aircraft/mojave> [29 de junho de 2022].

General Atomics Aeronautical (2022b) “Predator C Avenger: Next-Generation Multi-Mission ISR” <https://www.ga-asi.com/remotely-piloted-aircraft/predator-c-avenger> [1 de julho de 2022].

General Atomics Aeronautical (2022c) <https://www.ga-asi.com/products-services> [29 de junho de 2022].

Gosztola, Kevin (19 de novembro de 2015) “‘You can’t buy my soul’: drone whistleblowers speak out” *ShadowProof* <https://shadowproof.com/2015/11/19/you-cant-buy-my-soul-drone-whistleblowers-speak-out/> [13 de julho de 2022].

Gray, Chris H. (1997) *Postmodern war: the new politics of conflict*. Nova Iorque e Londres: The Guilford Press.

Gray, Chris H. (2003) “Posthuman Soldiers in Postmodern War” *Body & Society*. 9(4), 215-226.

Gray, Christine D (2008) *International Law and the Use of Force*. (3ª ed.). Grã-Bretanha: Oxford University Press.

Gregory, Derek (2011) “From a View to a Kill: Drones and Late Modern War” *Theory, Culture & Society*. 28(7-8), 188-215.

Grossman, Dave (1995) *On killing: the psychological cost of learning to kill in war and society*. Nova Iorque: Back Bay Books/ Little, Brown and Company.

Grossman, Dave (1998) “Trained to Kill” *Christianity Today*.

Hajjar, Lisa (2006) "International Humanitarian Law and "Wars on Terror": A Comparative Analysis of Israeli and American Doctrines and Policies" *Journal of Palestine Studies*. 36(1), 21-42.

Hajjar, Lisa (2013) *Lawfare and Armed Conflict: Comparing Israeli and US Targeted Killing Policies and Challenges Against Them*. Beirute: *Issam Fares Institute for Public and International Affairs*, American University of Beirut.

Hajjar, Lisa (2014a) "Is Targeted Killing War?" in Strawser, Bradley J. (ed.) *Opposing Perspectives on the Drone Debate*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 21-29.

Hajjar, Lisa (2014b) "A Sociological Intervention on Drones and Targeted Killing" in Strawser, Bradley J. (ed.) *Opposing Perspectives on the Drone Debate*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 83-113.

Hajjar, Remi M. (2014) "Emergent Postmodern US Military Culture" *Armed Forces & Society*. 40(1), 118-145.

Hastings, Michael (16 abr. 2012) "The Rise of the Killer Drones: How America Goes to War in Secret." *Rolling Stones* <https://www.rollingstone.com/politics/news/the-rise-of-the-killer-drones-how-america-goes-to-war-in-secret-20120416> [15 abr. 2018].

Hayes, Heather A. (2016) *Violent Subjects and Rhetorical Cartography in the Age of the Terror Wars*. Palgrave Macmillan.

Hayles, N. Katherine (1999) *How We Became Posthuman: Virtual bodies in cybernetics, literature, and informatics*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.

Hill, John; Rogers, Ann. (2014) *Unmanned: drone warfare and global security*. Londres: PlutoPress.

Holmqvist, Caroline (2013) “Undoing War: War Ontologies and the Materiality of Drone Warfare” *Millennium: Journal of International Studies*. 41(3), 535-552.

Huntington, Samuel P. (2000) *The Soldier and the State: the theory and politics of civil-military relations*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.

Hussain, Murtaza (2015) “Former drone operators say they were “horrified” by cruelty of assassination program” *The Intercept* <https://theintercept.com/2015/11/19/former-drone-operators-say-they-were-horrified-by-cruelty-of-assassination-program/> [2 de julho de 2022].

Hussein, Mohammed; Haddad, Mohammed (2021) “Infographic: US military presence around the world.” *AlJazeera*, <https://www.aljazeera.com/news/2021/9/10/infographic-us-military-presence-around-the-world-interactive> [12 de novembro de 2021].

Ignatieff, Michael (2001) *Virtual War: Kosovo and Beyond*. Nova Iorque: Picador USA.

Imtiaz, Saba (2015) “What Do Pakistanis Really Think About Drones?” in Bergen, Peter; Rothenberg, Daniel (eds.) *Drone Wars: transforming conflict, law, and policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 89-110.

Ivanciu, Cosmin (2015) “Guns for hire: private military companies and their status under international humanitarian law” *Proceedings of the Scientific Conference AFASES*, 227-234.



Johnson, Rebecca J. (2013) “The Wizard of Oz Goes to War: Unmanned Systems in Counterinsurgency” in Strawser, Bradley J. (ed.) *Killing by remote control: the ethics of an unmanned military*. Nova Iorque: Oxford University Press, 154-178.

Kakaes, Konstantin (2015) “Chapter 1: What drones can do and how they can do it” in Dosemagen, Shannon; Greenwood, Faine; Kakaes, Konstantin; Lippincott, Mathew; Meier, Patrick; Wich, Serge. *Drones and Aerial Observation: new Technologies for property rights, human rights, and global development*. New America, 9-17, <http://drones.newamerica.org/primer/DronesAndAerialObservation.pdf> [15 de novembro de 2021].

Keegan, John (1994) *A history of warfare*. Nova Iorque: Vintage Books.

Keegan, John. (2006) *Inteligência na guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda*. São Paulo: Companhia das Letras.

Kieffer, John W; Stahlman, Shauna (2021) “Mental Health Disorders, Behavioral Health Problems, Fatigue and Sleep Outcomes in Remotely Piloted Aircraft/Manned Aircraft Pilots, and Remotely Piloted Aircraft Crew, U.S. Air Force, 1 October 2003–30 June 2019” <https://health.mil/News/Articles/2021/08/01/Mental-Health-Disorder-MSMR> [13 de julho de 2022].

Kinsey, Christopher (2006) *Corporate Soldiers and International Security, :The rise of privatemilitary companies*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Kirkpatrick, Jesse (2015a) “Drones and the Martial Virtue Courage” *Journal of Military Ethics*. v 14(3-4), 202-219.

Kirkpatrick, Jesse (2015b) “Reply to Sparrow: Martial Courage – or Merely Courage?” *Journal of Military Ethics*. 14(3-4), 228-231.

Kunashakaran, Sumita (2016) “Un(wo)manned aerial vehicles: an assessment of how unmanned aerial vehicles influence masculinity in the conflict arena” *Contemporary Security Policy*. 37(1), 31-61.

Lee, Kelvin Lester K. (2008) “The Legal Definition of war” *Anteneo Law Journal*. 53 (365), 365-433.

Lucas Jr, George R. (2010) “Postmodern War” *Journal of Military Ethics*. 9(4), 289-298.

Luttwak, Edward N. (1995) “Toward Post-Heroic Warfare” *Foreign Affairs*. 74(3), 109-122.

MacAskill, Ewen (2009) “US drones hacked by Iraqi insurgents” *The Guardian* <https://www.theguardian.com/world/2009/dec/17/skygrabber-american-drones-hacked> [29 de junho de 2022].

Madej, Marek (2016) “Tactical Efficacy: “Notorious” UCAVs and Lawfare” in Barela, Steven J. (ed.) *Legitimacy and Drones: Investigating the Legality, Morality and Efficacy of UCAVs*. Londres e Nova Iorque: Routledge , 243-270.

Mahnken, Thomas G. (2008) *Technology and the American Way of War*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Malesevic, Sinisa (2010) *The Sociology of War and Violence*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

Martin, Matt J.; Sasser, Charles W. (2010) *Predator: The Remote-Control Air War over Iraq and Afghanistan: A pilot's Story*. Minneapolis: Zenith Press.

Masters, Cristina (2005) "Bodies of technology: Cyborg soldiers and militarized masculinities" *International Feminist Journal of Politics*. 7(1), 112-132.

Mazzuoli, Valerio de O. (2011) *Curso de Direito Internacional Público*. (5ª ed.). São Paulo: Revista dos Tribunais.

McCurley, T Mark; Maurer, Kevin (2015). *Hunter Killer: Como os drones revolucionaram a guerra contra o terror*. (B. Vargas, trad.). São Paulo: Paralela.

Mehmetcik, Hakan (2014) "A New Way of Conducting War: Cyberwar, Is That Real?" in Kremer, Jan-Frederik; Müller, Benedikt (eds.) *Cyberspace and International Relations: Theory, Prospects and Challenges*. Springer, 125-140.

Missile Defense Project (2021) "Hellfire," *Missile Threat, Center for Strategic and International Studies* <https://missilethreat.csis.org/missile/agm-114-hellfire/> [13 de julho de 2022].

Moelker, René; Olsthoorn, Peter (2007). "Introduction: Virtue Ethics and Military Ethics". *Journal of Military Ethics*. 6(4), 257-258

Morillo, Stephen; Black, Jeremy; Lococo, Paul (2009a) *War in world history: society, technology, and war from ancient times to the present*. Volume 1, Nova Iorque: McGraw Hill.

Morillo, Stephen; Black, Jeremy; Lococo, Paul (2009b) *War in world history: society, technology, and war from ancient times to the present*. Volume 2, Nova Iorque: McGraw Hill.

Moskos, Charles (2005) “A New Concept of the Citizen-Soldier” *Orbis*. 663-676.

Możgin, Wiktor (2020) “An Anthropocentric Perspective in Posthumanist and Transhumanist Discourse” *Philosophy and Cosmology*. 25, 108-117.

Mythen, Gabe (2018) “Thinking with Ulrich Beck: security, terrorism and transformation” *Journal of Risk Research*. 21(1), 17-28.

Naqvi, Feisal (2014) “Even War Has Limits” in Strawser, Bradley J. (ed.) *Opposing Perspectives on the Drone Debate*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 39-47.

Olsthoorn, Peter (2011) *Military Ethics and Virtues: An interdisciplinary approach for the 21<sup>st</sup> century*. Taylor & Francis e-Library.

Open Arms-Veterans & Families Counselling (2019) “Understanding the veteran experience” <https://www.openarms.gov.au/health-professionals/about-veterans-and-their-families/understanding-veteran-experience> [15de julho de 2022].

Otto, Jean L.; Webber, Bryant J. (2013) “Mental Health Diagnoses and Counseling Among Pilots of Remotely Piloted Aircraft in the United States Air Force” *Medical Surveillance Monthly Report*. 20(3), 3-8.

Overy, Richard (2005) “Total War II: The Second World War” in Townshend, Charles (ed.) *The Oxford history of modern war*, Nova Iorque: Oxford University Press, 138-157.

Pereira, Carlos S. (2011) “Dez Anos de Guerra no Afeganistão” *Nação e Defesa*. 130(5), 179-216.

Phillips, A.; Sherwood, D.; Greenberg, N.; Jones, N. (2019) “Occupational stress in Remotely Piloted Aircraft System operators” *Occupational Medicine*. 69(4), 244-250.

Phillips, Dave (2022) “The unseen scars of those who kill via remote control” *The New York Times* <https://www.nytimes.com/2022/04/15/us/drones-airstrikes-ptsd.html> [15 de julho de 2022].

Pretorius, Joellen (2008) “The Security Imaginary: Explaining Military Isomorphism” *Security Dialogue*. 39(1), 99-120.

Pilkington, Ed (2015) “Life as a drone operator: ‘Ever step on ants and never give it another thought?’” <https://www.theguardian.com/world/2015/nov/18/life-as-a-drone-pilot-creech-air-force-base-nevada> [30 de junho de 2022].

Polmar, Norman; Allen, Thomas (2016) Naval Weapon of Choice. *Naval History Magazine*. 30(1), 24-29.

RAF (2022) “39 Squadron” <https://www.raf.mod.uk/our-organisation/squadrons/39-squadron/> [5 de julho de 2022].

Rasmussen, Mikkel V. (2006) *The Risk Society at War: Terror, Technology and Strategy in the Twenty-First Century*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

The Intercept (2015) “The Drone Papers” <https://theintercept.com/drone-papers/> [1 de julho de 2022].

Renic, Neil C (2018) “UAVs and the End of Heroism? Historicising the Ethical Challenge of Asymmetric Violence”. *Journal of Military Ethics*. 17(4), 188-197.

Riza, M. Shane (2013) *Killing without Heart: Limits on Robotic Warfare in an Age of Persistent Conflict*. Washington, D.C.: Potomac Books.

Riza, M. Shane (2014). “Two-dimensional warfare: combatants, warriors, and our post-predator collective experience”. *Journal of Military Ethics*. 13(3), 257-273.

Robillard, Michael (2017) “Risk, War, and the Dangers of Soldier Identity” *Journal of Military Ethics*. 16(3-4), 205-219.

Rodrigues, Domingos (2011) “As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão” *Nação e Defesa*. 130(5), 131-155.

Roland, Alex (2016) *War and Technology: A Very Short Introduction*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Sagan, Scott D.; Waltz, Kenneth N. (1995) *The Spread of Nuclear Weapons: a debate*. Londres e Nova Iorque: W.W. Norton &Company.

Sandner, Mark (2020) “The Mental Health Risks Associated with Remotely Piloted Aircraft Operations” *Canadian Military Journal*. 20(3), 46-55.

Sauer, Frank; Schörnig, Niklas (2012) “Killer drones: The ‘silver bullet’ of democratic warfare?” *Security Dialogue*. 43(4), 363-380.

Scahill, Jeremy (2013) *Dirty Wars*, documentário, Sundance Selects.

Scalercio, Márcio (2003) *Oriente Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Campus.

Schulzke, Marcus (2016). “Rethinking Military Virtue Ethics in an age of unmanned weapons”. *Journal of Military Ethics*. 15(3), 187-204.

Schwarz, Elke (2017) “Hybridity and Humility: what of the human in posthuman security?” in Eroukhmanoff, Clara; Harker, Matt (eds.) *Reflections on the Posthuman in International Relations: The Anthropocene, Security and Ecology*. Bristol: E-International Relations Publishing, 29-38.

Shah, Sikander Ahmed (2015) *International Law and Drone Strikes in Pakistan: The legal and socio-political aspects*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Shamir, Eitan (2018) “Israel’s post-heroic wars: exploring the influence of American military concepts on Israel’s adaptation of post-heroic warfare” *Israel Affairs*. 24(4), 686-706.

Shane, Leo (2017) What is a tomahawk missile? *First Coast News*, <https://www.firstcoastnews.com/article/news/local/what-is-a-tomahawk-missile/429536895> [7 de maio de 2018].

Shaw, Martin (2005) *The New Western Way of War: Risk-Transfer War and its Crisis in Iraq*. Cambridge: Polity.

Sidiki, Bassam (2021) “Objective Witnesses: Disabling the Posthuman in Harry Parker’s Anatomy of a Soldier” *Journal of Literary & Cultural Disability Studies*. 15(1), 75-91.

Singer, Peter W. (2004) “The Contract the Military Needs to Break.” *Brookings* <https://www.brookings.edu/opinions/the-contract-the-military-needs-to-break/> [12 de dezembro de 2020].

Singer, Peter W. (2008) *Corporate warriors: the risen of the privatized military industry*. Nova Iorque: Cornell University Press.

Singer, Peter W. (2009) *Wired for War: The Robotics Revolution and Conflict in the Twenty-first Century*. Nova Iorque: The Penguin Press.

Singer, Peter W. (2010) “The Ethics of Killer Applications: Why Is It So Hard To Talk About Morality When It Comes to New Military Technology?” *Journal of Military Ethics*. 9(4), 299-312.

Sloggett, Dave (2013) *A Century of Air Power: The Changing Face of Air Warfare 1912-2012*. South Yorkshire: Pen & Sword Aviation.

Snider, Don M. (2000) “America’s Postmodern Military” *World Policy Journal*. 47-54.

Snouffer, Elizabeth. (2022) “Six places where drones are delivering medicines” *Nature Medicine*. 28, 874-875. <https://www.nature.com/articles/d41591-022-00053-9> [16 de julho de 2022].



Sparrow, Robert (2013). “War without Virtue?” in Strawser, Bradley J. (ed.) *Killing by remote control: the ethics of an unmanned military*. Nova Iorque: Oxford University Press, 84-105.

Sparrow, Robert (2015) “Martial and moral courage in Teleoperated Warfare: A Commentary on Kirkpatrick” *Journal of Military Ethics*. 14(3-4), 220-227.

Stavrianakis, Anna; Selby, Jan (2013) “Militarism and international relations in the twenty-first century” in Stavrianakis, Anna; Selby, Jan (eds.) *Militarism and International Relations: political economy, security, theory*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 3-18.

Strawser Bradley J (ed.) (2013) *Killing by remote control: the ethics of an unmanned military*. Nova Iorque: Oxford University Press

Suchman, Lucy (2020) “Algorithmic warfare and the reinvention of accuracy” *Critical Studies on Security*. 8(2), 175-187.

Swift, Christopher (2015) “The Boundaries of War? Assessing the Impact of Drones Strikes in Yemen” in Bergen, Peter; Rothenberg, Daniel (eds.) *Drone Wars: transforming conflict, law, and policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 71-88.

The Bureau of Investigative Journalism (2021) “*Drone Warfare: US Drone Strikes in Pakistan*” <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1NAfjFonM-Tn7fziqiv33HIGt09wgLZDSCP-BQaux51w/edit#gid=694046452> [15 de novembro de 2021].

The Economist Technology Quarterly (2012) “The dronefather” *Brain Scan*, 17-18. [https://www.economist.com/sites/default/files/december\\_2012.pdf](https://www.economist.com/sites/default/files/december_2012.pdf) [15 de julho de 2022].

The Guardian (2011) “Iran Shoots down US drone” <https://www.theguardian.com/world/2011/dec/04/iran-shoots-down-us-drone> [11 de julho de 2022].

Tomforde, Maren (2018) “Combat Soldiers and their Experiences of Violence: Returning to Post-Heroic Societies?” in Caforio, Giuseppe; Nuciari, Marina (eds.), *Handbook of the Sociology of the Military*. (2ª ed.). Springer International Publishing, 203-219.

True, Jacqui (2005) “Feminism” in Burchill, Scott; Devetak, Richard; Donnelly, Jack; Linklater, Andrew; Paterson, Matthew; Reus-Smit, Christian; True, Jacqui. *Theories of International Relations* (3ª ed.). Hampshire e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 213-234.

USAF (2014) “RQ-4 Global Hawk” *United States Air Force* <https://www.af.mil/About-Us/Fact-Sheets/Display/Article/104516/rq-4-global-hawk/> [26 de julho de 2022].

USAF (2019) “U.S. Air Force Fact Sheet: History of the 432d wing and 432d air expeditionary wing” *United States Air Force* <https://www.creech.af.mil/About-Us/Fact-Sheets/Display/Article/449126/432nd-wing-432nd-air-expeditionary-wing/> [29 de junho de 2022].

USAF (2020a) “Reaper Smoke: MQ-9 community advances, builds relationships” *United States Air Force* <https://www.creech.af.mil/News/Article-Display/Article/2102052/reaper-smoke-mq-9-community-advances-builds-relationships/> [3 de março de 2020].

USAF (2020b) “MQ-9 Reaper Fact Sheet” *United States Air Force* <https://www.creech.af.mil/About-Us/Fact-Sheets/Display/Article/669890/mq-9-reaper-fact-sheet/> [15 de julho de 2022].

USAF (s.d.) “Fact Sheet: 3rd special operations squadron” *United States Air Force* <https://www.cannon.af.mil/Portals/85/documents/3%20SOS%20Fact%20Sheet%20CORRECT%2018MAY21.pdf?ver=Zc0Ce6T9rAGCdpPsajVgPw%3D%3D> [29 de junho de 2022].

USAF (2022a) “RQ-170 Sentinel” *United States Air Force* <https://www.af.mil/About-Us/Fact-Sheets/Display/Article/2796993/rq-170-sentinel/> [1 de julho de 2022].

USAF (2022b) “Kendall talks PTSD, mental health with medical leaders” *United States Air Force* <https://www.af.mil/News/Article-Display/Article/3080190/kendall-talks-ptsd-mental-health-with-medical-leaders/> [1 de julho de 2022].

US Cyber Command (2022) “Our History: U.S. Cyber Command” *United States Air Force* <https://www.cybercom.mil/About/History/> [29 de junho de 2022].

Voelz, Glenn J. (2015) “The Rise of Iwar: identity, information, and the individualization of modern warfare” *Strategic Studies Institute*, US Army War College.

Walter III, Vernon (2021) “Cannon Hosts Second Reaper Smoke Event” *United States Air Force* <https://www.cannon.af.mil/News/Article-Display/Article/2582413/cannon-hosts-second-reaper-smoke-event/> [29 de junho de 2022].

Waltz, Michael (2015) ““Bring on the Magic”: Using Drones in Afghanistan” in Bergen, Peter; Rothenberg, Daniel (eds.) *Drone Wars: transforming conflict, law, and policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 209-214.

Whetham, David (2013) “Drones and Targeted Killing: Angels or Assassins?” in Strawser, Bradley (ed.) *Killing by remote control: the ethic of an unmanned military*. Nova Iorque: Oxford University Press, 69-83.

Wilcox, Lauren B. (2015a) *Bodies of Violence: theorizing embodied subjects in international relations*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Wilcox, Lauren B. (2015b) “Drone warfare and the making of bodies out of place” *Critical Studies on Security*. 3(1), 127-131.

Wilcox, Lauren B. (2017) “Embodying algorithmic war: Gender, race, and the posthuman in drone warfare” *Security Dialogue*. 48(1), 11-28.

Williams, John A. (2008) “The military and Society Beyond the Postmodern Era” *Orbis*. 199-216.

Williams, Brian Glyn (2010) “The CIA’s Covert Predator Drone War in Pakistan, 2004-2010: The History of an Assassination Campaign” *Studies in Conflict & Terrorism*. 33, 871–892.

Williams, Alison J. (2011) “Enabling persistente presence? Performing the embodied geopolitics of the Unmanned Aerial Vehicle assemblage” *Political Geography*. 30, 381-390

Witt, Stephen (2022) “The Turkish Drone that Changed the Nature of Warfare: The Bayraktar TB2 has brought precision air-strike capabilities to Ukraine and other countries. It’s also a diplomatic tool, enabling Turkey’s rise.” *The New Yorker* <https://www.newyorker.com/magazine/2022/05/16/the-turkish-drone-that-changed-the-nature-of-warfare> [26 de julho de 2022].

Woodward, Kathryn (2000) “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual” in Silva, Tomaz T. (ed.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 7-72.

Wright, Ashley (2010) “UK officer joins Predator squadron through exchange program” *United States Air Force* <https://www.af.mil/News/Article-Display/Article/117686/uk-officer-joins-predator-squadron-through-exchange-program/> [5 de julho de 2022].

Yong-Soo, Eun; Abmann, Judith S. (2016) “Cyberwar: Taking Stock of Security and Warfare in the Digital Age” *International Studies Perspectives*. 17(3), 343–360.

Zedeck, Rachel (2007) “Private military/security companies, human security, and state building in Africa” *African Security Studies*. 16(4), 97-104.

## **Figuras**

3rd Special Operations Squadron [imagem] <https://www.afhra.af.mil/About-Us/Fact-Sheets/Display/Article/434097/3-special-operations-squadron-afsoc/> [13 de julho de 2022]

General Atomics Aeronautical (2022) *Predator C Avenger* [fotografia] <https://www.gasi.com/remotely-piloted-aircraft/predator-c-avenger> [13 de julho de 2022]

Lockheed Martin Corporation (2022) *ISR & Unmanned Systems* <https://www.lockheedmartin.com/en-us/products/isr-uas.html> [13 de julho de 2022]

Lopez, Effrain (2012) *The MQ-1 Predator assigned to the 163rd Reconnaissance Wing in flight over the Southern California Logistics Airport (formerly George Air Force Base) in Victorville, Calif. U.S. Air Force photo* [fotografia]

<https://www.af.mil/News/Photos/igphoto/2002864355/mediaid/5461033/> [13 de julho de 2022]

Payne, Cory, D. (2015) N/A U.S. Air Force photo [fotografia] <https://www.creech.af.mil/News/Photos/igphoto/2001481813/> [13 de julho de 2022]

Rosado, Rio (2020) *Airmen at the 432nd Wing recently participated in Department of Defense support efforts to fight the California wildland fires.* U.S. Air Force photo [fotografia] <https://www.creech.af.mil/News/Photos/igphoto/2002519567/> [13 de julho de 2022]

Stevens, Haley (2020) *MQ-9 Reaper Takes Flight with 8 Hellfire Missiles.* U.S. Air Force photo [fotografia] <https://www.creech.af.mil/News/Photos/igphoto/2002508396/> [12 de julho de 2022]

USAF (2019) *432nd Wing emblem* [imagem] <https://www.creech.af.mil/About-Us/Fact-Sheets/Display/Article/449126/432nd-wing-432nd-air-expeditionary-wing/> [13 de julho de 2022]